



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Daniel Ribera Vainfas

O IMPACTO DO CLIMA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

Como as mudanças climática e da estrutura social do fim da Idade Média desencadearam  
transformações na economia europeia: o caso inglês

Rio de Janeiro

2022



Daniel Ribera Vainfas

## O IMPACTO DO CLIMA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

Como as mudanças climática e da estrutura social do fim da Idade Média desencadearam transformações na economia europeia: o caso inglês

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto  
Coorientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros

Rio de Janeiro

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

V131i Vainfas, Daniel Ribera.  
O impacto do clima na transição do feudalismo para o capitalismo: como as mudanças climática e da estrutura social do fim da Idade Média desencadearam: o caso inglês / Daniel Ribera Vainfas . – 2022.  
113 f.; 31 cm.

Orientador: Eduardo Costa Pinto.

Coorientador: Daniel de Pinho Barreiros.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, 2022.

Bibliografia: f. 109-113.

1. Mudanças climáticas. 2. Paleoclimatologia. 3. Feudalismo. I. Pinto, Eduardo Costa, orient. II. Barreiros, Daniel de Pinho, coorient. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. IV. Título.

CDD 304.25

Daniel Ribera Vainfas

O IMPACTO DO CLIMA NA TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 2022



---

Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto - Presidente  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



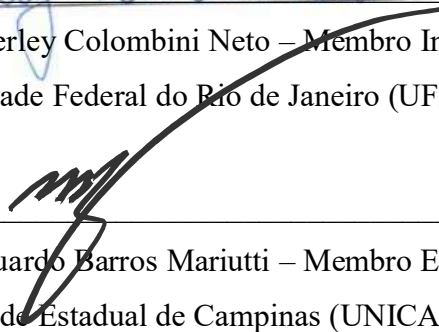
---

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros – Co-orientador  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



---

Prof. Dr. Iderley Colombini Neto – Membro Interno  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



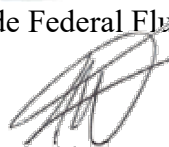
---

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti – Membro Externo  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



---

Prof. Dr. Tâmis Peixoto Parron – Membro Externo  
Universidade Federal Fluminense (UFF)



---

Prof. Dr. Leonardo Marques – Membro Externo  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dedico este trabalho a todos que lutam  
para que o mundo valha a pena

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Julia, minha querida namorada que agora está também fisicamente ao meu lado, e à nossa gata, Meg.

Agradeço à minha família, Elen e Arthur, meus pais, e Conceição (*in memoriam*), minha avó, alicerces de um processo que se desdobra muito além das dimensões de uma pequena tese.

Mais uma vez, estendo minha gratidão ao contribuinte brasileiro, cuja mais-valia tributada me permitiu estar aqui hoje munido desta modesta contribuição.

Quero agradecer também aos meus alunos que, insistentemente, ensinam-me que ainda há muito para se fazer e aos meus professores, em especial aos meus orientadores, Eduardo e Daniel, por me confiarem a liberdade de pensamento.

Como nenhum ser humano é uma ilha, agradeço a todos que vieram antes de mim, sem os quais nada disso seria possível.

A todos esses, espero, um dia, poder retribuir.

## RESUMO

O presente trabalho busca explorar a mudança climática como elemento-chave do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, tomando como referencial o debate marxista da transição. Para evitar a armadilha do determinismo, o elemento climático deve ser colocado como um condicionante das possibilidades históricas, atuando dialeticamente com os agentes históricos humanos. Dessa forma, o trabalho explora as interações entre a sociedade inglesa medieval, com foco no uso da terra e nas relações de classe, e as condições impostas pela natureza, em particular a peste, a mudança do padrão pluviométrico e a alteração das condições ecológicas da Bacia do Mar do Norte, na costa inglesa.

**Palavras-chave:** debate da transição; feudalismo; mudança climática; paleoclimatologia.



## **ABSTRACT**

This work aims at exploring climate change as a decisive element for the transition from feudalism towards capitalism and considers the Marxist transition debate as a framework. In order to avoid the deterministic trap, climate must be considered as a condition framing the historical possibilities in a dialectical relationship with human historical agents. Thus, the thesis explores the interactions between medieval English society, focusing on land use and class relation, and the conditions imposed by nature, particularly the plague, the change in rainfall and the transformation of ecological conditions around the North Sea Basin, especially on English east coast.

**Keywords:** Marxist transition debate; feudalism; climate change; paleoclimatology

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa simplificado das grandes regiões climáticas da Europa .....	52
Figura 2 - Esquema explicativo da NAO+ .....	62
Figura 3 - Esquema explicativo da NAO- .....	62
Figura 4 - Esquema explicativo simplificado das classes apresentadas no capítulo ..	90

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

LALIA – Pequena Era do Gelo da Antiguidade Tardia (Late Antique Little Ice Age)

LIA – Pequena Era do Gelo (Little Ice Age)

MCA – Anomalia Climática Medieval (Medieval Climate Anomaly)

NAO – Oscilação do Atlântico Norte (North Atlantic Oscillation)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 OBJETIVO, HIPÓTESE E METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3 ESTRUTURA DA TESE .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O DEBATE MARXISTA DA TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA:</b>	
<b>O PROBLEMA CLIMÁTICO GERAL.....</b>	<b>17</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 O MUNDO MEDIEVAL A PARTIR DO SÉCULO IX E SUAS GRANDES TENDÊNCIAS .....</b>	<b>18</b>
<b>3 QUESTÕES DEFINICIONAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>4 O DEBATE DA TRANSIÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>5 BRENNER E A RETOMADA DO DEBATE.....</b>	<b>33</b>
<b>6 O PROBLEMA CLIMÁTICO.....</b>	<b>39</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O USO DA TERRA NA EUROPA MEDIEVAL E AS MUDANÇAS NO PADRÃO CLIMÁTICO: O PROBLEMA DAS TEMPESTADES.....</b>	<b>50</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>50</b>
<b>2 ROMANIZAÇÃO E CEREALIZAÇÃO – IMPACTOS SOBRE O USO DA TERRA.....</b>	<b>51</b>
<b>3 HEDGE CLIMÁTICO .....</b>	<b>56</b>
<b>4 FUNDAMENTOS CLIMÁTICOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA EUROPA MEDIEVAL: PADRÕES DE CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICOS .....</b>	<b>58</b>
<b>4.1 FUNDAMENTOS GERAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>4.2 OS SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICOS SOBRE A EUROPA .....</b>	<b>59</b>
<b>4.3 A OSCILAÇÃO DO ATLÂNTICO NORTE E SEU IMPACTO SOBRE O CLIMA EUROPEU .....</b>	<b>60</b>
<b>4.4 CONFRONTO COM OS DADOS HISTÓRICOS .....</b>	<b>62</b>
<b>4.5 TEMPESTADES NO MAR DO NORTE .....</b>	<b>64</b>
<b>5 CONSEQUÊNCIAS E CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO 3 – ESTRUTURAS DE CLASSE E PROPRIEDADE FACE AOS DESAFIOS ECOLÓGICOS – O PROBLEMA DAS TERRAS ALAGADAS .....</b>	<b>70</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>70</b>

<b>2</b>	<b>BRENNER E A HIPÓTESE DE UMA TRANSIÇÃO PELO CLIMA NO CASO HOLANDÊS: ELEMENTOS PARA ANALISAR A SOCIEDADE INGLESA .....</b>	<b>70</b>
<b>3</b>	<b>ESTRUTURAS SOCIAIS INGLÊSAS: CLASSE E PROPRIEDADE.....</b>	<b>73</b>
<b>3.1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>73</b>
<b>3.2</b>	<b>A BASE DA NOBREZA: CLASSE CAVALEIRESCA NA INGLATERRA DURANTE O FIM DA IDADE MÉDIA .....</b>	<b>74</b>
<b>3.3</b>	<b>O TOPO DO CAMPESINATO: <i>YEOMEN</i>, CAMPONESES EM ASCENSÃO .....</b>	<b>79</b>
<b>3.4</b>	<b>MERCADORES .....</b>	<b>82</b>
<b>4</b>	<b>SÍNTESE DAS RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES SOCIAIS .....</b>	<b>87</b>
<b>5</b>	<b>DINÂMICA ECOLÓGICA .....</b>	<b>91</b>
<b>5.1</b>	<b>AS <i>FENLANDS</i> E AS TEMPESTADES .....</b>	<b>91</b>
<b>5.2</b>	<b>AS VILAS ABANDONADAS E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>95</b>
<b>5.2.1</b>	<b>Os três tipos de aldeamento .....</b>	<b>95</b>
<b>5.2.2</b>	<b>As vilas abandonadas da Inglaterra.....</b>	<b>97</b>
<b>6</b>	<b>OS CERCAMENTOS COMO IMPERATIVO DE MERCADO .....</b>	<b>101</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>104</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## INTRODUÇÃO

### 1 APRESENTAÇÃO

No debate marxista<sup>1</sup> sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, podemos organizar dois debates, entre as décadas de 1950 e 1970, que investigam como a dialética entre as influências externas ao feudalismo e suas dinâmicas internas se transformaram em uma ruptura estrutural do modo de produção vigente.

O primeiro debate se estrutura entre Dobb (2004b, 2004a, 2004c), que coloca a superexploração do campesinato como causa primeira do fim do feudalismo, e Sweezy (2004a, 2004b), seu crítico, que defende que o feudalismo era um modo de produção estável, desprovido de um “motor interno” que levasse ao aprofundo das suas próprias contradições, de modo que poderia se perpetuar infinitamente, salvo sob efeito de um elemento externo disruptivo, no caso, o comércio exterior.

Posteriormente, ocorre o chamado *debate de Brenner*, em que a centralidade da discussão orbita a contribuição de Brenner (1995b, 1995a), que identifica o surgimento do capitalismo não com as cidades e a indústria, mas sim com a agricultura, defendendo a tese de um capitalismo rural como ponto de partida, além de postular que a causa primeira da crise do feudalismo fora a configuração específica da luta de classes europeia.

Nesta tese, não buscaremos tomar partido dentro do debate, mas sim introduzir um elemento novo, a mudança climática, a fim de explorar as possibilidades explicativas da interpretação marxista da transição diante da ação de um agente histórico não humano.

Para tanto, e em paralelo a esse recorte teórico-metodológico, devemos introduzir também um recorte temático e selecionar alguns autores que tratam do clima como elemento definidor do processo de transformação da sociedade feudal. Dentre os que incorporam a questão climática destacam-se Parker (2013), que analisa em detalhes o impacto da Pequena Era do Gelo (LIA, na sigla em inglês), em especial no século XVII, e Campbell (2016), que apresenta um recorte que remete a um período anterior, deslocando a questão para o fim da Anomalia Climática Medieval (MCA, na sigla em inglês), ainda no século XIV, explorando a Peste Negra como fenômeno climático.

---

<sup>1</sup> Sobretudo Dobb (2004a, 2004b, 2004c), Sweezy (2004a, 2004b) e Brenner (1995a, 1995b), com contribuições relevantes também de Hilton (1995a, 1995b, 2004a, 2004b, 2004c) e Takahashi (2004).

O elemento climático, neste trabalho, será pensado como variável exógena e aleatória capaz de introduzir pressões sobre as relações sociais e disparar gatilhos de outros processos que afetaram as dinâmicas da luta de classes no mundo medieval, impactando, inclusive, a ruptura daquele modo de produção.

Para isso, é preciso focar a transição climática da MCA para a LIA. Essa transição pode ser identificada a partir de uma redução significativa das temperaturas médias anuais. Embora a amplitude dessa variação dependa do método utilizado para a mensuração (LUTERBACHER et al., 2016), a passagem de um período de altas temperaturas, que vigorou entre os séculos X e XIII, para um período mais frio, a partir do século XIV até o século XIX, é consensual e pode ser identificada a partir de uma série de medidas diferentes, desde núcleos de gelo até a dendrocronologia<sup>2</sup> (LJUNGQVIST et al., 2012; SCHNEIDER et al., 2015).

A alteração das temperaturas também é relevante por causar transformações nos padrões de circulação atmosféricos. Em particular, a manutenção de um gradiente de pressão atmosférica no Atlântico Norte foi responsável pela garantia de um regime pluviométrico favorável ao crescimento das economias agrícolas da Europa medieval; quando esse gradiente se altera em função das temperaturas reduzidas, a Oscilação do Atlântico Norte (NAO, na sigla em inglês) deixa de ser um fator benéfico e amplia a instabilidade das chuvas na Europa, aumentando o risco de perda de safras e minando as bases materiais do modo de vida medieval. (CAMPBELL, 2016)

A própria Peste Negra, que acomete a Europa nesse período, pode ser descrita sob o aspecto de um fenômeno climático (CAMPBELL, 2016, p. 236 e ss.). Em linhas gerais, ocorreu no século XIV um movimento de desertificação da Ásia Central após um período longo de chuvas consistentes. Durante a época mais úmida, a população de roedores silvestres aumentou diante da maior disponibilidade de gramíneas (plantas nativas que compunham a base de sua dieta), entretanto, quando sobreveio o período de seca iniciado com o fim da Anomalia Climática Medieval, a disponibilidade de vegetação diminuiu, o que forçou as populações de roedores a buscarem alimentos em cidades próximas, fora do seu habitat.

É justamente nessas cidades que a população de roedores silvestres entra em contato com os ratos urbanos (espécie comensal dos seres humanos). Embora as espécies silvestres vivessem em equilíbrio com o bacilo da peste (*Yersinia pestis*), o mesmo não acontecia com as espécies urbanas que apresentavam uma alta taxa de mortalidade quando expostas ao

---

<sup>2</sup> O estudo dos padrões de crescimento, em função do clima e da passagem do tempo, dos anéis concêntricos que formam a estrutura dos troncos de árvores.

microrganismo. É, provavelmente, a partir da mortandade de ratos que suas pulgas passaram a buscar seres humanos como hospedeiros, estabelecendo, assim, o caminho de infecção das populações humanas.

A circulação de ratos, pulgas e pessoas pelas rotas comerciais que conectavam a Ásia Central ao Mar Negro garantem a difusão da peste para a Europa, onde chega a matar até 60% da população de algumas localidades. O choque demográfico é intenso e prolongado, com surtos de peste por pelo menos mais 100 anos. Em 1380, a população europeia é reduzida quase à metade e não volta a crescer até o século XV, quando a população atinge o seu menor patamar.

A mudança climática que se verifica nesse período surge como uma promissora hipótese explicativa da transformação observada. A própria tese de que uma sociedade responde às transformações ambientais não é, em si, uma novidade: a Pequena Era do Gelo da antiguidade (LALIA, em inglês) deixou marcas profundas nas sociedades humanas do século VI, coincidindo com a queda e ascensão de impérios, com grandes migrações e sendo uma das causas imediatas da primeira pandemia de peste bubônica, conhecida como Praga de Justiniano (BÜNTGEN et al., 2016).

Aqui é necessário fazer uma ressalva, uma vez que é de fundamental importância ter em mente o caráter não determinístico do clima. Não se trata de postular que a mudança climática, isoladamente, causou o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, mas sim de defender que o clima, atuando no contexto histórico específico da Europa (e em particular da Inglaterra) do século XIV, causou uma série de transformações sociais que catalisaram a transição. Nesse sentido, o clima, sozinho, constitui uma causa necessária, porém, não suficiente, ou ainda, um elemento *condicionante* do processo, embora não *determinante*.

Dentre os elementos contextuais específicos, destaca-se a dinâmica comercial que se verificava na Europa. Diante do padrão de comércio que vigorava no século XIII, algumas cidades enriqueciam com comércio de longa distância, pautado sobretudo pelo traslado de bens de luxo, e, nesse cenário, o desenvolvimento econômico não se manifestava sob o aspecto de processo geral, mas apenas como caso isolado e específico dessas cidades (ABU-LUGHOD, 1991). Contudo, é a partir dessa rede de comércio que os impactos climáticos são transmitidos, posto que não apenas a difusão da peste se dá a partir das rotas de comerciais como também o mercado de grãos se desenvolve dentro dessa malha comercial.



Mais especificamente, na Inglaterra, por conta das disputas entre os comerciantes locais e os comerciantes alemães, que dominavam o comércio exterior britânico por meio da Liga Hanseática, e haviam consolidado sua posição durante o século XIII (LLOYD, 2002), torna-se, economicamente interessante e politicamente viável, a venda de grãos do Báltico nos mercados do Mar do Norte, em especial na costa inglesa.

A diferença fundamental entre o comércio de grãos e o padrão de comércio anterior é que os grãos não apenas constituíam um entre vários bens básicos de consumo mas também o principal bem produzido pela economia medieval, e o seu comércio possibilita que nobres e camponeses possam especializar a produção local e contar com um abastecimento de trigo via rotas comerciais. O que se revela um mecanismo imprescindível para a manutenção da produção de excedente econômico em um contexto de redução da produtividade da terra diante da deterioração climática, causando mesmo a impossibilidade do cultivo de grãos em algumas regiões.

O choque demográfico do século XIV, sobretudo depois da Peste Negra, causou uma redução significativa no volume do comércio exterior. Como a classe comerciante em si não ficou reduzida, a segunda metade do século XIV e a primeira do século XV se caracterizam como um período de acirramento das disputas em torno do controle das rotas comerciais, em especial pelos comerciantes alemães que operavam na Inglaterra e buscavam diversificar seu portfólio de transações (LLOYD, 2002; UNGER, 1980).

O modo pelo qual essas mudanças se concretizam é através de uma série de transformações na indústria naval, que se posiciona no século XVI como o grande *locus* de inovação e crescimento (UNGER, 2006), após um rápido período de inovações no século XV (UNGER, 1980). Uma das inovações técnicas adotadas por esses comerciantes foi a utilização de grãos como lastro dos navios, o que torna viável o comércio desse bem; essa tendência é reforçada no começo do século XV, quando avanços na tecnologia naval permitem que a quantidade de carga transportada dobre em relação ao número de pessoas necessárias para manobrar o navio (UNGER, 1980).

Esse ganho de produtividade gera um fluxo de bens pesados em circulação pela rota marítima entre o Báltico e o Mar do Norte. Uma das evidências da importação de grãos por parte da Inglaterra foi a adoção de uma legislação específica para coibir a importação de grãos. Data do século XV a primeira lei que estabelecia uma tarifa específica de importação de grãos

em território inglês. Tal legislação permaneceria em vigor até o século XVII, sendo atualizada apenas em 1624, embora já tivesse perdido a eficácia diante da inflação verificada no período (GRAS, 1915).

Simultaneamente a esse processo, há ainda dinâmicas internas às classes inglesas, em particular à pequena nobreza (COSS, 2003) e ao campesinato (DIMMOCK, 2014; PATRIQUIN, 2004). Esses agentes históricos, buscando reproduzir as estruturas sociais nas quais estavam inseridos, mas diante de um contexto climático hostil, acabam por, inadvertidamente, introduzirem novas formas de relações produtivas que terminam por minar as próprias bases da sociedade feudal, que inicialmente desejavam reproduzir.

## **2 OBJETIVO, HIPÓTESE E METODOLOGIA**

Diante desses elementos, o objetivo deste trabalho é utilizar o elemento climático, de forma similar à de Campbell (2016) e Parker (2013), como uma variável exógena e aleatória, capaz de criar condições diferentes das verificadas nos séculos anteriores e de, a partir delas, disparar processos da transição do feudalismo para o capitalismo, conforme pensada no debate marxista. Em especial, trata-se de pensar o clima como fator de pressão exógeno sobre as relações sociais que afetam as dinâmicas da luta de classes no mundo medieval, além do regime de acumulação, e do conflito distributivo nessas sociedades, investigando, assim, como as mudanças climáticas afetaram as dinâmicas sociais e erodiram os laços medievais, de modo a permitir o surgimento de uma nova forma de organização social.

Uma vez expostas as conexões entre o clima e a dinâmica econômica da Europa medieval, torna-se possível estabelecer a questão norteadora do trabalho: qual a conexão entre a mudança climática do século XIV e o processo de transformação estrutural verificado pela transição do feudalismo para o capitalismo?

A hipótese proposta por esta tese é a de que o clima foi o gatilho de uma série de transformações que, atuando no contexto histórico do século XIV, catalisou uma reorganização específica das forças produtivas em função das condições sociais prévias.

Tal conexão deve ter ocorrido pela nova organização comercial, na qual gêneros agrícolas de primeira necessidade passam a ser crescentemente objeto do comércio de longa distância, afetando intensamente as dinâmicas sociais da Europa medieval, juntamente com a

impossibilidade climática da produção de gêneros básicos em algumas regiões centrais do mundo medieval.

Como trabalho de investigação histórica, o principal dispositivo metodológico utilizado foi a investigação bibliográfica dos debates da transição associada aos novos dados disponíveis sobre a mudança climática do século XIV e as alterações ecológicas trazidas por elas, na forma de dados paleoclimáticos do período analisado, como forma de subsidiar a hipótese da relevância do clima.

### 3 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está dividida em três capítulos, cada um estruturado em torno de uma interseção entre dinâmica social e transformação climática. O primeiro capítulo será dedicado a mapear os debates da transição, a primeira fase entre Dobb e Sweezy e a segunda nos Debates Brenner, e como as teses levantadas por esses autores são afetadas quando colocadas diante das transformações climáticas do fim da Idade Média, em particular diante do impacto demográfico causado pela instabilidade do clima, sobretudo como consequência direta da Peste Negra.

O segundo capítulo tratará em especial do uso da terra na sociedade medieval europeia e como esse uso é afetado pela alteração dos padrões de circulação atmosféricos como a NAO e a mudança das temperaturas médias. Em particular, investigaremos como a Bacia do Mar do Norte constitui um *locus* geográfico *sui generis* no processo mais amplo de mudança climática e como essa especificidade afeta a reprodução material das sociedades dessa região no fim da Idade Média.

O terceiro e último capítulo trará as reações da sociedade medieval inglesa frente à mudança climática, em especial o impacto da ecologia específica da costa leste da Inglaterra sobre as formas de organização da produção agrícolas, em diálogo com as transformações das estruturas de classe da pequena nobreza e dos estratos superiores do campesinato. Também exploraremos como os comerciantes externos, em especial os da Liga Hanseática, atuaram na formação de uma rede de comércio capaz de permitir a especialização produtiva inglesa. De particular interesse nesse capítulo será a relação dialética entre essas frações de classe e os condicionantes climático-ecológicos do fim do século XIV.

# **CAPÍTULO 1 – O DEBATE MARXISTA DA TRANSIÇÃO E A TRANSIÇÃO CLIMÁTICA: O PROBLEMA CLIMÁTICO GERAL**

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente capítulo tem como objetivo investigar as bases teóricas dos debates marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, com enfoque nas contribuições de Dobb (2004b, 2004a, 2004c), Sweezy (2004a, 2004b) e Brenner (1995b, 1995a), e colocar diante delas, como elemento teórico exógeno, a transformação climática ocorrida no fim da Idade Média (BÜNTGEN et al., 2016; LAMARCHE, 1974; LAMB, 1965; LJUNGQVIST et al., 2012; LUTERBACHER et al., 2016).

A ideia de incorporar o clima como fator explicativo das transformações sociais já pode ser identificada em alguns trabalhos mais recentes, como os de Parker (2013) e de Campbell (2016). Aqui, buscaremos explorar como essa literatura, que traz elementos da paleoclimatologia, da paleoepidemiologia e das ciências naturais em geral, pode dialogar com os fundamentos teóricos do debate da transição.

É preciso considerar o debate da transição menos como disputa entre as diferentes interpretações teóricas e mais como oportunidade de incorporar elementos diversos na construção de uma interpretação mais robusta (ainda que sempre limitada) da realidade, para que possamos incorporar o clima no quadro interpretativo geral.

De forma sintética, consideramos válidos os argumentos centrais de Dobb (2004b, 2004a, 2004c) acerca da superexploração do campesinato como causa da crise do feudalismo e da transição, assim como os de Brenner (1995b, 1995a) sobre a luta de classes como motor do processo e como determinante fundamental; mas também buscamos incorporar a tese de Sweezy (2004a, 2004b) de que o processo necessitou de um elemento catalisador externo ao sistema vigente para gerar as transformações necessárias no ritmo necessário e para colocar a transição nos moldes em que ela ocorreu. A diferença principal, aqui, constitui-se na definição desse catalisador, não como comércio, conforme proposto por Sweezy, mas sim como transformação climática.

## 2 O MUNDO MEDIEVAL A PARTIR DO SÉCULO IX E SUAS GRANDES TENDÊNCIAS

Idade Média é um conceito difícil, não apenas por ser pouco descritivo, mas, sobretudo, por abarcar um período relativamente extenso, de cerca de mil anos, que fora considerado como “menos que uma passagem, um intermédio: um vazio na vaga do tempo, um intervalo da grande história” (LE GOFF, 1979, p. 10).

A fim de compreendermos melhor o processo da transição entre o mundo medieval e o mundo moderno, faz-se necessário recortar o tempo. Não devemos nos ocupar dos mil anos entre a queda da primeira metade e a queda da segunda metade do Império Romano, interessamos, essencialmente, o recorte entre os séculos IX e XIV, momento em que as instituições mais relevantes ao problema em foco são erguidas e derrubadas.

Por sua vez, esse recorte específico pode ser subdividido, seguindo a proposta de Duby (1999), em três momentos: até o século X, entre os séculos XI e XIII e a partir do século XIV. Duby usa como critério orientador o desenvolvimento da vida agrária, identificando em cada um desses momentos processos e relações com o solo significativamente diferentes. Podemos sobrepor a essa teorização do tempo um segundo critério: em linhas gerais, ainda que com menor precisão, esses três períodos demarcam também as grandes alterações climáticas da época, posto que a Anomalia Climática Medieval se manifesta entre os anos 1000-1200; antes dela, com períodos mais frios, a Pequena Era do Gelo da Antiguidade Tardia (LALIA), e depois dela, a Pequena Era do Gelo (LIA) (BÜNTGEN et al., 2016; LAMARCHE, 1974; LAMB, 1965; LJUNGQVIST et al., 2012; LUTERBACHER et al., 2016).

Até o século X, Duby reconhece algumas linhas de tendência gerais, em especial, o caráter quase exclusivamente rural da população medieval, a concentração da população em algumas ilhas demográficas, a centralidade da vida na aldeia e a expansão limitada do sistema, restrito aos solos leves capazes de serem facilmente cultivados (DUBY, 1999, p. 15, 17, 24, 27).

Essa dinâmica geral está também muito vinculada a uma relação alimentar que perpassa a Idade Média como um todo: a centralidade alimentar do pão, fabricado com vários tipos de cereal e considerado o alimento por excelência (DUBY, 1999, p. 20). A esse respeito, Hoffman (2014, p. 116) complementa:

Culture and nutrition together propelled what is generally acknowledged among historians all across western and central Europe as a trend of ‘cerealization’, with cereal grains gaining a larger role in the diet and in the agrarian regime. As earlier noted, this had set in by the Carolingian age and continued into the fourteenth century, so Europeans eventually consumed more than five times the grain they had five centuries before.

Essa centralidade do pão na dieta medieval está muito associada ao duplo processo de romanização e cerealização. Sobre a romanização, Hoffman (2014, p. 42) a define como a emulação dos padrões de comportamento da Roma clássica, aqui especificamente alimentares, pelas populações da Europa medieval.

Como toda emulação cultural, há um forte grau de idealização por parte dos agentes históricos. O Império Romano do imaginário medieval não correspondia necessariamente a uma realidade concreta, o que não significa, contudo, que não gerasse consequências tangíveis na vida no medievo.

A principal consequência que nos interessa aqui é o processo de cerealização, derivado desse fenômeno mais amplo de romanização. Esse processo consiste, na sua forma mais imediata, na adoção do pão como alimento por excelência e do trigo como o grão a partir do qual o pão deve ser feito. Assim, quanto maior a qualidade do trigo e maior a quantidade de pão consumida, mais romana seria a sociedade.

Para que o pão fosse consumido, antes era necessário que o trigo fosse plantado, o que era realizado nas aldeias medievais. Essas são, por sua vez, divididas em *mansos*<sup>3</sup>, uma unidade produtiva ambígua e difícil de definir, herdada do Império Carolíngio. O que caracterizava o *manso*, em sentido estrito, era a centralidade da casa no processo de exploração do solo. A partir disso, o *manso* também designava, de forma abstrata, a família que o explorava e também a ideia de uma terra suficiente para o sustento dessa unidade familiar. O sentido ainda se desdobrava em termos tributários, sendo o *manso* uma unidade fiscal sobre a qual os diversos senhores de terras calculavam quanta renda seria cobrada (DUBY, 1999, p. 45–47).

Apesar disso, a realidade era substancialmente mais complexa. DUBY (1999, p. 48–49) ressalta, com base em documentos carolíngios, que não havia a correspondência entre o *manso* e a capacidade de trabalho de um arado, posto que *mansos* com tamanhos muito diversos eram registrados em inventários. Havia também uma hierarquia entre *mansos servis* e *mansos livres*:

---

<sup>3</sup> *Manso* vem do latim *mansus*, mas recebeu diversas outras denominações no período, a depender do dialeto camponês, *meix*, *Hof*, *masure*, *toft* são os exemplos trazidos por DUBY (1999, p. 15), Takahashi (2004, p. 90–91) também elabora uma breve análise do conceito de *manso*, em especial a partir de sua manifestação germânica (*Hof*), focando na sua transformação ao longo do tempo, conforme as relações de propriedade e a capacidade do senhor de extrair renda se modificavam.

esses últimos eram os mais bem providos instrumentos de exploração da terra, enquanto os habitantes dos primeiros eram forçados a trabalhar também nos mansos dos senhores.

Para adicionar ainda outro grau de complexidade, havia certa mobilidade da propriedade camponesa, com a compra e venda de parcelas de mansos, levando a desigualdades dentro da mesma categoria jurídica. Um manso livre podia chegar a ser dez vezes maior que outro, enquanto há registros de mansos servis cuja desproporção chegava a 45 vezes (DUBY, 1999, p. 49).

Por fim, não se pode sequer afirmar a identidade entre o manso e a família, posto que muitos mansos eram ocupados por diversas famílias: em Verrières, segundo Duby (1999, p. 50–51) 80% dos mansos sustentavam e eram explorados por mais de uma família. Isso retrata uma relativa desigualdade no seio da sociedade campesina, com famílias dispendo de recursos materiais muito distintos.

Em paralelo a essa esfera produtiva, desenvolveu-se uma esfera de circulação. Por mais forte que fosse o ideal medieval de autossuficiência, ele nunca chegou a se concretizar, havendo sempre algum grau de trocas mercantis em vigor, ainda que de forma limitada.

A menudo se considera la *villa* carolingia como un organismo cerrado que funcionaba enteramente replegado en sí mismo. Esta imagen debe ser profundamente matizada. En efecto, la *villa* se integraba generalmente en un conjunto económico más vasto (DUBY, 1999, p. 63).

No mundo medieval havia especialização regional conforme a adequação a determinadas culturas, e o vinho é caso emblemático desse processo. Além disso, a mobilidade da aristocracia, que vagava entre seus domínios para realizar o consumo suntuário dos bens produzidos em cada lugar específico, fazia com que houvesse constantes deslocamentos e algum grau de integração entre territórios distintos (DUBY, 1999, p. 63–65).

Um problema típico desse caráter semi-nômade da aristocracia era sua constante ausência, o que implicava a delegação de poderes para os administradores locais (os *villici*, administradores das *villae*). Isso significava que muitas vezes o poder não era exercido pelo senhor, mas sim por um administrador local, que em muitos casos se aproveitava do poder e da subdivisão dos mansos para aumentar a renda extraída dos camponeses (DUBY, 1999, p. 64, 72).

Nesse universo com poderes sobrepostos, os camponeses conseguiam inclusive comprar e vender parcelas de mansos sem o conhecimento do senhor daquela terra, alterando,

ao largo da burocracia vigente, as relações de propriedade às quais estavam submetidos. Também podiam levar aos tribunais queixas contra cobranças que considerassem indevidas, havendo registros de ganhos de causa por parte dos camponeses, como no caso contra a Igreja de Santo Ambrósio de Milão, em 905 (DUBY, 1999, p. 72–73). Desse modo, podemos perceber que a capacidade de coerção do senhor feudal, longe de ser absoluta, representava mais um elemento na disputa pela produção e expropriação do excedente, submetido a diversas formas de mediação, inclusive institucionais.

Cabe agora levantar uma ponderação. Apesar de termos aqui um quadro geral da Europa medieval entre os séculos IX e X, é preciso relativizar seu potencial descritivo. Por mais que esse desenho represente com alguma precisão o centro do mundo Carolíngio, isto é, o norte da França, os Países Baixos e a parte ocidental da Alemanha, o mundo medieval era marcado por uma multiplicidade de formas regionais que diferiam substancialmente entre si, e essas diferenças se aprofundaram no período subsequente. A esse respeito, Postan (2008, p. 571) afirma categoricamente que é:

even more dangerous to generalize about the organization of medieval agriculture than about its physical and demographic background. The rules and institutions which regulated medieval agriculture and ordered rural society differed in almost every particular from place to place and from generation to generation.

Quando entramos no século XI, a impressão documental é de uma expansão contínua da produção agrícola até o ano 1330, o que forneceria as bases materiais para o crescimento e expansão da sociedade medieval europeia (DUBY, 1999, p. 90).

Duby (1999, p. 90) busca alguma justificativa para esse processo em fatores tecnológicos, como a disseminação do moinho hidráulico, ou em fatores políticos, como o fim das invasões árabes, magiares e vikings. Apesar desses fatores certamente terem algum impacto, é preciso ressaltar que o século XI marca o início da MCA, de modo que existe um impulso na produtividade da terra desconectado de qualquer alteração nas relações tecnológicas ou políticas. Dito de outra forma, a mesma sociedade medieval era capaz de produzir mais usando a mesma quantidade de recursos, sem realizar qualquer tipo de alteração nas suas relações produtivas ou sociais.

Em termos marxistas, as forças produtivas dão um salto significativo sem que haja uma mudança equivalente e causativa nas relações sociais de produção. O que fica visível nos séculos XI e XII é um súbito e generalizado aumento da produtividade da terra por conta de fatores fora do controle do mundo medieval; não é a tecnologia, a política ou a vontade dos



sujeitos que coloca a sociedade europeia em um novo patamar de produtividade, mas, sim, uma incontrolável mudança climática.

Contudo, dizer que a transformação da sociedade não constitui causa necessária para o aumento da produção não significa dizer que não tenha constituído uma consequência desse processo. Duby (1999, p. 101–107) ressalta que esse foi um período de forte expansão da fronteira de ocupação do solo, primeiro com os arroteamentos ao redor das aldeias e, posteriormente, com a fundação de novas aldeias em terras mais afastadas.

A primeira fase desse processo parece ter tido caráter mais autônomo, com a difusão da pequena propriedade camponesa; contudo, nas fases posteriores, parece ter ocorrido uma direção senhorial, com a ocupação de terras cada vez mais afastadas como forma de expandir sua base fiscal (DUBY, 1999, p. 108).

Na parte central do antigo Império Carolíngio, o período de expansão da área cultivada coincidiu com um período de aumento da população (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 291). Apesar disso, não foi um momento marcado por grandes avanços agrícolas; ao contrário, a rotação trienal parece ter se mantido a forma predominante nas regiões centrais, enquanto na periferia a rotação era mais irregular, e a área semeada variava conforme o ano (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 296).

Em paralelo a isso, ocorreu a dissolução da estrutura tradicional em *villae*: tanto a *villa* eclesiástica quanto a leiga passaram por processos de partição, em função de disputas políticas e de legislação de herança. O período de expansão da população em geral é também de expansão da população senhorial, que passa a dividir suas terras entre diversos co-herdeiros; esse processo, embora restrito à passagem de geração, tem efeito cumulativo ao longo de três séculos, de modo que, ao fim do século XIII, havia propriedades profundamente fragmentadas que já não correspondiam à *villa* do período anterior (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 306–307).

Esses processos foram ainda acompanhados de uma captura das terras senhoriais das *villae* pelos administradores locais. Esse fenômeno ganha força já no fim do século XI e avança pelo século XII, com os administradores incorporando as terras à sua propriedade pessoal (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 308–309).

Um caso representativo é o de Jan, administrador da *villa* de Halen, pertencente à abadia de Sint-Truiden, situada na atual Bélgica. Jan, servo de nascença, adquiriu, ilegalmente, parte das terras da *villa* para si e as incorporou à sua herança. O processo foi tão bem-sucedido que seu filho, Macarius, transformou o lugar em uma fortaleza e, em 1146, a abadia foi obrigada a negociar um acordo com o herdeiro e legalizar parte da usurpação territorial (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 309).

Em paralelo à subdivisão das terras, ocorreu um processo de comutação da renda prestada em trabalho por renda em dinheiro ou espécie. Com a fragmentação das vilas e dos mansos, a capacidade dos camponeses de resistir e fraudar os pagamentos em trabalho aumentou, o que levou os senhores a buscarem a cobrança de tributos de outras formas. Associado à intensificação do comércio no período, à maior circulação de moedas e à maior disponibilidade de mão de obra disposta a aceitar contratos temporários com pagamento em dinheiro, a prestação de renda feudal em espécie ou dinheiro se converteu em uma alternativa atraente aos senhores (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 315).

No século XII também se disseminaram formas contratuais de uso da terra a partir dos arrendamentos, inicialmente como uma medida extraordinária, como no caso da abadia de Saint-Denis, que elaborou um dos primeiros contratos desse tipo, mas posteriormente se generalizando; em especial entre os senhores que permaneciam muito tempo afastados de muitas de suas terras (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 322).

O resultado geral desse processo foi um aumento no grau de heterogeneidade da sociedade medieval, posto que as formas antigas e novas passaram a conviver de maneira diversa em várias regiões da Europa, coexistindo e se influenciando mutuamente. Esse grau de diferenciação penetrou, inclusive, nas camadas camponesas, com o aumento do número de camponeses livres, até mesmo pela luta dos servos pela liberdade em diversas regiões, como na Normandia e nas áreas ao redor de Paris, ao passo que em outros lugares, como Champagne e Franco-Condado, houve um crescimento das formas de servidão (GANSHOF; VERHULST, 2008, p. 336).

Ao nos afastarmos do centro do mundo Carolíngio em direção ao oriente, vemos que o período foi marcado por profundas mudanças, típicas de uma fronteira em expansão. Com o aumento populacional do século XII, levas de migrantes germânicos se deslocaram para além do Elba e se estabeleceram em um processo de colonização rural. Esse avanço do mundo

germânico levou a uma reação dos príncipes eslavos, o que gerou uma “febre de colonização” na região, fazendo confluir o interesse dos senhores e dos camponeses (AUBIN, 2008, p. 453–454).

There were men enough willing to go; for population was growing and peasants were becoming more conscious of the economic drawbacks of feudal obligations. Some were uprooted by the inundations on the North Sea coast and by the frequent local famines (AUBIN, 2008, p. 453).

O processo como um todo foi bastante irregular, ganhando ímpeto no século XIII e consolidando diversas regiões apenas no século XIV; contudo, já em 1350 havia passado do seu ápice, tornando-se progressivamente um movimento difuso com avanços apenas em pontos dispersos (AUBIN, 2008, p. 455).

Esse quadro de abundância de terras capazes de sustentar um processo contínuo de colonização e expansão da fronteira por mais de um século desaparece quando olhamos para a Inglaterra:

Land hunger is indeed the verdict which the student of land use and utilization will have to pass on rural England in the thirteenth century – a land hunger which must have worsened as the thirteenth century was drawing to its close (POSTAN, 2008, p. 552).

Postan (2008, p. 557–558) argumenta que o fenômeno definidor da vida rural inglesa, nesse período, foi a rápida exaustão dos solos, sobretudo dos solos recém-incorporados, cujas características físicas levavam a uma rápida redução da fertilidade acumulada pelos séculos sem cultivo, e fazia com que os rendimentos se estabilizassem apenas em níveis muito baixos, muitas vezes chegando a render “very little more than the equivalent of the seed sown”.

(...) in general, and taking England as a whole, reclamation of the waste had slowed down and as on the point of stopping altogether somewhere at the turn of the thirteenth and fourteenth centuries. At that time, the marks of retreating cultivation appear all over the map of rural England. By the end of the fourteenth century and throughout the greater part of the fifteenth century the English countryside, like that across the channel, had come to be dotted all over with abandoned sites, once arable but now relapsed into waste (POSTAN, 2008, p. 559).

O que podemos ver em termos de tendência geral na Europa Ocidental é que esse processo de expansão demográfica e de área cultivada continuou até o século XIV, mas já no século XIII dava sinais de esgotamento. Novas incorporações de terras eram cada vez menos frequentes, e a população se deparava com a redução da produtividade agrícola, chegando a ser cinco vezes menor em algumas regiões da Inglaterra (DUBY, 1999, p. 136–141). É nesse contexto que nos deparamos com três elementos confluentes: a crise do século XIV, a mudança do padrão climático e o processo de transição.

### 3 QUESTÕES DEFINICIONAIS

O primeiro problema que surge quando abordamos a passagem do feudalismo para o capitalismo é essencialmente um problema de definições. Tanto um quanto outro termo são de difícil circunscrição, sendo seus respectivos contornos teóricos objetos de extensos debates. Nesse contexto, Dobb oferece duas definições basilares para o debate.

Capitalismo não deve ser entendido nem pela ótica do espírito empresarial nem pela díade comércio e lucro. Na visão de Dobb, marxista na raiz, o capitalismo deve ser entendido como um modo de produção calcado em relações de propriedade historicamente específicas, quais sejam: a concentração da propriedade dos meios de produção em uma classe específica, acompanhada da necessidade da outra classe de vender sua força de trabalho como condição básica de sobrevivência, gerando, portanto, uma engrenagem de acumulação pautada no trabalho assalariado (BARREIROS, 2008, p. 29-31).

Quanto ao feudalismo, há pelo menos duas grandes definições que antecedem o debate marxista da transição: a mais enraizada é chamada jurídico-política, segundo a qual a relação entre senhor e vassalo seria o elemento definidor, juntamente com a fragmentação do poder político. A outra definição é do feudalismo como *economia natural*, isto é, como uma economia na qual as trocas monetárias inexistem ou possuem caráter extremamente marginal, sendo assim uma economia essencialmente não monetária (MARIUTTI, 2000, p. 14).

Ambas as definições são rejeitadas por Dobb, que inaugura o debate sobre a transição apresentando uma terceira definição que contrasta com as duas outras. Segundo o autor, o feudalismo deve ser entendido como um modo de produção e, portanto, a partir de sua relação de produção fundante, isto é, a servidão (BARREIROS, 2008, p. 36).

Além disso, é fundamental compreender que a servidão não se reduz a uma definição jurídica específica e inerte. O elemento teórico fundamental da servidão para Dobb é o uso da força do senhor como mecanismo de extração de excedente econômico, mesmo (ou justamente por estar) diante de servos que detinham a posse de fato dos meios de produção (BARREIROS, 2008, p. 36).

Esse é um ponto particularmente relevante por ser particularmente recorrente. Enquanto Sweezy joga o foco sobre a renda-trabalho como expressão necessária da servidão, Dobb argumenta que a servidão fica caracterizada quando houver coerção extraeconômica, seja por meio da força física, seja pelo uso de instrumentos ideológicos e psicológicos, típicos do mundo medieval, como mecanismo predominante de extração de excedente, seja na forma de trabalho, dinheiro ou mercadoria.

A esse respeito, Hilton (2004a, p. 16-17) diz:

Entre os séculos IX e XIII ocorreu uma alteração real na natureza da servidão europeia, em particular na da Europa Ocidental, tema que me proponho a abordar rapidamente, pois ele ilustra um importante elemento de confusão em alguns tópicos do debate sobre o caráter do modo feudal de produção. Esta confusão se relaciona com o papel da renda-trabalho nas relações sociais do período, a qual tem sido muitas vezes considerada como a forma característica da subordinação do camponês ao senhor. Por isso, a maioria dos marxistas ingleses, ao debater a transição — mesmo quando reconhece que a renda-trabalho não constitui a única forma de renda feudal — considera a comutação dos serviços em dinheiro na Inglaterra no século XIV como de especial significado na transição. Por parte desses marxistas, isso resulta de uma certa estreiteza de sua formação histórica, pois, como Dobb mencionou, foi uma exceção a sobrevivência, na Inglaterra do século XIV, de grandes propriedades caracterizadas por amplos domínios que utilizavam o trabalho de camponeses em terras (*tenures*) dependentes. Mas a história geral do feudalismo europeu mostra com clareza que a renda-trabalho não era um elemento essencial nas relações feudais de produção, ainda que o caráter coercitivo dessas relações transpareça, talvez mais nitidamente, na organização do trabalho obrigatório no domínio senhorial.

O ponto-chave aqui (e uma crítica direta a Sweezy) é o reconhecimento de que há uma transformação na *forma* de extração do excedente econômico na Europa feudal sem que haja uma alteração na sua *essência*, isto é, no uso da coerção extraeconômica como elemento fundamental para obtenção da renda feudal.

Sweezy (2004a, p. 40), por sua vez, rejeita a definição de Dobb por considerá-la excessivamente vaga:

Parece-me que esta definição é falha, ao não identificar um *sistema* de produção. *Alguma* forma de servidão pode existir em sistemas que nada têm de feudal; e mesmo como relação dominante de produção, a servidão tem estado associada com diferentes formas de organização econômica em diferentes épocas e em diferentes regiões. (...) Segue-se daí, penso eu, que o conceito de feudalismo segundo Dobb é demasiadamente genérico para ser aplicável diretamente ao estudo de uma região determinada num período determinado. Ou, em outras palavras, o que Dobb está definindo não é em verdade *um* sistema social, mas uma família de sistemas sociais, todos baseados na servidão.

No intuito de que se possa estabelecer um conceito de feudalismo mais restrito, Sweezy (2004a, p. 41) propõe que o feudalismo seja definido como “um sistema de *produção para uso*”, em oposição a um sistema de produção para troca. Essa dicotomia entre valor de uso

e valor de troca é também a dicotomia entre feudalismo e capitalismo e se traduz também em uma dinâmica diferente para cada um desses sistemas de produção.

Se, conforme Sweezy (2004a, p. 42), no sistema de produção para uso não ocorre a pressão (típica de um sistema de produção para trocas) por melhorias técnicas e a sociedade se acomoda a uma série de rotinas produtivas preestabelecidas, não há, portanto, um motor interno ao modo de produção capaz de intensificar as contradições do sistema, uma tese que o autor deixará ainda mais clara posteriormente ao afirmar que a própria existência de algum motor interno no feudalismo europeu ocidental era uma questão em aberto e cuja resposta provavelmente seria negativa (SWEETZY, 2004b, p. 128–130).

Existem duas consequências lógicas inescapáveis que surgem da formulação teórica de Sweezy. Em primeiro lugar, na ausência de um motor interno, apenas causas externas poderiam causar a dissolução do feudalismo. Em segundo lugar, como Sweezy estabelece o corte teórico a partir da dicotomia entre valor de uso e valor de troca, o elemento externo que causa a transformação necessariamente será aquele que introduz o valor de troca no seio de uma sociedade pautada pelo valor de uso, isto é, o comércio.<sup>4</sup> É justamente por esse segundo elemento que Hilton coloca a questão da transformação da renda-trabalho em renda-dinheiro como um ponto-chave no debate, afinal, como Sweezy (SWEETZY, 2004b, p. 132) afirma, categoricamente, essa transformação só poderia existir numa sociedade em que já houvesse uma forte influência do valor de troca.

#### **4 O DEBATE DA TRANSIÇÃO**

Uma vez estabelecidas as definições, podemos ver como Dobb teoriza o fim do feudalismo. Considerando que para o autor o feudalismo se caracteriza pelas relações servis como elemento central do modo de produção, o fim do feudalismo pode ser interpretado como o fim da própria servidão.

---

<sup>4</sup> No que diz respeito à questão do valor de uso como elemento definicional de primeira ordem para Sweezy, Takahashi (2004, p. 92-93) desenvolve uma crítica incisiva da proposta sweezyiana ao reconhecer a inconsistência entre criticar Dobb, por adotar uma definição excessivamente ampla, e substituí-la por outra tão vasta quanto ou ainda mais abrangente, sem considerar as especificidades históricas das outras manifestações do feudalismo.

A tese de Dobb é a de que o fim do feudalismo foi causado pela superexploração do campesinato, causando uma pressão “que não foi suportada pelo nível técnico das forças produtivas vigentes, levando, assim, à progressiva ruptura das relações de produção de tipo feudal” (BARREIROS, 2008, p. 52).

Para justificar a superexploração dos servos, Dobb elenca diversas causas que levaram ao aumento da pressão senhorial sobre os camponeses das quais Sweezy (SWEEZY, 2004a, p. 45) destaca quatro: 1- o desprezo do senhor pelo servo, o que o levava a buscar extrair o máximo de excedente, mesmo que isso levasse à exaustão das possibilidades de subsistência do servo; 2- o aumento demográfico da classe senhorial frente à classe camponesa; 3- a pressão econômica das guerras e do banditismo sobre as receitas das classes feudais e 4- a maior necessidade de renda para financiar o consumo de luxo das famílias nobres.

Ao delimitar essas causas, Dobb coloca como ponto central a dinâmica interna do feudalismo, especialmente as relações de classe entre senhores e servos. Isso não exclui uma interação com elementos externos (como a expansão do comércio mundial até o século XIII), mas coloca esses elementos como acessórios ou, no máximo, como catalisadores de um processo que já avançava ou que avançaria, mesmo na ausência de tais elementos (DOBB, 2004b, p. 74).

O argumento de Sweezy contra Dobb se concentra no estabelecimento de negativas para cada uma das causas da superexploração, seja negando a existência de tal causa seja negando seu caráter interno ao modo de produção feudal.

Em primeiro lugar, tanto o desprezo da classe senhorial contra os servos quanto as guerras e o banditismo existiram ao longo de todo o período, de modo que tomá-los como elementos explicativos exigiria justificar o seu aumento nesse momento específico. Em segundo lugar, não haveria qualquer evidência de uma discrepância nas taxas de crescimento populacional entre senhores e servos, de modo que a proporção entre ambos os grupos deveria se manter constante. Por fim, apenas a “crescente extravagância da classe dominante feudal” constitui um elemento explicativo rastreável e robusto para o argumento de Dobb. O problema, nesse caso, seria que tal extravagância decorreria não dos desenvolvimentos internos do feudalismo, mas da expansão do comércio como força impositiva de novos hábitos de consumo sobre as elites senhoriais (SWEEZY, 2004a, p. 46–47).

É justamente a partir dessa identificação do aumento do consumo dos nobres, motivado pela intensificação do comércio, sobretudo após o século XI, que Sweezy (SWEEZY, 2004a, p. 47) defende a preeminência dos elementos externos ao feudalismo como motores primeiros da sua dissolução.

Em essência, o argumento sweezyiano propõe uma retomada da tese de Pirenne acerca da dinâmica geral da economia europeia após o colapso do Império Romano no ocidente. Sweezy foi o único autor no debate a rejeitar a existência de um movimento próprio do feudalismo, insistindo na necessidade de um motor externo que causasse a ruptura do modo de produção feudal (HILTON, 2004c, p. 31). No esquema geral sweezyiano, a dinâmica econômica europeia depende essencialmente da dinâmica comercial do Mediterrâneo; assim, o feudalismo teria se originado no isolamento comercial da Europa Ocidental por conta da expansão árabe do século VII, processo que seria revertido a partir do século X, ensejando as transformações necessárias à ruptura da ordem feudal (SWEEZY, 2004b, p. 131).

Hilton (2004b, p. 137-139) critica<sup>5</sup> a retomada de Pirenne, empreendida por Sweezy, por uma frente empírica: a confrontação com dados históricos posteriores revelou algumas falhas significativas no modelo de Pirenne. O primeiro problema empírico é o fato de os fluxos de comércio europeu estarem em declínio desde muito antes das conquistas árabes, podendo ser identificados ainda durante a existência do Império Romano, com um processo de isolamento das cidades na crise do século III. O principal entrave ao comércio internacional era a carência de ouro ou de produtos que financiassem o déficit comercial do Ocidente com o Oriente.

Apesar de enfatizar o comércio como elemento causador do fim do feudalismo, Sweezy (SWEEZY, 2004a, p. 49–50) reconhece que essa dinâmica não é inequívoca:

Parece-me que Dobb não conseguiu abalar aquela parte da teoria comumente aceita que sustenta ser o crescimento do comércio a causa principal do declínio do feudalismo. Ele mostrou, porém, que o impacto do comércio sobre o sistema feudal foi mais complicado do que em geral se imagina: é demasiado simplista a ideia de que o comércio e a "economia monetária" são a mesma coisa, e que esta é um solvente natural das relações feudais. Tentemos aprofundar nosso estudo da relação entre o comércio e a economia feudal.

---

<sup>5</sup> Há também uma crítica teórica à abordagem sweezyiana dentro do campo marxista, feita por Procacci (2004, p. 165), retomando a resposta direta dada por Dobb (2004b, p. 73) ao reconhecer o caráter não dialético do feudalismo proposto por Sweezy, apartado das contradições e do, tão debatido, motor interno.



O primeiro mecanismo ao qual Sweezy recorre para explicar o processo de diluição dos laços feudais é a influência que as cidades exerceram sobre as relações no campo. Inicialmente as cidades funcionaram como um entreposto comercial, que permitia à população do campo consumir produtos diversificados e ter contato com uma nova forma de divisão do trabalho. Dado o caráter racional da forma urbana de produzir, os bens produzidos podiam ser vendidos a preços acessíveis às populações circunvizinhas. Contudo, para que pudessem comprá-los, essas populações precisavam vender sua própria produção, a fim de auferir o dinheiro necessário para se inserirem na qualidade de consumidoras das cidades (SWEEZY, 2004a, p. 51).

O segundo ponto é o surgimento de uma nova forma de acúmulo de riqueza; uma vez que o dinheiro se torna uma forma de acessar o consumo, os agentes mudam sua postura diante da acumulação:

Agora era possível procurar a riqueza, não sob a forma absurda de um acúmulo de bens perecíveis, mas sob a forma muito conveniente e portátil de dinheiro ou ordens de pagamentos. A posse da riqueza logo se tornou um fim em si mesma na economia de troca, e essa transformação psicológica afetou não apenas aqueles imediatamente envolvidos, mas (ainda que em grau menor, sem dúvida) também os que entravam em contato com a economia de troca (SWEEZY, 2004a, p. 52).

O terceiro elemento dialoga diretamente com Dobb, pois trata-se da mudança do padrão de consumo das elites feudais que, ao entrarem em contato com novas formas de consumo de luxo, buscam ampliar seu consumo suntuário, necessitando, constantemente, de mais receitas e, especificamente, de receitas em forma de dinheiro (SWEEZY, 2004a, p. 52).

O fundamento marxista que leva Sweezy a postular a necessidade do comércio como um elemento externo ao modo de produção feudal é o mecanismo de acumulação que subjaz ao processo de crise. Não haveria ampliação das contradições internas ao modo de produção feudal porque a classe dominante feudal não teria qualquer necessidade de acumular e, portanto, de aumentar o grau de exploração sobre os camponeses. O que esses três elementos inserem no debate são, na sua raiz, três caminhos pelos quais uma necessidade de acumulação capitalista teria surgido no seio da sociedade feudal e, assim, aberto o caminho para a crise e a superação desse modo de produção.

Há também um quarto elemento proposto pelo autor: a cidade como fator de atração demográfica, como polo de liberdade. Para Sweezy (2004a, p. 54), as cidades, ao atraírem os camponeses, levariam os senhores a estabelecerem concessões na exploração dos servos:

Da mesma forma como aumentam os salários numa área de baixa remuneração quando os trabalhadores têm a possibilidade de se mudar para outra de pagamentos mais altos, era preciso fazer concessões aos servos quando eles contavam com a possibilidade de se transferirem para as cidades. Essas concessões tinham de se inclinar no sentido de maior liberdade e de transformação das obrigações feudais em rendas em dinheiro.

Apesar do argumento bem estruturado de Sweezy, existem alguns problemas a serem considerados. Em primeiro lugar, as cidades não podem ser vistas como o bastião da transformação que Sweezy propõe, pois mesmo o comércio por elas realizado não era essencialmente contrário ao feudalismo, mas era parte da própria organização econômica vigente, e esse comércio, em certos aspectos, inclusive reforça a estrutura social feudal, como no apoio que a grande burguesia mercantil oferece aos grandes senhores feudais, no período da guerra civil inglesa.

Esta ausência de vocação revolucionária por parte das cidades, as constantes "traições" à velha ordem pela burguesia (como *credora* da velha ordem), de que Engels viu um processo análogo na Alemanha em 1525 e em 1848, devem ser consideradas em termos de seus interesses objetivamente *convergentes* em face da exploração do campo, à medida que a renda continuava a ser, sob suas várias modalidades, o principal modo de apropriação do excedente, e o capital continuava externo ao processo produtivo (MERRINGTON, 2004, p. 228).

Inclusive, o mercado no qual as cidades prosperavam era um elemento de disputa a ser conquistado pelos atores políticos, e o caráter exclusivo do comércio desse período era condição necessária ao desenvolvimento do capital mercantil (MERRINGTON, 2004, p. 228–229). Não é surpreendente, portanto, que as forças associadas ao capital mercantil tenham exercido justamente um papel reacionário na revolução burguesa na Inglaterra, associando-se aos grandes senhores feudais em oposição aos camponeses enriquecidos e à pequena nobreza do campo inglês que sustentaram a posição revolucionária e capitalista no século XVII (DOBB, 2004b, p. 80).

Considerando que as cidades eram tão diferentes do molde proposto por Sweezy, é razoável verificar que o efeito delas sobre o tecido social foi igualmente distinto. Não apenas a servidão era compatível com a associação à vida urbana como a própria proximidade com os grandes centros de comércio parece ter servido de incentivo à manutenção das formas tradicionais da servidão:

Ao mesmo tempo, acho que Sweezy se equivoca ao afirmar que existe uma correlação necessária entre a desintegração feudal e a "proximidade dos centros de comércio". Nos *Studies*, citei várias provas que refutam a opinião simplista que tem sido popularizada pelos vulgarizadores da "economia monetária". Repetirei aqui apenas duas delas. Foi precisamente no Norte e Oeste atrasados da Inglaterra que a servidão sob a forma de prestação direta de trabalho desapareceu primeiro, enquanto no

Sudeste, mais adiantado, com seus mercados urbanos e vias de comércio, a prestação de serviços persistiu teimosamente. Do mesmo modo, em muitas partes da Europa Oriental, a intensificação da servidão nos séculos XV e XVI foi acompanhada pelo crescimento do comércio, e a correlação não se estabeleceu entre a proximidade dos mercados e a desintegração feudal (como afirma Sweezy), mas entre a proximidade dos mercados e o fortalecimento da servidão (...). Esses fatos são mencionados por Sweezy, o que não o impede de afirmar ter sido apenas "na periferia da economia de troca" que as relações feudais foram uma garantia contra a dissolução. (DOBB, 2004b, p. 76)

Dessa forma, a proximidade com o mundo urbano não apenas não contribuiu para a desagregação do mundo feudal pelo caminho proposto por Sweezy como pode ter exercido o efeito contrário, reforçar os laços feudais mesmo nas fases posteriores de crise do sistema.

Contudo, apesar das críticas levantadas contra ambos os autores, é necessário reconhecer que há alguns pontos positivos, em um e outro, que ajudam a pavimentar o caminho posterior.

Dobb está correto ao enfatizar a dinâmica interna do feudalismo como motivo da crise transformativa; existe um substrato das relações sociais de produção que condiciona o desenvolvimento posterior da sociedade, mesmo diante de qualquer choque externo. Fosse o feudalismo imóvel, como propõe Sweezy, a transição para o capitalismo seria automática e irrevogavelmente condicionada à expansão do comércio, o que se mostrou empiricamente falso pelo caráter simbiótico que o comércio medieval mantinha com a estrutura produtiva feudal.

Por outro lado, Sweezy acerta ao enfatizar o elemento externo da transição porque, por mais que houvesse uma dinâmica interna em andamento, a interação do modo de produção feudal com o mundo externo atua como catalisadora dos processos interiores, acelerando uma reação transformativa que, de outro modo poderia perdurar indefinidamente. A propósito, essa incorporação do elemento externo é aceita por Dobb, que reconhece que o processo de transformação foi resultado de uma interação entre a dinâmica interna ao modo de produção feudal e os elementos externos do mundo no qual esse modo de produção estava inserido (DOBB, 2004b, p. 74–75).

O que nos parece mais adequado, no sentido de reenquadrar a contribuição de Sweezy, é alterar o elemento externo que catalisa a transformação, posto que o comércio não funciona empiricamente, embora se enquadrasse teoricamente, é preciso buscar outro elemento que nos permita conciliar as informações históricas disponíveis com a argumentação teórica. É possível que o comércio seja antes uma variável de aproximação do que o estofamento mesmo do catalisador.

## 5 BRENNER E A RETOMADA DO DEBATE

Antes de buscarmos um novo elemento externo catalisador do processo é preciso ainda atentar ao segundo momento do debate da transição, que ficou conhecido como Debate Brenner, visto que girou em torno das teses de Brenner acerca do papel central da luta de classes entre senhores e servos para a transição do feudalismo.

Esse segundo momento do debate acerca da transição surgiu a partir das críticas levantadas por Brenner inicialmente contra uma interpretação neomalthusiana, pautada pelo caráter determinante das dinâmicas demográficas, que se tornara a ortodoxia no campo da transição para o capitalismo (embora fosse da vertente marxista) (HILTON, 1995a, p. 3), mas que também trouxe fortes elementos críticos ao debate marxista anterior.

A essência da crítica de Brenner pode ser lida como uma crítica simultânea tanto ao modelo mercantil anterior (muito associado às teses de Sweezy, mesmo que também presente na tese de Dobb) quanto ao modelo demográfico (ou neomalthusiano), pois ambas as modelagens subordinariam a sociedade às leis de oferta e demanda (MARIUTTI, 2000, p. 61).

O primeiro ponto de avanço da crítica de Brenner ganha forma e se consolida como ponto interpretativo fundamental quando Wood (2002a) organiza uma interpretação do capitalismo como imperativo, em oposição ao capitalismo como oportunidade (BARREIROS, 2008, p. 103). Os modelos anteriores possuíam um caráter voluntarista, particularmente destacado; o capitalismo seria antes uma questão de oportunidade dos agentes de adotarem uma forma social de produção de mercadorias que seria necessariamente mais eficiente e, portanto, *melhor*.

Nesse aspecto, as interpretações de Dobb e Sweezy seriam até mesmo convergentes. Se para Dobb o capitalismo já existia no interior do feudalismo e precisava apenas de uma oportunidade, em particular, a superação das instituições feudais, para vir à tona, para Sweezy o comércio funcionaria como um elemento externo que destruiria essas mesmas instituições feudais, e libertaria as forças capitalistas retidas na Europa Medieval. Há, em ambos os modelos, uma tese subjacente: “capitalism emerges when the fetters of feudalism are removed.

Capitalism is somehow already present in the interstices of feudalism, just waiting there to be released” (WOOD, 2002a, p. 41).

O segundo ponto que deve ser destacado é a realocação geográfica do surgimento do capitalismo. Se por um lado Dobb, Sweezy e seus debatedores possuíam uma visão claramente urbana do capitalismo (as cidades eram tanto transformadoras do feudalismo quanto berço do mundo novo), por outro, Brenner postula especificamente uma origem agrária do capitalismo (BRENNER, 1995b).

Tendo em vista o impacto causado pela tese de Brenner, é necessário buscarmos compreendê-la. Para o autor, o elemento causativo do processo de transformação fora a luta de classes, a partir da qual os elementos objetivos da sociedade (aqui incluída a própria dinâmica demográfica) seriam transformados (BRENNER, 1995a, p. 11).

Na concepção de Brenner, a estrutura de classes do feudalismo possuía duas dimensões fundamentais “analiticamente distintas, mas historicamente unificadas” (BRENNER, 1995b, p. 12). A primeira dessas dimensões é o chamado processo produtivo, isto é, o conjunto de relações entre os camponeses (produtores diretos) entre si, com a terra (principal meio de produção) e com os demais meios de produção. A segunda corresponde à estrutura de propriedade, o que, por sua vez, confere o caráter por excelência da extração do excedente econômico (MARIUTTI, 2000, p. 73).

Brenner enfatiza essas duas dimensões porque deseja colocar a estrutura de classes como um elemento relativamente rígido, sendo resistente frente a impactos externos, econômicos, comerciais ou demográficos (BRENNER, 1995a, p. 12). É nesse sentido que Brenner (1995b, p. 27) define a servidão como uma “relationship of power which could be reversed, as it were, only in its own terms, through a change in the balance of class forces”.

Ainda nesse desenvolvimento lógico, Brenner postula que a transição para o capitalismo resultou justamente de uma transformação incompleta na bidimensionalidade da estrutura de classes feudais. Se por um lado os camponeses foram capazes de obter vitórias importantes e extinguir a servidão, por outro eles não teriam sido fortes o suficiente para alterar o direito de propriedade a ponto de garantir para si a propriedade da terra (MARIUTTI, 2000, p. 75).

Uma vez entendida a estrutura de classes, é necessário definir a dinâmica interna a essa estrutura, isto é, buscar o motor interno da sociedade feudal. A resposta de Brenner a esse problema pode ser encontrada no conceito de “consumo politicamente motivado”: a necessidade da classe feudal de “maintain a dominant position *vis-à-vis* the peasantry and to protect themselves *vis-à-vis* one another” (BRENNER, 1995b, p. 232).

Na formulação de Brenner existe simultaneamente uma necessidade de acumulação<sup>6</sup> e uma tendência dessa acumulação resultar em uma intensificação do conflito distributivo, posto que a economia camponesa estava constantemente em rota de colisão com a economia do senhor feudal:

As a result, feudal economic development manifested a two-sided, conflictive interaction: between a developing system of production for subsistence through which the class of peasant possessors aimed to reproduce themselves and provide for the continuity of their families, and a developing system of surplus extraction by extra-economic compulsion for non-productive consumption, by which the class of feudal lords aimed to reproduce themselves as individuals and as a ruling class (BRENNER, 1995b, p. 232).

Há, entretanto, uma saída interna ao feudalismo que permitiria conciliar a disputa de classes, ampliando tanto a base material camponesa quanto a riqueza do senhor feudal. Brenner identifica que o processo de colonização de novas terras permitiria o crescimento populacional, a elevação da renda do senhor feudal pela incorporação de novos camponeses e novas terras e “in this situation, output could grow and lords and peasants improve their condition, with a minimum of conflict” (BRENNER, 1995b, p. 237).

Essa última colocação de Brenner é particularmente interessante porque abre espaço para um diálogo com o mundo externo. Houvesse uma quantidade infinita de terras à disposição dos colonos medievais, o feudalismo poderia se expandir indefinidamente; contudo, um limite na quantidade de terras representaria também um limite à possibilidade de expansão do modo de produção feudal. O que é interessante nessa formulação de Brenner é a hipótese subjacente de que a produtividade da terra permanece constante. Trata-se de uma hipótese razoável, dado que a técnica produtiva do período se manteve relativamente constante, sem grandes saltos de produtividade. Contudo, se algum outro elemento afetasse essa produtividade, seria possível

---

<sup>6</sup> Essa necessidade de acumulação ganha contornos mais específicos a partir da definição de “acumulação política”: “the build-up of larger, more effective military organization and/or the construction of stronger surplus-extracting machinery” (BRENNER, 1995a, p. 238).

ampliar ou dirimir o conflito de classes no interior do feudalismo. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

O que nos interessa inicialmente no argumento de Brenner é como as duas classes se comportavam diante da maior necessidade de extração de excedente quando já não era possível expandir as rendas via incorporação de novas terras.

Pelo lado dos camponeses, o elemento-chave foi a solidariedade comunal como forma de fazer oposição à tendência dos senhores de aumentar a extração de excedente. Onde houvesse laços de solidariedade mais antigos e arraigados pelos vínculos comunais, maior seria a capacidade de organização camponesa contra o senhor, ao passo que, nas áreas de ocupação mais recentes, esse seria um elemento mais frágil, facilitando o avanço da pauta senhorial. O exemplo arquetípico dessa dualidade era o território alemão, no qual, a oeste do Elba (terras de colonização mais antigas), os camponeses foram capazes de sustentar uma posição contra os senhores feudais e de impedir a criação ou retomada de antigos tributos feudais, enquanto, a leste do Elba (terras de colonização mais recentes), os senhores foram capazes de intensificar a submissão camponesa, introduzindo, inclusive, relações feudais em regiões onde elas não haviam existido (BRENNER, 1995a, p. 40–41; MARIUTTI, 2000, p. 81).

Apesar da ênfase de Brenner, o exemplo alemão pode ser contestado, como de fato o foi, por Wunder (1995, p. 92–94), segundo o qual o grau de liberdade desfrutado pelos camponeses a leste do Elba “was surely no gracious gift offered by the land-lord, but rather the result of economic efficiency, communal organization and a strong bargaining position”. Essa capacidade de luta e resistência poderia ser vista nos levantes camponeses na região, em especial os de 1440 e 1525, que não se enquadram no modelo proposto por Brenner, até mesmo sendo interpretados como anomalias pelo autor.

Brenner (1995a, p. 277) contra-argumenta apontando o que seria um erro de formulação lógica em Wunder: por mais que os camponeses a leste do Elba tivessem sido os mais livres da Europa, a capacidade de manter essa liberdade quando confrontados com a pressão senhorial seria muito reduzida. Posto de outra forma, a tese de Brenner parece ser a de que quanto mais nova a ocupação da terra, maior seria a variabilidade do grau de liberdade desfrutado pelos camponeses, pois não existiriam os mecanismos tradicionais de controle social que permitissem aos camponeses resistir ao avanço dos senhores nem que permitissem aos senhores resistir à pressão camponesa.

Apesar de Mariutti (2000, p. 84) dar razão a Brenner, parece necessário reconhecer que há mérito no argumento de Wunder. Brenner parece propor que a maior liberdade desfrutada pelos camponeses do leste, antes da crise do feudalismo, fora uma consequência de fatores externos à luta de classes, especialmente a necessidade de colonizar a terra e de manter um fluxo demográfico positivo. Entretanto, uma vez que esses elementos desaparecem, a luta de classes se transforma no determinante.

Não se trata aqui de contestar a coerência interna do argumento de Brenner; é perfeitamente possível aceitar sua interpretação. Contudo, o que Wunder aponta é fundamental no desenvolvimento teórico deste trabalho, porque, para a interpretação de Brenner fazer sentido, ela precisa necessariamente recorrer a um elemento externo ao seu princípio explicativo e criar uma situação de exceção, na qual esse elemento externo possua preponderância.

Se nos deslocarmos do ponto de vista do camponês para o do senhor feudal, teremos um quadro relativamente similar. Sendo fundamental reconhecer que, assim como para o camponês a solidariedade de classe era necessária para fazer frente à força senhorial, também era necessário um grau de cooperação entre os senhores para subjugar a resistência camponesa. Contudo, no caso dos senhores havia ainda a premência de defenderem-se uns dos outros, havendo, portanto, uma tensão inerente à própria posição política: a maior organização política era imprescindível para minimizar os conflitos intraclasse senhorial e para maximizar a capacidade de imposição da força sobre os camponeses (BRENNER, 1995b, p. 239).

The economic success of individual lords, or groups of lords, did tend to depend on feudal state-building, and the long-term trend, overall, does appear to have been towards greater political centralization for political accumulation. (BRENNER, 1995b, p. 240).

Essa cooperação entre senhores feudais resultou em uma profunda alteração da concepção de Estado, engendrando transformações qualitativas que culminariam na formação de um Estado monárquico absolutista, como fora o caso do Estado francês após o fim da Idade Média (MARIUTTI, 2000, p. 89).

Nas regiões onde os senhores feudais superaram a força dos camponeses, a saída para a crise do feudalismo foi, essencialmente, a intensificação das formas tradicionais de exploração. No entanto, nas regiões onde os camponeses foram capazes de impor algumas derrotas à aristocracia, foi necessário desenvolver novas formas de exploração econômica a fim de compensar a perda de receitas que se verificou a partir do século XIV.



Mariutti (2000, p. 95-96) nos diz a esse respeito:

Ao perderem o direito de impor exações arbitrárias sobre o campesinato, os senhores feudais viram-se privados de uma parcela significativa de sua antiga fonte de rendimentos. (...) Impedidos de replantar os mecanismos tradicionais de extração de rendimentos, os *lords* deveriam buscar então uma nova saída para contornar a crise financeira, e a melhor opção, se não a única, era o arrendamento de suas terras para os grandes arrendatários.

Essa nova forma de extração de excedente se verificou especialmente na Inglaterra e representou o surgimento de uma nova dinâmica de classes, com a transformação da antiga classe camponesa em duas novas manifestações, o grande arrendatário, isto é, o camponês enriquecido, e o proletário rural, o camponês empobrecido ou completamente despossuído.

In my view, it was the emergence of the "classic" landlord / capitalist tenant / wage-labourer structure which made possible the transformation of agricultural production in England, and this, in turn, was the key to England's uniquely successful overall economic development. With the peasants' failure to establish essentially freehold control over the land, the landlords were able to engross, consolidate and enclose, to create large farms and to lease them to capitalist tenants who could afford to make capital investments. (BRENNER, 1995a, p. 49)

Essa nova configuração das classes inglesas levou a uma aliança entre os senhores feudais, sobretudo aqueles mais apartados dos modos tradicionais de extração de renda, e os novos grandes arrendatários. O que ajuda a elucidar um dos problemas levantados por Dobb (2004, p. 80) nas relações de classe envolvidas na Revolução Inglesa, momento no qual a aristocracia rural estava aliada com os camponeses enriquecidos contra a burguesia mercantil e a monarquia (que pode ser vista como a aristocracia urbana, que reforçara as formas tradicionais de obtenção de renda, via coerção extraeconômica).

Aqui há uma forte similaridade com a tese de Bois reconhecida por Brenner (1995a, p. 284), embora haja uma diferença profunda acerca das causas que levaram a essa formação de classe específica. Bois (1995, p. 111) justifica essa transformação a partir de uma tendência de queda da taxa de extração de renda feudal (*feudal levy*).

In the first place, in the feudal system the rate of seigneurial levies shows a tendency to fall which originates in the structural contradiction of small-scale production and large-scale property. When economic expansion draws to an end (around the middle of the thirteenth century) the fall in the rate of levy is no longer offset by the establishment of new tenures, with the result that seigneurial income in its turn tends to decrease. The crisis of the feudal system is bound up with this phenomenon: the dominant class does not succeed in maintaining the economic basis of its hegemony.

Portanto, na visão de Bois, o problema central é a incapacidade de manter um rendimento elevado face a uma mudança nas condições de acumulação, sobretudo pelo fim da possibilidade de incorporar novas terras. Brenner discorda de Bois ao postular uma causalidade

diferente: não foi a impossibilidade econômica de continuar a acumulação feudal que desencadeou uma transformação nas relações de classe, mas, sim, a tensão das relações de classe que levou a uma impossibilidade de manter a acumulação feudal (BRENNER, 1995b, p. 284).

Essa discordância com Bois é particularmente interessante porque nos permite retomar a contradição do argumento de Brenner no debate com Wunder. Apesar de Brenner postular a primazia das relações de classe como causa principal das transformações sociais, é no momento em que se manifesta a incapacidade de manter a incorporação de novas terras no leste (e, portanto, no momento em que os rendimentos feudais diminuem) que ocorre a transformação das relações de classe na Europa Oriental. Brenner parece adotar uma versão particular da tese de Bois para justificar a dinâmica camponêses-senhores feudais a leste do Elba.

Por outro lado, Brenner tem plena razão em apontar que não há, em princípio, nenhum limite inerente ao sistema feudal causado por uma queda na taxa de acumulação. Adotar esse limite significa recair em argumentos externos, próximos, inclusive, à ortodoxia malthusiana que estava sob crítica dos autores.

O desafio que parece se mostrar, intrigantemente similar ao desafio presente no debate entre Dobb e Sweezy, tem duas faces: como os elementos externos estão atuando sobre uma estrutura feudal desenhada pelos teóricos marxistas e qual a natureza desse elemento externo.

## **6 O PROBLEMA CLIMÁTICO**

Podemos organizar o debate teórico sobre a transição visto até aqui a partir de três linhas mestres, cada uma relacionada a um dos autores-chaves. A luta de classes, fundamental para Brenner, responde como diretriz-mestra do processo, determinando as relações de propriedade e os limites de expansão da sociedade medieval. A superexploração do campesinato representa a causa primeira do processo para Dobb e gerou a ruptura do mundo feudal ao sobrecarregar a classe produtiva com uma demanda de extração de excedente impossível de suprir. Já para Sweezy, o feudalismo deve ser visto como um sistema extremamente resiliente, necessitando, por isso, de um elemento externo que corroesse suas

estruturas fundantes e permitisse a emergência das forças capitalistas; para o autor, esse elemento é o comércio.

Se analisarmos o debate da transição como oportunidade de incorporar pontos distintos dos argumentos de cada autor na tentativa de aprofundar a compreensão do processo em questão, mais do que elegermos um vencedor, podemos compatibilizar as teses de Dobb e Brenner sem maiores problemas: faz sentido que a luta de classes e a superexploração sejam processos concomitantes e que respondam a estímulos mútuos, isto é, há uma intensificação da luta de classes conforme o grau de exploração aumenta e vice-versa.

Por outro lado, a tese de Sweezy parece deslocada; o próprio modelo circulatorista parece não ter muita tração no debate marxista, isolando Sweezy de seus interlocutores. Apesar disso, é possível identificar certo mérito em sua proposição. Ainda que não se possa atribuir ao comércio o efeito desagregador proposto, reside no desenho teórico uma ideia interessante: a existência de um catalisador social que faz com que as mudanças ocorram não apenas numa direção específica, mas num ritmo específico.

Nessa subseção buscaremos mostrar que a tese sweezyana de um catalisador para a transição tem mérito empírico, posto que o século XIV foi palco de uma rápida transformação das condições materiais do planeta, a partir de uma dinâmica própria e alheia ao modo de produção feudal. Diferentemente de Sweezy, entretanto, não propomos que esse catalisador seja o comércio, mas o clima.

Antes de avançarmos para o argumento teórico em si, convém tecermos uma consideração cronológica. Enquanto o debate da transição foi iniciado na década de 1940 e teve seu auge na década de 1950, as primeiras incursões científicas sobre as mudanças climáticas no período medieval datam da década de 1960, com o trabalho pioneiro de Lamb (1965), no qual o termo *Medieval Warm Epoch* é introduzido ao léxico científico, seguido quase uma década depois por uma investigação de LaMarche (1974) acerca das montanhas na Califórnia que confirmava a existência de uma mudança climática. Com isso em vista, é razoável que os autores que protagonizaram o debate da transição não tivessem incorporado o elemento

climático. Mesmo quando, na segunda fase, com a contribuição de Brenner em 1976, o tema ainda estava em seus primórdios.<sup>7</sup>

O que aqui denominamos como problema climático é essencialmente a passagem da Anomalia Climática Medieval (MCA, na sigla em inglês), também conhecida como o Ótimo Climático Medieval, para a Pequena Era do Gelo (LIA, também na sigla em inglês) e representou, essencialmente uma mudança geral do padrão climático global, com consequências particularmente intensas para a Europa (CAMPBELL, 2016).

Essa passagem pode ser identificada a partir de uma redução significativa das temperaturas médias anuais. Embora a amplitude dessa variação dependa do método utilizado para a mensuração (LUTERBACHER et al., 2016), a passagem de um período de altas temperaturas, que vigorou entre os séculos X e XIII, para um período mais frio, do século XIV até o século XIX, é consensual, e pode ser identificada com base em uma série de medidas diferentes, desde núcleos de gelo até estudos dendrocronológicos (LJUNGQVIST et al., 2012; SCHNEIDER et al., 2015).

A alteração das temperaturas também é relevante por causar transformações nos padrões de circulação atmosféricos. Em particular, a manutenção de um gradiente de pressão atmosférica no Atlântico Norte foi responsável pela garantia de um regime pluviométrico favorável ao crescimento das economias agrícolas da Europa medieval. Quando esse gradiente se altera em função das temperaturas reduzidas, a Oscilação do Atlântico Norte (NAO, na sigla em inglês) deixa de ser um fator benéfico e amplia a instabilidade das chuvas na Europa, aumentando o risco de perda de safras e minando as bases materiais do modo de vida medieval (CAMPBELL, 2016).

O objetivo desta seção é investigarmos como os argumentos dos principais autores do debate (Dobb, Sweezy e Brenner) reagem quando expostos à mudança climática, que constitui um elemento exógeno, de caráter imprevisível para os agentes históricos da Idade Média, a suas teorias. Começemos por Dobb.

Para o autor, a causa fundamental da transição fora a superexploração do campesinato pelos senhores feudais, superexploração que fora causada por quatro fatores distintos: a visão

---

<sup>7</sup> Considerando a linha do tempo, descrita por Xoplaki, Fleitmann e Diaz (2011), o tema só ganha fôlego na década de 1990, o que é condizente com a maior preocupação em torno da mudança climática em curso que se traduz tanto em maior interesse quando em maior disponibilidade de dados climáticos.

de superioridade do senhor frente ao servo; o desequilíbrio demográfico entre servos e senhores; o aumento das guerras e do banditismo (o que exigia mais receitas para financiar o combate), e a maior necessidade de rendimentos para financiar o consumo suntuário.

O ponto mais frágil desses argumentos, conforme demonstrou Sweezy (2004a, p. 46–47), é a total ausência de elementos que corroborem uma discrepância demográfica entre servos e senhores. Contudo, esse argumento ganha fôlego se levarmos em conta alguns dados recentes sobre a Peste Negra.

Em primeiro lugar, o fato de a peste ser um fenômeno eminentemente climatológico, conforme propõe Campbell (2016, p. 229). Mais do que isso, podemos seguir a descrição do autor acerca de como ocorreu o contágio no século XIV (CAMPBELL, 2016, p. 236 e ss.). Em linhas gerais, um movimento de desertificação da Ásia Central, após um período longo de chuvas consistentes, foi o desequilíbrio causador da proliferação e posterior difusão da bactéria causadora da peste.

Durante a época mais úmida, a população de roedores silvestres aumentou diante da maior disponibilidade de gramíneas (plantas nativas que compunham a base de sua dieta); entretanto, quando sobreveio o período de seca, iniciado com o fim da MCA, a disponibilidade de vegetação diminuiu, o que forçou as populações de roedores a buscar alimentos em cidades próximas, fora do seu habitat.

É justamente nessas cidades que a população de roedores silvestres entra em contato com os ratos urbanos (espécie comensal dos seres humanos). Embora as espécies silvestres vivessem em equilíbrio com o bacilo da peste (*Yersinia pestis*), o mesmo não acontecia com as espécies urbanas que apresentavam uma alta taxa de mortalidade quando expostas ao bacilo. É provavelmente a partir da mortandade de ratos que suas pulgas passaram a buscar seres humanos como hospedeiros, estabelecendo, assim, o caminho de infecção das populações humanas.

A circulação de ratos, pulgas e pessoas pelas rotas comerciais que conectavam a Ásia Central ao Mar Negro garante a difusão da peste para a Europa, onde chega a matar até 60% da população de algumas localidades. O choque demográfico é intenso e prolongado, com surtos de peste por pelo menos mais 100 anos. Em 1380, a população europeia é reduzida quase à metade, e não volta a crescer até o século XV, quando a população atinge o seu valor mínimo.

Entretanto, mais interessante do que os níveis absolutos da mortalidade é o seu caráter de classe: senhores e servos não morreram na mesma proporção. “Plague may little have respected person, rank or office, but it did not kill indiscriminately. Today, plague is above all a disease of poor people in poor countries and the same applied in the fourteenth century.” (CAMPBELL, 2016, p. 308)

Esse elemento social da doença se traduz numa taxa de mortalidade de 27% entre os grandes terratenentes feudais, significativamente menor que a taxa média de 40-45% para a população total. Pela inescapável natureza matemática das médias, se os senhores feudais morriam menos, os camponeses morriam mais. O mesmo processo pode ser visto na hierarquia eclesiástica: enquanto 18% dos bispos morreram em consequência da peste, a taxa de mortalidade entre os abades foi de 44% (CAMPBELL, 2016, p. 308–309).

Com base nisso, podemos reabilitar essa parte do argumento de Dobb: por mais que não houvesse uma diferença significativa na taxa de natalidade entre nobres e servos, o mundo pós Peste Negra viu uma rápida e significativa mudança na razão entre essas duas partes. Assim, na segunda metade do século XIV, o número de servos por senhor era consideravelmente menor do que no século XIII.

A necessidade de extrair mais excedente dos camponeses também pode ter uma origem climática, posto que a produtividade agrícola é necessariamente afetada por mudanças desse tipo. Parker (2013, p. 18) oferece uma descrição ilustrativa sobre os efeitos do clima sobre a produção agrícola:

[In] cereal growing regions, a fall of 2°C shortens the growing season by three weeks or more, diminishes crop yields by up to 15 per cent, and lowers the maximum altitude at which crops will ripen by about 300 feet. (...) Extreme weather could also destroy crops indirectly. Excessive rain might allow rodents to multiply. In Moldavia in 1670 myriads of mice’ not only ate ‘all they found in the vegetable gardens’ but also, ‘climbing up the trees, ate all the fruit, finishing them up; and to end the job’ they ‘finished the wheat in the field’. Drought favoured locusts.

Nesse cenário, cada nobre não dispunha apenas de menos servos para produzir os recursos necessários ao financiamento de seu consumo, mas também a própria terra a ser cultivada pelo servo perdera em produtividade e ganhara em incerteza. Nesse contexto, os elementos de Dobb se mostram precisos: a mudança climática gera um aumento da necessidade do senhor feudal de intensificar a exploração dos servos a fim de manter o padrão de consumo do qual desfrutava durante a MCA.

Prosseguindo na análise da transformação climática, podemos identificar também novos pontos de apoio para o argumento sweezyiano, em particular os movimentos *ad hoc* do comércio Mediterrâneo. Seguindo a tese de Pirenne de que a economia europeia segue as flutuações desse comércio, podemos deslocar a causa externa proposta inicialmente (as conquistas árabes) para a causa climática.

Existe um claro movimento de redução das temperaturas já no século III, intensificado a partir dos séculos VI e VII, o que, considerando o efeito descrito por Parker sobre a produção agrícola na Europa, indicaria um processo secular de crise de produção nas sociedades do Mediterrâneo. (BÜNTGEN et al., 2016) Essa cronologia inclusive ajuda a conciliar a crítica de Hilton, que apontava o século III como momento inicial da retração comercial, ao mesmo tempo em que situava no período da expansão árabe o ponto de intensificação da tendência.

Não apenas isso, a mudança climática a partir do século III coincide com um período de instabilidade política generalizada no Mediterrâneo, no qual podemos identificar inclusive a queda do Império Romano e, intrigantemente, a transição do modo de produção escravagista para o modo de produção feudal.

Colocando a LALIA (Pequena Era do Gelo da Antiguidade Tardia, na sigla em inglês) no centro da análise, parece haver uma forte correlação entre o comércio Mediterrâneo e a dinâmica climática, e desta com a instabilidade política na região: “The LALIA can therefore be considered as an additional environmental driver of crop failure, famine and plague, as well as a possible trigger for political, societal and economic turmoil” (BÜNTGEN et al., 2016, p. 4).

É também digno de nota que a primeira pandemia da Peste Negra, conhecida como Peste de Justiniano, assolou o Mediterrâneo no século VI (no momento mais pronunciado da retração térmica) e gerou efeitos demográficos severos, muito similares aos da Peste Negra do século XIV (CAMPBELL, 2016, p. 330–331).

Não causa espanto que o período subsequente à LALIA seja justamente a MCA, que coincide com uma nova fase de expansão do comércio mediterrânico e europeu. Nesse caso, a agricultura sofre um choque de produtividade exógeno que amplia o excedente disponível tanto para o comércio direto quanto para sustentar as manufaturas urbanas, via alimentos baratos e liberação de mão de obra do setor produtor de alimentos.

É nesse contexto que se manifesta o excepcional século XII descrito por Duby (1999), não apenas o crescimento demográfico verificado por toda a Europa como também o processo de colonização de terras, anteriormente consideradas marginais e improdutivas, têm sua raiz na mudança climática. Por mais que os moinhos hidráulicos e a rotação de cultivos tivessem sua importância, é a estabilidade dos padrões atmosféricos e a elevação das temperaturas médias que fazem com que as forças produtivas saltem de patamar sem que haja mudança significativa nas relações sociais de produção.

Nesse mesmo sentido, é justamente a partir do século XIV, com a nova reversão climática, que esse bônus de produtividade da agricultura desaparece, engendrando uma crise demográfica e nova pressão sobre as rotas comerciais, dissolvendo parte significativa da rede europeia de comércio e deslocando o eixo dinâmico do Mediterrâneo para o Norte.

Apesar de haver uma correlação forte entre expansão comercial e aumento de temperatura (e vice-versa), tal correlação gera dois problemas para o argumento sweezyano. Em primeiro lugar, a crise do feudalismo é justamente o momento de recrudescimento climático e retração comercial. Esse problema é particularmente grave porque a tese de Sweezy diz que o oposto deveria acontecer. Em segundo, a expansão comercial posterior à retomada do crescimento populacional se dá em um contexto de piora dos indicadores climáticos, sobretudo a partir do século XVII.

Nesse contexto, Sweezy parece se converter em uma versão marxista de Malthus: descreve corretamente uma dinâmica válida para o período anterior às transformações em análise, mas cujo fim consiste justamente na transição que busca estudar.

O argumento de Brenner, por sua vez, pode se beneficiar fortemente da introdução do elemento climático, posto que o clima atua justamente como um catalisador da luta de classes feudal: ao diminuir o excedente agrícola, a mudança no padrão climático acirra o conflito distributivo entre senhores e servos.

Como Brenner postula que haja um motor de acumulação no interior do feudalismo, em função das disputas políticas entre senhores, não é possível simplesmente adaptar a sociedade a um nível menor de extração desse excedente (BRENNER, 1995b, p. 239).

Além disso, a mudança no padrão climático que inaugura a LIA leva a uma redução da capacidade geradora de excedente para um mesmo estágio de desenvolvimento das forças



produtivas e das relações de produção, o que também tem o efeito de premiar os agentes que optarem por caminhos alternativos nas técnicas produtivas. Nesse sentido, a formação da nova classe dos grandes arrendatários, caracterizados por uma maior interferência no processo produtivo, incluindo maiores investimentos de capital na lavoura, encontra-se em sintonia com as transformações climáticas. Esses caminhos não levam necessariamente ao desenvolvimento capitalista, mas, no contexto específico pós século XIV na Inglaterra, esse caminho foi o que se consolidou.

Aqui cabe trazermos o argumento de Bois para contrastar com o de Brenner. Sua tese principal acerca da tendência decrescente da renda feudal pode ser compreendida como fruto das mudanças climáticas, não sendo, portanto, um desenvolvimento geral da dinâmica feudal. Porém, as consequências decorrentes dessa tendência seriam válidas, posto que, de fato, houve uma redução do excedente per capita disponível para os senhores feudais. Nesse sentido, Bois (1995, p. 111) é preciso ao dizer que:

When economic expansion draws to an end (around the middle of the thirteenth century) the fall in the rate of levy is no longer offset by the establishment of new tenures, with the result that seigneurial income in its turn decrease. The crisis of the feudal system is bound up with this phenomenon: the dominant class does not succeed in maintaining the economic basis of its hegemony.

Contudo, Bois não reconhece tratar-se de um fenômeno singular em si, ao contrário, enfatiza que se trata de um movimento típico conforme as leis internas da dinâmica feudal (BOIS, 1995, p. 111–112). O problema maior para Bois talvez seja que, ao deslocarmos o elemento causador para um ponto anterior (a mudança climática causa a redução das exações feudais), o caminho explicativo também sofre alterações, uma vez que não podem ser descritos simplesmente como um desenvolvimento interno do feudalismo.

Acerca desse ponto, Brenner traz uma contribuição mais interessante: é porque a luta de classes estava configurada de tal forma quando veio a mudança do padrão climático que o grande arrendatário surgiu, e o desenvolvimento posterior seguiu o caminho específico do desenvolvimento capitalista e não qualquer outro. A título de contraste, não houve desenvolvimento capitalista após a crise climática do fim da antiguidade, nem mesmo após a primeira pandemia da Peste Negra no século VI. Como Brenner (1995b, p. 213) coloca:

Under different property structures and different balances of power, similar demographic or commercial trends, with their associated patterns of factor prices, presented very different opportunities and dangers and thus evoked disparate responses, with diverse consequences for the economy as a whole.

Por outro lado, o argumento climático coloca alguns desafios sérios ao argumento geral de Brenner, sobretudo pelo reforço que ele traz às teses neomalthusianas. Por exemplo, Brenner critica os autores desse campo por não darem explicações convincentes acerca dos 100 anos de retração populacional a partir da segunda metade do século XIV, após o choque demográfico da Peste Negra, o que contraria o modelo demográfico usado por eles (BRENNER, 1995b, p. 224).

Contudo, essa retração populacional é condizente com os atuais modelos epidemiológicos da peste (CAMPBELL, 2016, p. 239, 260, 306 e ss.), e, com a mudança de padrão climático, a população não volta a crescer porque a crise não está no arcabouço do modo de produção anterior, mas no contexto de ruptura das relações vigentes entre o ser humano e a natureza, o que desloca o equilíbrio da ecologia populacional.

Por fim, podemos traçar um panorama da Idade Média umbilicalmente conectada às grandes dinâmicas climáticas: o aquecimento da MCA, que encontra sua faceta mais expressiva na exuberância do século XII, e o resfriamento da LIA, que traz consigo a crise do século XIV e catalisa as reações sociais determinantes da transição. A resposta das forças produtivas às flutuações climáticas, em descompasso com as relações sociais de produção, parece ser a base explicativa da crise medieval e da germinação do mundo novo.

## 7 CONCLUSÃO

Conforme visto no capítulo, as teses levantadas no debate da transição possuem diversos elementos meritórios, dentre os quais se destacam a dinâmica de superexploração do campesinato (DOBB, 2004a, 2004b, 2004c) e a centralidade da luta de classes no processo (BRENNER, 1995a, 1995b).

Considerando isso, a grande questão a ser trabalhada é como um elemento exógeno ao processo descrito por esses autores dialoga com a dinâmica interna da sociedade feudal. Sweezy (2004a, 2004b) traz essa ponderação ao colocar o comércio como elemento disruptivo, porém, à luz dos conhecimentos mais recentes, a mudança do padrão climático parece ser um candidato mais interessante, podendo servir como catalisador de um processo que, por mais que

obedecesse a uma dinâmica interna da sociedade feudal, ocorreu a um ritmo específico e, por isso, desenvolveu-se com uma historicidade específica.

Um dos elementos principais para pensar a especificidade da mudança climática no contexto europeu é a relação da sociedade medieval com o trigo, descrita pelo duplo processo de romanização e cerealização do mundo medieval (HOFFMANN, 2014, p. 42). Justamente no esforço de emular o Império Romano, a Europa medieval elege o trigo como cereal por excelência do seu cultivo, em detrimento de outras variedades mais resistentes ou mais adequadas ao clima da região.

Isso significa que a sociedade medieval se organiza materialmente em torno da produção e do consumo do trigo, o que traz consequências consideráveis quando, por conta da mudança climática, a produção desse cereal específico se torna mais custosa ou mesmo impossível.

Justamente diante dos desafios econômicos trazidos pela impossibilidade de manter a trajetória de crescimento da economia medieval, calcada no aumento da produtividade da terra durante a MCA, o conflito distributivo entre senhores e camponeses agrava-se. Não apenas a produtividade da terra diminui por conta do resfriamento do hemisfério Norte, como também a mudança climática cria um cenário de difusão de patógenos devastadores para a demografia europeia, com efeitos muito mais graves entre os trabalhadores do que entre os senhores.

Assim, a segunda metade do século XIV desenha um cenário em que as classes senhoriais estão assentadas sobre um mecanismo de extração de excedente que se tornou disfuncional, porque os pilares sobre os quais se fundava foram subitamente fragilizados. O senhor feudal dispõe de menos camponeses para sustentá-lo, e esses camponeses são menos produtivos, e, simultaneamente, sua necessidade de extração de excedente não diminuiu, haja vista a competição intersenhorial expressa no conceito de acumulação política.

O efeito catalisador do clima se manifesta, portanto, como um descompasso entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, fazendo com que, nesse desequilíbrio, ganhem destaque as tensões sociais presentes no seio da sociedade medieval.

No capítulo seguinte veremos com mais detalhes como a mudança climática se manifesta em suas especificidades, o que se traduz em condicionantes distintos para as diversas

sociedades europeias, em função, sobretudo, da sua inserção no mapa climático do continente e, em especial, da sua posição diante das forças atmosféricas do planeta.

## **CAPÍTULO 2 – O USO DA TERRA NA EUROPA MEDIEVAL E AS MUDANÇAS NO PADRÃO CLIMÁTICO: O PROBLEMA DAS TEMPESTADES**

### **1 INTRODUÇÃO**

Partindo do conceito de cerealização da economia europeia, apresentada no capítulo anterior (HOFFMANN, 2014, p. 42), investigaremos, agora, algumas de suas consequências mais relevantes para o problema da transição diante do contexto histórico da mudança climática do século XIV.

O primeiro passo é considerarmos que toda a estrutura agrícola se desenvolve em um espaço de tensão entre os elementos humanos e não humanos da natureza. Essa tensão possui diversas dimensões, como a escolha das técnicas produtivas e de distribuição dos alimentos, as formas de organizar e dividir a terra e a própria escolha do gênero a ser cultivado. Por exemplo, mesmo dentro de uma cultura material centrada no consumo de pão, há ainda uma escolha por parte da sociedade a respeito de qual o cereal a ser utilizado para produzir o pão.

Essas escolhas se organizam em um conjunto de estratégias que chamamos de *hedge* climático, e consistem em uma forma de a sociedade medieval proteger-se da inconstância do clima, afinal, mesmo em um cenário de estabilidade climática, existem alterações súbitas de variáveis climáticas, como chuva e temperatura, que podem comprometer uma safra e constituem, portanto, um desafio à reprodução material das sociedades agrícolas.

Uma vez que tenhamos mapeado as principais estratégias da sociedade europeia para lidar com a inconstância do clima, voltaremos nossa atenção para a situação específica da mudança climática do século XIV. Em especial, será necessário explorar como um fenômeno de caráter global como a transição da MCA para a LIA pode se manifestar regionalmente de formas tão distintas.

A chave para elucidar esse problema reside na análise dos padrões de circulação atmosféricos que atuam sobre a Europa, com destaque para a Oscilação do Atlântico Norte (NAO), em suas fases positiva e negativa. Embora a análise preliminar sugira que a NAO constitui o grande elemento explicativo dos níveis de pluviosidade sobre a Europa, há algumas nuances a serem exploradas que sustentam uma particularidade no entorno da bacia do Mar do Norte em oposição à dinâmica da Europa continental.

## 2 ROMANIZAÇÃO E CEREALIZAÇÃO – IMPACTOS SOBRE O USO DA TERRA

Conforme indicado brevemente no capítulo anterior, um dos fenômenos cruciais para a compreensão da Europa medieval é o processo de romanização (HOFFMANN, 2014, p. 42). Esse fenômeno possui manifestações muito diversas, mas consiste, em essência, na emulação realizada pelos medievais dos padrões de comportamento típicos do mundo romano clássico.

Por mais que houvesse uma forte carga de idealização a respeito de em que consistiam esses comportamentos, um aspecto da romanização era inescapavelmente concreto, posto que se referia explicitamente à alimentação básica da sociedade medieval: a cerealização. Esse aspecto funciona como uma pedra angular do processo de romanização, mais amplo e difuso, e consiste em adotar o pão, em especial aquele feito de trigo, como imagem arquetípica do alimento.

Esse dado nos interessa porque o pão é um alimento que demanda uma relação específica com a terra, pois para que se produza pão é necessário converter a terra agricultável em terra produtora de um gênero agrícola específico, os cereais e, em particular, o trigo.

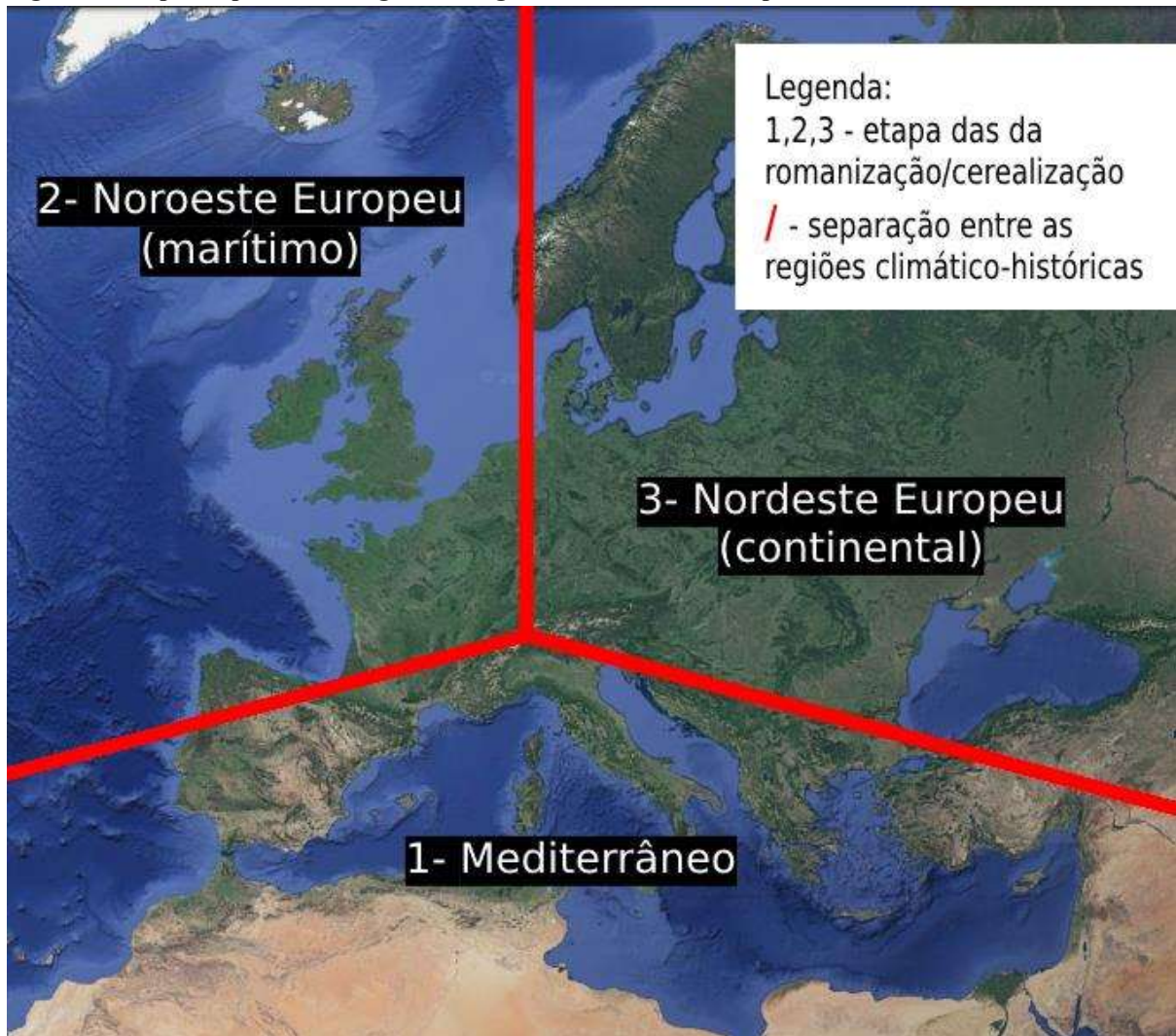
Dessa forma, a sociedade medieval fica pautada por uma hierarquia entre os gêneros alimentícios que se estrutura a partir de vetores culturais advindos do mimetismo do mundo romano. Nessa hierarquia se destacam duas relações que nos interessam, em primeiro lugar, dentre os grãos *in natura*, o trigo desfruta de maior prestígio que qualquer outro e, no âmbito do grão transformado pelo trabalho, o pão é muito mais valorizado do que formas mais simples de conversão de grãos em comida, como o mingau. Nesse desenho social, comer um pão feito de farinha de trigo estava umbilicalmente conectado ao estilo de vida da elite, enquanto aos pobres, em todas as suas facetas, cabia a diluição no mingau do grão que houvesse, em geral aveia ou centeio.

Essa repartição da sociedade cria um motor de ocupação e exploração da terra muito peculiar. As elites medievais, na busca por atenderem às suas próprias necessidades de consumo, buscam converter a maior parte possível de suas terras à produção de trigo. Esse *modus operandi* termina por assombrar a sociedade europeia na medida em que o trigo se mostra muito mais frágil a mudanças climáticas do que outros cereais típicos da Europa, como o centeio.

Aqui temos uma manifestação do problema da territorialidade agrícola: o cultivo do trigo como gênero alimentício é introduzido na Europa como uma cultura mediterrânea, e passa,

a partir da ocupação romana e da posterior romanização da sociedade medieval, a ser produzido em regiões de climas diversos àqueles de sua origem, primeiramente no noroeste europeu e, em seguida, no nordeste europeu, conforme o mapa a seguir.

**Figura 1 - Mapa simplificado das grandes regiões climáticas da Europa**



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Esse processo em etapas, que a expansão do cultivo de trigo nos revela, apresenta uma forte correlação com as diferenças climáticas na Europa, seguindo, em linhas gerais, a divisão entre os climas mediterrâneo, marítimo (Europa Ocidental) e continental (Europa Oriental). O que indica um processo adaptativo do cultivo do cereal a condições climáticas e de solo diversas.

A romanização, e em especial a cerealização, é relevante para a análise que estamos costurando porque constitui um pano de fundo que perpassa a relação dos europeus medievais com o ambiente a seu redor. A herança romana, adaptada ao mundo Mediterrâneo, ao entrar em

contato com uma realidade climática diferente no Norte da Europa, transforma as sociedades assentadas nesses espaços e é, por sua vez, transformada por elas.

Se, por um lado, há uma pressão dos senhores feudais em emular a idealização medieval dos hábitos do Império Romano, em especial os hábitos alimentares e as culturas agrícolas necessárias para mantê-lo, por outro, a natureza coloca uma série de condicionantes, sobretudo climáticos, que interagem com essas aspirações da sociedade medieval.

Essa tensão entre natureza e sociedade se revela a partir de três dimensões interconectadas. A primeira delas é a técnica produtiva, que se manifesta pela disponibilidade tecnológica e pelo uso da força de trabalho, humana ou animal, em regiões diversas da Europa. A segunda dimensão é a organização da terra, cujas diversas formas de loteamento refletiam a intencionalidade da produção. Por fim, a própria escolha do grão a ser cultivado tinha papel crucial na mediação entre as aspirações sociais e os ditames da natureza.

A primeira dimensão, a respeito da técnica produtiva, é, sobremaneira, ampla, mas convém traçar alguns contornos gerais que ilustrem a dinâmica. Para isso, elegemos um dos problemas clássicos da historiografia agrária inglesa, a distribuição de bois e cavalos na Inglaterra.

Há aqui dois dados que constituem a base da análise. Em primeiro lugar, numa sociedade de baixo consumo de energia, como a sociedade medieval, o animal não humano constitui uma das principais formas de converter a energia do Sol (fonte primária de praticamente toda a energia armazenada no planeta) de radiação eletromagnética para movimento. Em segundo lugar, cavalos e bois seguem uma divisão territorial nítida, os primeiros predominavam como força motriz no sul e os segundos, no norte (CAMPBELL, 1988, p. 95–96).

Em termos de conversão de unidades de energia, um cavalo, por sua capacidade muscular é muito mais eficiente que um boi para o trabalho no campo; um arado puxado por cavalos aumentava substancialmente a produtividade do camponês medieval, o que traz à tona a questão: por que alguns lugares nunca adotaram essa técnica?

O problema-chave é a fonte de energia imediata necessária à manutenção de um cavalo:

Still the stronger and faster beast had a countervailing disadvantage, expensive fuel. Oxen will work on a diet of grass; horses will not. Hard-working horses need specialized fodder and that means cereal grains (HOFFMANN, 2014, p. 124).

Dessa forma, para sustentar um cavalo era necessário produzir um alimento especializado, o que, por sua vez, necessitava de um trabalho especializado em uma parcela de



terra igualmente especializada. Campbell (1988, p. 97) identifica corretamente que o principal entrave à adoção de cavalos como animal de tração era a baixa produtividade associada às terras do norte da Inglaterra e ao trabalho realizado nessas terras.

Esse cenário desenha claramente um círculo vicioso de baixa produtividade, não era possível adotar uma técnica mais produtiva porque a terra não era produtiva o suficiente para sustentá-la. Dessa forma a natureza limitava as possibilidades de adoção das culturas agrícolas associadas ao processo de romanização na Inglaterra medieval. Se, por um lado, havia mais margem para realizá-lo no sul, as regiões ao norte tinham um conjunto próprio de pressões.

A segunda dimensão trata do loteamento de terras na Europa medieval. Embora houvesse inúmeras formas de dividir e subdividir as parcelas de terra, com infindáveis particularidades regionais e diferenças que remontavam ao costume de um passado longínquo, há dois tipos ideais que agrupam de maneira satisfatória a variedade geral: o *ancient countryside* e o *champion*.<sup>8</sup>

O *ancient countryside* era a manifestação da agricultura campesina por excelência e consistia em diversas pequenas parcelas de terra produtiva, muitas vezes associada a uma família camponesa específica, responsável pelo cultivo daquele lote e de onde advinha seu sustento. Ao redor desse tipo de loteamento, desenvolviam-se algumas pequenas vilas, cada qual com um agrupamento de campos de cultivo, seguindo uma lógica pouco planejada e irregular (HOFFMANN, 2014, p. 129).

Por outro lado, os *champions* se caracterizavam por uma grande vila central e um grande campo aberto onde se realizava o cultivo, em geral de cereais. A tônica da produção era dada pelo senhor feudal, o próprio desenho do *champion* era pensado como forma de otimizar o trabalho coletivo dos camponeses e maximizar a rentabilidade do senhor feudal (HOFFMANN, 2014, p. 127).

Champion arable was not possessed in common nor did its yield of cereals go to the peasant community in common, but the farmers pooled their resources and worked the land collectively through plough teams, harvest teams, and putting their animals under the common supervision of a village herder to graze on parcels not currently bearing crops (HOFFMANN, 2014, p. 128).

Dadas essas características físicas e sociais atreladas ao *champion*, esse constituía o modelo típico associado ao processo de cerealização, de modo que os senhores feudais buscavam, sempre que possível, converter um terreno para esse modelo, fazendo com que os

---

<sup>8</sup> Aqui seguimos a nomenclatura de Hoffmann (2014), baseada na literatura inglesa sobre o tema, mas essa dualidade foi percebida por outros autores. Marc Bloch, por exemplo, estruturava a dicotomia do loteamento da França em *bocage* (equivalente ao *ancient countryside*) e *champagne* (equivalente ao *champion*) (HOFFMANN, 2014, p. 130).

terrenos organizados em *ancient countryside* fossem associados às terras marginais, como veremos mais à frente no capítulo ao analisarmos o caso da Frísia.

Essa distinção entre os dois tipos de loteamento de terra pode ser identificada na Inglaterra e na França, que constituem uma área de ocupação mais antiga pela sociedade agrícola medieval europeia (acompanhando também a temporalidade do mapa apresentado no início do capítulo), mas também na fronteira de expansão agrícola do leste europeu, em particular na Polônia.

Aqui cabe uma ressalva, pois, embora haja certa correlação entre a forma de organização do espaço e o destino da produção, seja o consumo do camponês ou o do senhor feudal, ou entre essa organização e as condições ambientais, por exemplo, o predomínio do *ancient countryside* em regiões com maior cobertura florestal, é necessário salientar que essas correlações não são perfeitas.

Por exemplo, na ocupação da Polônia, é possível identificar lotes de terra com a vocação cerealista dos *champions* do sudeste da Inglaterra, com condições climáticas e cobertura florestal característicos do norte da Inglaterra. Ao mesmo tempo, algumas regiões, como o *loesse* e a terra negra, seguem um padrão de ocupação no estilo *ancient countryside*, mesmo sendo áreas cerealistas (HOFFMANN, 2014, p. 133).

Por fim, temos a terceira dimensão do problema, a escolha dos grãos a serem cultivados. Dentro do esquema ideal de romanização, o trigo ocupava lugar de destaque no imaginário medieval, apesar disso, havia significativa variedade de cultivo entre as diversas regiões da Europa e durante as diversas épocas do ano.

Por exemplo, aveia e cevada constituíam grãos de primavera, adaptados à umidade do solo e mais adequados ao cultivo no norte. Outro exemplo que parece inconsequente, mas se revela fundamental, é a predominância do centeio como opção de cultivo no nordeste europeu.

O centeio, *Secale cereale*, é um grão originário da Anatólia (BEHRE, 1992, p. 142) e acredita-se que tenha chegado à Europa como uma erva daninha associada ao cultivo de outros cereais. Contudo, com a transformação das técnicas agrícolas, em especial o corte mais rente ao chão, possibilitado pela inovação trazida pelas ferramentas de aço, o centeio foi incorporado como uma planta de cultivo secundário (BEHRE, 1992, p. 150). O passo seguinte na sua transformação em cultura específica esteve associado ao maior rendimento que apresentava frente aos demais cereais, em áreas de agricultura marginal:

Rye was increasingly accepted as useful because of its better yields in ecologically marginal areas. This recognition that it could be useful was the beginning of its status as a crop plant. The various archaeobotanical records of rye and also etymological evidence support the view that rye growing did not begin in a

particular area and then spread, but it started independently in different regions of Europe and usually in areas where arable farming was difficult. The general climatic deterioration during the last millennium B.C. may have been a further stimulus (BEHRE, 1992, p. 152).

Trabalhos mais recentes como os de Griepêdis e Matuzevičiūtė (2016, p. 607), baseados tanto no registro de pólen quanto de dados macrobotânicos, como restos de grãos de centeio encontrados em escavações arqueológicas, indicam que o cultivo desse grão na região do Báltico deve ter se consolidado no século III, o que antecipa a cronologia tradicional em pelo menos 300 anos, ou mesmo em 600 anos. Esse dado se encaixa bem com a discussão teórica que situava a difusão do centeio como grão de cultivo com o avanço das ferramentas de ferro, sendo crível que já houvesse o plantio de centeio, em alguns bolsões regionais, ainda no século I.

Dessa forma, temos um cenário em que um grão pouco prestigiado, sendo relegado ao consumo dos mais pobres, possui grande difusão regional, mostra-se mais adaptado a condições climáticas mais adversas, como a maior umidade do solo e a menor disponibilidade de nutrientes, o que o permite se tornar um ponto de apoio fundamental na estratégia de *hedge* climático praticada pelas populações europeias.

### 3 HEDGE CLIMÁTICO

Quando pensamos a relação entre agricultura e clima, é possível cair no engano de pautar a questão a partir de certo binarismo antitético, por exemplo, se a ausência de chuvas causa perdas agrícolas, então a presença de chuvas é um aspecto positivo para a lavoura, ou ainda, se baixas temperaturas reduzem a fase de crescimento de uma cultura, então altas temperaturas garantem um crescimento significativo, aumentando a colheita.

Por mais que esses pares possam ser verdadeiros em algumas circunstâncias específicas, eles não constituem uma regra que nos permita prever a relação entre fenômeno climático e produtividade agrícola.

O excesso de chuvas pode ser particularmente danoso ao cultivo de cereais, por exemplo, o alto nível de precipitação entre os séculos IV e VII na Europa, causou forte erosão nos solos mais antigos, além de ter comprometido os campos de cultivo com a deposição de novos sedimentos trazidos pelas águas das chuvas. Também há relatos de campos encharcados, porque a chuva, ao infiltrar-se no solo, causava a subida do nível da água dos depósitos subterrâneos, que alagava mesmo os terrenos que se mantiveram a salvo do impacto inicial da precipitação. Além disso, o aumento da umidade do solo favorecia a reprodução de fungos que

devoravam os brotos dos grãos e diminuía a produtividade da terra (HOFFMANN, 2014, p. 68).

Por outro lado, em regiões semiáridas, onde a erosão pelo vento é um fator comum de dano ao solo, as chuvas podem ter um impacto benéfico, como no caso da Sicília, onde mais chuvas reduziram esse tipo de erosão. Também no caso de uma sociedade pastoril, como nas estepes da Europa Central, o aumento das chuvas causou a proliferação de gramíneas, que constituem a base da dieta dos animais de criação (HOFFMANN, 2014, p. 70).

Assim sendo, o mesmo fenômeno pode trazer ganhos ou perdas, dependendo de uma miríade de fatores, como o resultado final é imprevisível, o clima se manifesta, sobretudo, como um elemento causador de incertezas, de modo que, para o agente histórico, o cenário desejado é o de estabilidade climática.

Nesse contexto, mesmo que o agricultor esteja atuando em condições desfavoráveis, ele é capaz de definir uma estratégia de manejo do solo condizente com suas necessidades materiais, incluindo aqui a obrigação de prestar tributo ao senhor feudal. Contudo, na eventualidade de uma mudança climática, mesmo que para condições mais favoráveis, a possibilidade de perda para o agricultor é imensa, porque ele não consegue adaptar a sua técnica de cultivo na velocidade exigida pelo clima.

Como o clima é um fenômeno inerentemente imprevisível, toda sociedade com um mínimo de estabilidade deve ter uma estratégia para se proteger dessa incerteza. Esse conjunto de estratégias que funcionem como forma de minimizar as perdas diante da incerteza climática é o que chamamos de *hedge climático*.

Enquanto a cerealização era um movimento capitaneado pelos senhores feudais, é possível identificar, na economia campesina, diversas estratégias de *hedge climático*, como, por exemplo, a policultura. O cultivo de vários gêneros alimentícios garante uma maior cobertura nutricional em caso de uma mudança climática abrupta que cause a quebra da safra de um dos gêneros em questão (HOFFMANN, 2014, p. 66).

O desafio real que as sociedades da Europa medieval enfrentavam era a conciliação entre a economia senhorial e alguma estratégia de *hedge climático* que minimizasse suas perdas em caso de uma variação negativa do clima. Uma das formas mais relevantes pelas quais isso era feito era a seleção do grão a ser cultivado.

A domesticação de cereais no Norte da Europa foi diferente daquela realizada no Mediterrâneo, muito devido às diferenças nas condições de umidade em ambas as regiões. Enquanto o Mediterrâneo se caracteriza por uma fase de seca durante metade do ano, o Norte

tem de lidar com umidade ao longo do ano inteiro. Uma das soluções para esse problema de adaptação de cultivos foi o desenvolvimento dos chamados “grãos de primavera”, notadamente aveia e cevada, que consistem em gêneros plantados no início da primavera e colhidos no fim do verão, e são resistentes à umidade geral (HOFFMANN, 2014, p. 46).

O próprio centeio, como foi colocado anteriormente, desfruta de uma resistência ao frio considerável, sendo capaz, inclusive, de lidar com os solos congelados, típicos das regiões mais ao Norte, o que o torna um grão preferido ao trigo, inclusive como forma de pagamento de rendas em espécie na Polônia (HOFFMANN, 2014, p. 113).

Convém notar que, considerando o sistema de rotação de “três campos”, padrão no fim da Idade Média europeia (HOFFMANN, 2014, p. 160), essas duas adaptações não se excluem, mas se somam: enquanto trigo e centeio são grãos de inverno, aveia e cevada são grãos de primavera, o que significa que os agentes estavam cobertos tanto no tipo de grão, que são adaptados a condições diferentes, quanto na época de cultivo, o que garantia também cobertura contra mudanças em épocas específicas.

## **4 FUNDAMENTOS CLIMÁTICOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA DA EUROPA MEDIEVAL: PADRÕES DE CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICOS**

### **4.1 FUNDAMENTOS GERAIS**

Até agora, no capítulo, vimos como os seres humanos agem sobre a natureza, na seleção de grãos, nas formas de dividir a terra. A própria definição de *hedge climático* foi colocada como o resultado conjuntural da ação dos agentes na curta duração, em diálogo com fenômenos de longuíssima duração que não são percebidos como tais, muitas vezes sendo mesmo impossível percebê-los, posto que o tempo das grandes mudanças climáticas é muito distinto do tempo da vida humana. O que buscaremos explorar nesta seção é justamente o outro lado da moeda, isto é, a natureza dos fenômenos de longuíssima duração que os agentes tinham diante de si.

O primeiro desses fenômenos é a mudança dos padrões de circulação atmosféricos. Esses padrões são cruciais para compreendermos o desenvolvimento climático, eles são “the main forcing factor for the regional variability of temperature and precipitation” (LUTERBACHER et al., 2010, p. 6). Isso ocorre porque o fluxo atmosférico conecta a diversidade climática regional, canalizando mudanças que ocorrem em pontos distantes na

superfície do globo terrestre. São essas teleconexões que organizam os fluxos de temperatura e umidade, levam energia de um ponto a outro e consolidam ou destroem padrões regionais (TRENBERTH, 1995, p. 428).

É por conta dessas teleconexões que regiões de latitudes iguais podem ter climas profundamente diferentes; as relações entre a terra e o mar, o relevo e os fluxos de energia e umidade pela atmosfera podem criar diferenças profundas sobre o clima regional (TRENBERTH, 1995, p. 440).

Isso é particularmente relevante para o nosso problema porque a Inglaterra e a Polônia, apesar de compartilharem a mesma latitude, possuem climas drasticamente diferentes e são impactadas pela mudança climática do fim da Idade Média de forma distinta na mesma proporção.

#### 4.2 OS SISTEMAS DE CIRCULAÇÃO ATMOSFÉRICOS SOBRE A EUROPA

Para entendermos como ocorre essa diferenciação climática precisamos delimitar os padrões de circulação atmosféricos que condicionam o clima europeu, também em termos de temperatura, mas principalmente em termos de pluviosidade. Em linhas gerais, há três pilares sobre os quais se estrutura o padrão de circulação atmosférico europeu: o primeiro pilar é o sistema Atlântico Oriental – Rússia Ocidental (EA/WRUS), o segundo é o sistema da Escandinávia (SCAND) e o terceiro, e mais importante, é a Oscilação do Atlântico Norte (NAO).

O sistema EA/WRUS, segundo Luterbacher et al. (2010, p. 9), também chamado de Padrão Eurasiano de tipo 2 (EU2) conforme Barnston e Livezy (1987, p. 1097), caracteriza-se por dois centros de anomalia de pressão no inverno com sinais invertidos; um desses centros se localiza na Europa Ocidental e o outro sobre o Mar Cáspio.

No outono e na primavera, há três centros de anomalia de pressão, um no oeste da Rússia e outro no noroeste europeu, ambos operando com sinais inversos, enquanto um terceiro se situa próximo à costa de Portugal e possui o mesmo sinal que o centro da Rússia.

O segundo pilar estruturante do clima europeu é o sistema da Escandinávia (SCAND) que possui forte presença ao longo do ano. Exceto em junho e julho, seu centro fica localizado sobre a Escandinávia e o Ártico e possui uma fase positiva e outra negativa, atuando como um importante regulador da pluviosidade sobre a Europa (LUTERBACHER et al., 2010, p. 8).

Na fase positiva, isto é, quando configura uma zona de alta pressão, atua como um bloqueio atmosférico sobre a Escandinávia e a Rússia, impedindo que a umidade seja transportada para a Europa continental. Já na fase negativa, quando conforma uma zona de baixa pressão, o sistema SCAND conduz umidade para o interior do continente (MAURI et al., 2014, p. 1927).

Por fim, o terceiro, e mais relevante, pilar é a Oscilação do Atlântico Norte (NAO); para avaliá-la adequadamente, precisaremos de uma análise mais detalhada a ser traçada na subseção seguinte.

De forma sucinta, devemos entender a NAO como um diferencial de pressão entre uma área de alta pressão, localizada sobre os Açores, e uma área de baixa pressão, sobre a Islândia (LUTERBACHER et al., 2010, p. 8), criando um gradiente atmosférico sobre o Atlântico Norte que distorce as trajetórias dos ventos do oeste.

#### 4.3 A OSCILAÇÃO DO ATLÂNTICO NORTE E SEU IMPACTO SOBRE O CLIMA EUROPEU

Conforme Mauri (2014, p. 1.928), o primeiro passo para definirmos a NAO é compreendê-la como um caso particular da Oscilação do Ártico, um sistema de circulação atmosférico mais abrangente que se caracteriza como um gradiente de pressão entre as regiões polares e as zonas temperadas.

Esse gradiente pode ter uma fase positiva, na qual o diferencial de pressão é maior e os impactos na circulação atmosférica são também mais intensos, e uma fase negativa, na qual os valores relativos à pressão atmosférica no Ártico e nas zonas temperadas se aproximam.

Uma associação importante que se mostra na fase positiva está associada a uma maior penetração dos ventos do oeste sobre o continente europeu, o que significa também temperaturas e taxas de precipitação mais elevadas, posto que esses ventos carregam a umidade originária das zonas tropicais do Oceano Atlântico. Já na fase negativa, o processo é oposto e o sistema de circulação conduz esses ventos para a costa ocidental da África, reduzindo as temperaturas e a pluviosidade na Europa.

É possível rastrear o impacto da NAO sobre o clima europeu a partir de uma análise dos espeleotemas, isto é, dos depósitos minerais formados dentro de cavernas, tais como estalagmites e estalactites. Essas estruturas rochosas capturam e estabilizam em seu interior partículas microscópicas, como determinadas variações isotópicas de compostos atmosféricos,

mantendo uma espécie de retrato paleoclimático da época em que o mineral se cristalizou, o que permite identificar certas variáveis, como taxa de pluviosidade ou temperatura.

Uma dessas variáveis isotópicas é o  $\delta^{18}\text{O}$ , que mede a razão entre dois isótopos distintos de oxigênio, o 18 e o 16, e suas variações indicam mudanças nas condições climáticas responsáveis pela formação dos isótopos em quantidades diferentes da razão padrão.

Um estudo amplo (DEININGER et al., 2017, p. 607) realizado a partir do mapeamento de diversas cavernas ao redor da Europa mostrou que há uma consistência na variação desses isótopos de oxigênio, o que, por sua vez, indica uma causa climática geral que subjaz às oscilações do  $\delta^{18}\text{O}$ .

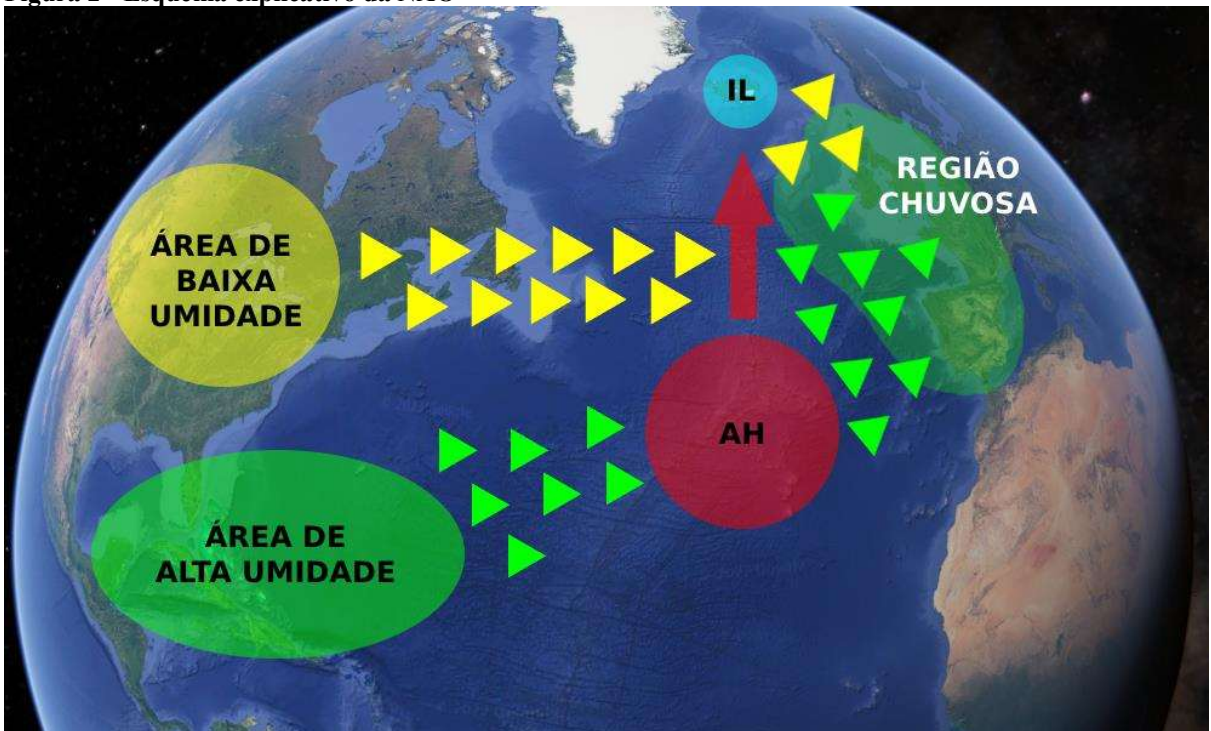
Por conta disso, é possível colocar a NAO como o principal vetor de organização climática da Europa, além de situar cronologicamente suas variações de fase e, a partir dessa cronologia, identificar que a MCA foi caracterizada por uma fase positiva da NAO (NAO+), enquanto a LIA apresentou uma fase negativa (NAO-) (BAKER et al., 2015; TROUET et al., 2009; WASSENBURG et al., 2013).

Com isso posto, passamos à análise dos efeitos da NAO sobre os ventos do oeste, e estes nos interessam em duas dimensões específicas: sua intensidade e sua direção secundária, isto é, se deslocados do norte ou do sul.

De modo geral, a NAO+ gera tanto ventos do oeste mais intensos como originados do sul, o que significa dizer que a zona de alta pressão dos Açores leva a umidade do Atlântico para a Europa. Por outro lado, a NAO- é responsável por deslocar os ventos do oeste a partir do norte, e, como a origem desses ventos passa a ser influenciada pelo clima ártico, eles se tornam mais secos e frios, fazendo com que as chuvas na Europa diminuam e as temperaturas caiam.

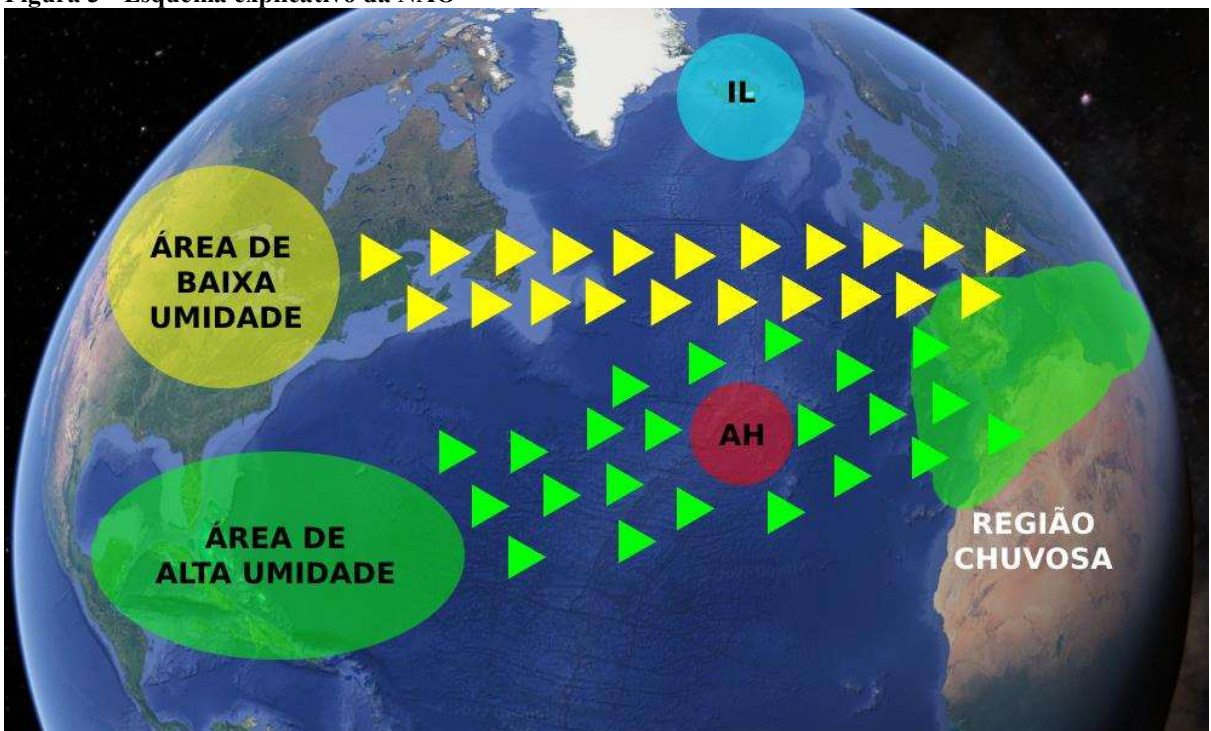


Figura 2 - Esquema explicativo da NAO+



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Figura 3 - Esquema explicativo da NAO-



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

#### 4.4 CONFRONTO COM OS DADOS HISTÓRICOS

Agora, coloquemos essas informações diante do que sabemos pelo registro histórico. Pela descrição do fenômeno, a mudança para um padrão de NAO- na LIA deveria reduzir os níveis de precipitação da Europa do Norte, ao mesmo tempo em que aumentava os do Mediterrâneo.

Contudo, Hoffmann (2014, p. 324) aponta que os anos iniciais da LIA são marcados por um aumento geral da precipitação na Europa Ocidental, especialmente na Inglaterra e na França. Conforme mostram os registros históricos, o ano de 1314 é marcado por fortes chuvas de verão acompanhadas de um inverno rigoroso, e o ano seguinte é consideravelmente mais úmido que a média, com as chuvas começando em abril e tendo um verão frio por conta da cobertura de nuvens. Esse fenômeno se repete em 1316, o que faz com que a umidade só se reduza em 1317, quando as chuvas param, mas esse é também o ano em que há o que algumas fontes descrevem como o pior inverno de todos, durando de 30 de novembro de 1316 a 23 de abril de 1317.

Naturalmente, esse período de intensa pluviosidade traz consequências sérias para a dinâmica econômica da Europa medieval. Houve uma redução entre 13% e 30% do volume das colheitas, segundo os registros das propriedades da catedral de Winchester e da abadia de Westminster. Também consta nos relatórios de um priorado próximo de Paris uma perda tributária da ordem de 50% (HOFFMANN, 2014, p. 324).

Hoffman (2014, p. 332), segundo os dados de Campbell, registra a intensa queda da produtividade por semente na Inglaterra durante os anos de eventos climáticos extremos. Em 1315, esse valor ficou 39% abaixo da média de longo prazo, e, no ano seguinte, chegou a ficar 63% abaixo do valor de referência, recuperando-se em 1317, quando ficou apenas 10% abaixo, mas sofrendo novo revés em 1321, quando caiu para 33% abaixo da média de longo prazo.

Esse nível de colapso da produção agrícola, especialmente do cultivo de grãos tem dois impactos secundários, em primeiro lugar a falta de disponibilidade de comida compromete a saúde da população europeia aumentando sua vulnerabilidade a diversos patógenos, o que se traduz no maior colapso populacional da Idade Média até a Peste Negra, que viria 25 anos depois (BROADBERRY et al., 2015, p. 21, 31).

Não apenas isso, mas é possível que haja uma conexão entre essa experiência de fome e debilidade nutricional das crianças de 1315 com as mortes da Peste Negra:

Nor is human susceptibility to bubonic plague associated with malnutrition, although some debated indicators suggest that persons malnourished as children might later be more prone to contract it. This latter point is historically germane for potentially linking a disease-caused mid-fourteenth-century depopulation of Europe with a prior generation's experience of famine and malnutrition (HOFFMANN, 2014, p. 294).

Em segundo lugar, a fome das pessoas leva à fome dos animais, posto que os animais de tração se alimentavam da forragem produzida pelos grãos. No cenário de quebra de safra, não apenas a forragem disponível diminui pela menor produção, mas também pela competição mais intensa por esses recursos, dado que uma parte dos grãos destinados à alimentação dos animais passa a ser apropriada pela família camponesa como parte da sua dieta. Isso gera um enfraquecimento do sistema imunológico dos animais e os deixam mais suscetíveis a zoonoses, como a Peste Bovina (*rinderpest*):

Then, between 1316 and 1321 and under conditions of extreme weather and acute ecological stress, rinderpest erupted in Bohemia and thence swiftly spread westwards, devastating herds and destroying vital draught oxen across northern Europe as far as the Atlantic coast of pastoral-farming Ireland (CAMPBELL, 2016).

Desse modo, o registro histórico indica uma realidade diametralmente oposta àquela que seria de se esperar pela mudança do padrão de circulação atmosférico, em particular, pela mudança de fase da NAO. Isso cria um problema sério para o argumento: de um lado, a evidência dos espeleotemas aponta para uma redução do volume de chuvas sobre a Europa, de outro, as fontes históricas registram chuvas intensas e quebras de safra sem precedentes.

Como as fontes históricas sobre o período são esparsas e muito localizadas na Europa Ocidental (e sobretudo na Inglaterra), precisaremos ajustar o nível de detalhe dos estudos de paleoclimatologia para realizarmos uma comparação mais fidedigna. Portanto, na subseção seguinte, veremos o que os registros paleoclimatológicos nos revelam sobre o regime de chuvas na Inglaterra do século XIV.

#### 4.5 TEMPESTADES NO MAR DO NORTE

Conforme um estudo realizado por Mauquoy et al. (2008, p. 757), no qual se auferiram medidas do nível de água dos pântanos (*bogs*) de diversos pontos da Inglaterra e da Dinamarca, há um claro aumento da precipitação entre os anos de 1230 e 1350, condizente com os registros históricos trazidos por Hoffmann.

Além disso, parece haver outro incremento na precipitação a partir do século XVII e ainda outro no século XVIII, o que complica ainda mais o argumento inicial, posto que a correlação proposta pelos autores é de maior umidade quanto menor a temperatura, indo na contramão das previsões que fizemos considerando uma fase de NAO- na LIA.

Outro ponto de contenda é a formação de gelo na Groenlândia, conforme a evidência reunida (TROUET; SCOURSE; RAIBLE, 2012, p. 49), a presença de sal marinho em baixas

quantidades durante a MCA e o seu aumento durante a LIA, com uma transição localizada ao redor de 1400 EC, é forte indicativo de um aumento das tempestades no noroeste europeu no fim da Idade Média.

A lógica por trás do argumento é a de que uma tempestade, ao carregar a umidade do mar sobre a terra, traz também o sal marinho que se deposita sobre o solo. No caso da Groenlândia, esse sal é encapsulado pela formação de gelo, sendo possível traçar variações na sua concentração ao longo dos anos.

Dawson (2007) consolida essas evidências em torno de sua hipótese, segundo a qual a MCA seria caracterizada por uma NAO fraca, de pouco impacto sobre o clima europeu, enquanto a transição para a LIA seria também a transição para uma NAO mais intensa, isto é, com um gradiente de pressão mais elevado, o que traria também maior precipitação sobre a Europa (DAWSON et al., 2007, p. 432).

Trouet, Scourse e Raible (2012, p. 51) confrontam essa hipótese com o registro histórico e encontram evidências que corroboram a maior intensidade da precipitação, não apenas nos momentos iniciais da LIA, como vimos em Hoffmann, mas também ao longo do século XVII e XVIII, conforme apontam os registros navais ingleses.

Therefore not only was the LIA as a whole marked by an increase in storm activity, but the coldest phases of the LIA, notably the MM [Mínimo de Maunder, período de redução da atividade solar entre 1640 e 1715], were characterized by an intensification of gales. (TROUET; SCOURSE; RAIBLE, 2012, p. 52)

Apesar desse quadro contraditório, Trouet, Scourse e Raible encontram uma forma de conciliar os dados, e a variável-chave aqui é a intensidade das tempestades e não o seu número. (TROUET; SCOURSE; RAIBLE, 2012, p. 53)

Conforme Raible et al. (2007, p. 409–410), há um aumento na intensidade das tempestades no Atlântico Norte durante os períodos de resfriamento, especialmente durante o Mínimo de Maunder. Esse fenômeno está associado ao aumento do gradiente de temperatura e da baroclinia da atmosfera, intensificando os eventos climáticos extremos, sobretudo no inverno, o que nos permite retomar o registro de Hoffmann que pontua claramente os **invernos** entre 1315 e 1321 como os períodos de calamidade, de modo que a hipótese levantada por Trouet, Scourse e Raible ganha mais fôlego.

Seguindo essa linha de investigação, podemos notar que, embora não seja restrita a essa área, o entorno do Mar do Norte configura um *locus* particular no sistema climático europeu, onde, por uma confluência de fatores atmosféricos, os ciclones do Atlântico Norte convergem (TROUET; SCOURSE; RAIBLE, 2012, p. 52).

A consequência mais evidente desse panorama sobre a mudança climática na Europa do século XIV é o patente caráter geográfico que ela possui. Em primeiro lugar, mudanças na fase da NAO tendem a ser mais intensas no oeste do que no leste por conta da menor influência trazida pelos subsistemas SCAND e EU/WRUS, que atuam como bloqueadores atmosféricos dos ventos do oeste.

Além disso, a região no entorno do Mar do Norte é mais suscetível a tempestades e ciclones do que a Europa continental. Por isso, essa região apresenta as marcas dos eventos climáticos extremos, típicos da mudança climática do século XIV, tanto no registro físico quanto no registro histórico.

Por esse desenho, a Europa Ocidental, em especial a região dinâmica do século XII ao redor do Mar do Norte e ainda mais especificamente a Inglaterra, é muito mais afetada pela mudança da MCA para a LIA do que a Europa Oriental, onde o subsistema SCAND atua como um escudo atmosférico contra os ciclones do Atlântico Norte, impedindo que eles avancem pelo Báltico.

Com isso tudo em vista, a mudança da MCA para a LIA não é simplesmente uma redução da pluviosidade em função de uma alteração da NAO+ para a NAO-, mas também um aumento substancial da imprevisibilidade do regime de chuvas, que deixa de seguir o padrão secular anterior, ao qual as populações camponesas estavam acostumadas, e passa a ser caracterizado pela maior presença de eventos extremos, incompatíveis com as práticas agrícolas em vigor.

## **5 CONSEQUÊNCIAS E CONCLUSÃO**

A mudança climática do século XIV se caracteriza por um câmbio no regime de chuvas, o que representa um problema grave para uma sociedade agrícola como a da Europa medieval, afetando a sua capacidade de resposta às pressões econômicas dentro do seu quadro de referências institucionais.

Considerando o que vimos no início do capítulo, que o poder dá forma ao uso da natureza, em particular, da terra (HOFFMANN, 2014, p. 114 e ss.), podemos construir uma ponte com o debate sobre a transição visto no primeiro capítulo. É nessa encruzilhada que entra a economia política.

O uso da natureza é sempre pautado pelas relações de classe historicamente específicas, por isso os processos de transição são diversos, mesmo que o pano de fundo climático seja o mesmo.

Um exemplo histórico que ilustra o impacto dos direitos de propriedade sobre a capacidade de uma sociedade de reagir a transformações ecológicas é o caso dos peixes do lago Zell, em Pinzgau, Salzburgo (HOFFMANN, 2014, p. 261).

Nos primeiros anos do século XIV, o arcebispo de Salzburgo recebeu uma proposta de uma empresa pesqueira para explorar economicamente o lago Zell em troca do pagamento de 27 mil peixes de uma espécie comum do lago (*Coregonus* sp.) e 18 trutas. Como resultado das práticas predatórias, em uma geração a pesca entrou e colapso, a empresa pesqueira se mobilizou então para introduzir uma nova espécie, o peixe lúcio (*Esox lucius*), que devorou quase toda a população de trutas do lago, aprofundando ainda mais o colapso do ecossistema.

Em resposta, a comunidade de pescadores reagiu e suspendeu a pesca por três anos, depois, delimitou uma zona proibida e regulou a quantidade de barcos e redes, além de determinar uma estação específica para a pesca, o que, na prática, significou a completa mudança dos direitos de propriedade sobre o lago.

Essa mudança só foi possível porque os pescadores detinham o direito de exploração e o arcebispo não obrigou a comunidade pesqueira a manter os níveis de extração. Em outros locais, onde o senhor das terras se impôs sobre os produtores, o resultado, invariavelmente, era a exaustão dos recursos e o pauperismo dos trabalhadores.

No caso do lago Bientina, nos arredores de Lucca, a abadia de Sesto detinha os direitos de propriedade do lago e estimulou, até o século XIII, o uso dos recursos pela comunidade residente, distribuindo licenças de pesca e permitindo a extração dos recursos disponíveis, tanto vegetais quanto animais (HOFFMANN, 2014, p. 262).

Contudo, a abadia passou a financiar a drenagem do lago e a transformação das novas terras em campos de cereais, o que culminou, no século XVII, na extinção do lago e da comunidade que vivia desse ecossistema.

O que esses dois casos nos revelam é que o uso da terra como instrumento de acumulação em um contexto de deterioração ecológica é o que gera a crise insuperável, do contrário, a sociedade é capaz de reagir de forma a reorganizar suas práticas econômicas, mesmo diante do colapso de um ecossistema.

Aqui podemos também introduzir um exemplo contrafactual ainda mais relevante, o caso da Frísia na transição para a Idade Média durante a LALIA. Os frísios eram um povo

germânico que habitava a região onde hoje ficam a Bélgica e a Holanda, sua cultura material era extremamente adaptada ao ecossistema em que estavam inseridos, notadamente os pântanos salinos (HOFFMANN, 2014, p. 72–73).

Pelas condições físicas do terreno, a Frísia era uma região inóspita às culturas de cereais típicas do restante da Europa, isso se traduzia numa importância muito maior dos produtos animais na dieta, de modo que 50-75% das calorias ingeridas pelos frísios vinham desse tipo de alimento. A título de comparação, o consumo de cereal pelos francos, vizinhos dos frísios, respondia por 60-75% das calorias.

Dadas as condições ecológicas atípicas entre os povos germânicos, as relações de propriedade eram igualmente atípicas. Os pântanos salinos não serviam de referência para o estabelecimento de marcações de propriedade, de modo que a sociedade frísia não era feudalizada como as demais sociedades germânicas contemporâneas.

Essa sociedade pouco agrícola, adaptada a um clima úmido, foi muito pouco afetada pelas mudanças climáticas do início da Idade Média, porque as suas relações de propriedade estavam não apenas alinhadas com a direção da mudança como também permitiam uma profunda flexibilidade da extração de excedente.

(...) the Frisians provide a telling example of an unusual human adaptation gaining marked success under unusual conditions which stymied or hurt most other Europeans. The climatic anomaly made everything wet. People whose traditional culture was anomalous for its very adaptation to the wet situation had the advantage (HOFFMANN, 2014, p. 74–75)

Conforme a sociedade frísia se feudaliza e adquire os hábitos nutricionais do restante da Europa, a sociedade passa a ser mais suscetível a mudanças climáticas, porque o cultivo de cereais no modelo feudal leva à redução da diversidade alimentar, o que acarreta o empobrecimento da dieta e da saúde do camponês, deixando-o mais suscetível à quebra de safras (HOFFMANN, 2014, p. 118).

Essa feudalização da Frísia não é um processo espontâneo, mas, sim, uma consequência da imposição dos senhores feudais locais que adaptam o modo de vida franco para ampliarem sua projeção de poder sobre as populações locais. O conde da Holanda é o exemplo por excelência desse processo.

A partir do financiamento de sistemas de drenagem, o conde da Holanda conseguiu converter parte considerável dos pântanos salinos em terras secas, propícias ao cultivo de cereais. Como consequência, os frísios não dispunham mais dos seus meios tradicionais de subsistência e passaram a depender das relações com o conde para sobreviverem, o que ampliou

o poder do nobre e permitiu intensificar e centralizar o processo de drenagem, gerando um ciclo que se retroalimentava (HOFFMANN, 2014, p. 138).

Com isso, a Frísia desaparece como sociedade semipastoral e passa a se comportar de forma similar aos seus vizinhos europeus, o que faz com que perca sua resistência às transformações climáticas trazidas pela LIA.

Com a sucessão de anos com umidade acima do esperado e as consequentes quebras de safra, os senhores feudais buscam recompor o volume de excedente extraído intensificando a exploração sobre o campesinato.

Contudo, essa exploração é insustentável, uma vez que a sociedade medieval já se encontrava comprimida aos níveis de subsistência, por conta dos mesmos processos climáticos que levaram à redução do excedente feudal.

Em condições normais, isto é, com estabilidade do padrão pluviométrico, a taxa de exploração voltaria ao patamar antigo conforme as condições ambientais se normalizassem, entretanto, como o que está acontecendo é justamente uma mudança geral no padrão climático, o que ocorre é uma desintegração da sociedade medieval e a reorganização segundo novas diretrizes a partir do século XIV.



## **CAPÍTULO 3 – ESTRUTURAS DE CLASSE E PROPRIEDADE FACE AOS DESAFIOS ECOLÓGICOS – O PROBLEMA DAS TERRAS ALAGADAS**

### **1 INTRODUÇÃO**

Toda sociedade é um caso particular. Não basta dizer que o clima muda e a peste mata, é preciso mostrar como a sociedade processa esses fenômenos em sua particularidade histórica. Enquanto o capítulo anterior versou sobre como a mudança climática adquire características específicas locais mesmo sendo um fenômeno global, este capítulo tratará de como a sociedade inglesa, dada a sua conformação histórica e geográfica, age diante das transformações em curso no clima medieval.

Diante dessa proposta, convém estabelecer duas dimensões de análise que norteiem o capítulo. A primeira delas é uma dimensão social, em especial as estruturas de classe e propriedade que pautavam a sociedade inglesa, e a segunda é a dimensão ecológica, como alguns ecossistemas ingleses (fundamentais para a reprodução material da sociedade medieval) mudam, e como essa mudança se reflete no tecido social.

### **2 BRENNER E A HIPÓTESE DE UMA TRANSIÇÃO PELO CLIMA NO CASO HOLANDÊS: ELEMENTOS PARA ANALISAR A SOCIEDADE INGLESA**

Antes de avançarmos para o problema específico do capítulo, é necessário pontuar algumas bases que estruturam a hipótese de que a transição do feudalismo para o capitalismo pode ter sido condicionada pelo clima.

Conforme visto no capítulo 1, a tese de Brenner (1995b, 1995a) acerca da transição envolve a presença do imperativo de mercado e postula que haja uma coação dos agentes econômicos a participarem do mercado como forma de garantir a própria sobrevivência para que, de fato, ocorra a transição para o capitalismo.

Conforme o próprio autor (BRENNER, 2001, p. 208), no caso da Inglaterra, esse imperativo de mercado teria vindo por mudanças das estruturas de propriedade, especificamente, pela incorporação da pequena propriedade camponesa na grande propriedade

senhorial. Entretanto, ao investigar o processo de surgimento do capitalismo nos Países Baixos, Brenner postula uma tese diferente; aqui o autor coloca que não houve mudança de propriedade, de modo que o imperativo de mercado deveria ter surgido em um cenário de pequenas propriedades camponesas. Isso só seria possível se outra força estivesse atuando sobre a sociedade holandesa de modo a conduzir os camponeses à especialização produtiva e à venda para o mercado.

Notadamente, o argumento de Brenner requer o mercado como imperativo porque, dentro de sua análise, há uma racionalidade camponesa antiespecialização:

Because medieval food markets were highly uncertain, peasants found it the better part of valour to adopt the rule for reproduction 'safety first' or 'produce for subsistence', diversifying to make sure they secured what they needed to survive and marketing only physical surpluses, rather than specializing to maximize exchange value. (...) Peasants who specialized in non-food crops and thus depended on the market for food would therefore face the possibility – the precise probability of which they could not calculate – of finding themselves squeezed between the high prices of their inputs (especially food) and the low prices of their output, and in serious danger of death from famine. (BRENNER, 2001, p. 176)

Por conta dessa incerteza e do alto custo associado a ela, a economia camponesa era essencialmente diversificada e só se tornaria especializada diante da *impossibilidade* de manter a diversificação. Essa impossibilidade seria, a princípio, a determinação dos senhores que, pela coerção, poderiam garantir a especialização produtiva dentro dos seus domínios diretos, embora não conseguissem fazê-lo nas terras alheias ou naquelas regidas por uma jurisdição acima da autoridade senhorial imediata<sup>9</sup>.

Os senhores também seriam incapazes de individualmente ou em pequenos grupos transformarem as relações sociais de produção. O senhor feudal que tentasse fragilizar a posição dos camponeses e transformá-los em arrendatários não seria capaz de ampliar a sua fatia da renda, posto que havia a mobilidade dentro do território e não havia um mercado de arrendatários em competição pelas terras dos senhores.

This they might conceivably have tried to do by freeing and expropriating their peasants, so as to oblige them to take up a commercial lease in order to survive, with the goal of rendering them dependent upon the market, subject to economic competition, and thus compelled to specialize, accumulate and innovate, and ultimately to be both obliged and enabled to pay a higher rent. But tenants thus freed and expropriated could hardly have continued to be exploited, for, in view of the fact

---

<sup>9</sup> Pensemos aqui nos campos comuns e nas florestas, áreas juridicamente específicas e centrais para a sociedade medieval, mas também na terra arrendada ou garantida pelo costume ao camponês. Em todos esses casos, a autoridade senhorial não alcançava o grau necessário para impor uma mudança de regime de cultivo, embora houvesse outros caminhos, pelos meandros institucionais medievais, que podiam operar essas transformações. Voltaremos a esses casos mais à frente no capítulo.

that the remainder of the rural producing class would still have been constituted by peasant possessors, they could hardly have been subjected to the competitive constraint in their rent relationship with the lord. They might simply have left the premises. But even had they stayed, they would have faced no danger of being replaced, thus no competitive pressure to pay higher rents, since there were no adequately developed markets in tenants or wage workers (BRENNER, 2001, p. 179).

Assim, a situação holandesa configura um dilema para a tese de Brenner. Uma vez que a propriedade se manteve camponesa e distante da autoridade senhorial direta, é preciso explicar porque houve uma rápida especialização e produção para o mercado no entorno do século XV. A resposta oferecida pelo autor segue a mesma linha da investigação desta tese: o imperativo de mercado fora antes um imperativo climático.

He describes a situation in which producers were unable to produce their own means of survival because of their region's ecological degradation. They therefore had to depend on the market for food grain. In other words, they were dependent on the market for their 'inputs', or for the most basic conditions, indeed for the 'full costs', of their own reproduction (WOOD, 2002b, p. 52).

Por conta de mudanças no padrão pluviométrico dos Países Baixos, em especial na região da província da Holanda, a pequena propriedade camponesa foi impossibilitada de produzir os gêneros agrícolas associados à subsistência medieval (em especial o trigo, elemento definidor da cerealização das sociedades europeias, como indicado no capítulo 2). Assim, os camponeses se viram forçados a adotar outros cultivos, agora de espécies mais resistentes às chuvas e que pudessem ser vendidas no mercado e gerassem a renda necessária para a compra do trigo. Em linhas gerais, os camponeses foram submetidos ao imperativo de mercado e passaram a ter sua subsistência diretamente associada à capacidade de gerar renda monetária a partir da lavoura, sem, entretanto, perder a titularidade da terra (BRENNER, 2001, p. 208).

(...) in the Netherlands the decisive factor is not some kind of market-mediated property relations or market access to the land itself. Instead, Brenner invokes the ecologically determined inadequacy of the land which made its possessors – outright owners no less than tenants – unable to supply their own subsistence needs, specifically their need for food grain, without entering the market. Producers here were market dependent simply in the sense that they were obliged to sell commodities they produced in order to obtain basic necessities they were unable to produce (WOOD, 2002b, p. 54–55).

Talvez o ponto mais interessante do argumento de Brenner seja justamente as lacunas em sua exposição. Embora reconheça o clima como fator explicativo fundamental para a transição nos Países Baixos, o autor não chega a fazer a ponte com o caso inglês, pelo contrário, Brenner enfatiza as diferenças. Apesar disso, podemos aqui fazer a transposição da hipótese: o clima também é o elemento-chave que coloca o mercado como imperativo para a sociedade inglesa.

Para defender essa proposta, precisamos colocar duas outras hipóteses auxiliares: em primeiro lugar, deve haver um paralelismo climático entre a região da Holanda e da Inglaterra; em segundo lugar, é preciso diferenciar as mudanças produtivas causadas pelo clima daquelas causadas pela estrutura de propriedade, ou ainda, mostrar que a mudança das formas de propriedade foi gestada pela mudança climática.

Contudo, antes de investigarmos essas proposições diretamente, precisamos traçar um panorama mais detalhado da Inglaterra, em particular das suas relações de classe e propriedade, uma vez que a mudança climática não é um elemento determinista e sim condicionante, cujos impactos afetam as diferentes classes em diferentes graus de intensidade e de modos igualmente distintos (VAN LIESHOUT, 2016, p. 6).

### **3 ESTRUTURAS SOCIAIS INGLESAS: CLASSE E PROPRIEDADE**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

Discutir a Idade Média é antes de mais nada questionar constantemente o imaginário associado a ela: aquele de uma sociedade empedernida, com uma nobreza apartada da realidade e com a mobilidade social nula, típica de uma sociedade de castas. O que chega até nós através das fontes disponíveis é uma sociedade muito mais plural e dinâmica do que esse quadro descrito, em particular na Inglaterra, a sociedade nobiliárquica é dotada de significativa flexibilidade e mobilidade.

Um ponto de partida para pensarmos as relações de classe na Idade Média é olharmos para a fronteira porosa entre o alto campesinato e a baixa nobreza. Pelo menos desde o começo da Baixa Idade Média, há uma classe de administradores camponeses responsáveis pelo que interpretamos hoje como a gestão dos negócios da propriedade senhorial que são capazes de ascender socialmente, os chamados *bailios* (*baillifs*). Conforme visto no capítulo 1, alguns desses personagens, como Jan, o administrador da *villa* de Halen, na Bélgica, chegaram mesmo a galgar a hierarquia social e transformar seus filhos em nobres da terra, com reconhecimento dos poderes territoriais locais.

Aqui é importante notar que essa ascensão social não é em si mesma questionadora da ordem, pelo contrário, ela ocorre dentro dos moldes do próprio feudalismo e reforça as suas próprias estruturas de dominação. Dito de outra forma, o camponês que ascende à pequena nobreza não o faz para mudar a forma de exploração, mas para que ele mesmo passe a ter acesso aos mecanismos tradicionais de extração de excedente.

Apesar disso, há algo no século XIV que destoa do restante da Idade Média. É possível rastrear um alargamento da pequena nobreza com a criação de novos níveis sociais abaixo dos tradicionais cavaleiros (*knights*). Para entender esse fenômeno, devemos direcionar nosso olhar para a classe cavaleiresca e a suposta crise que a perpassou ao longo do século XIII.

### 3.2 A BASE DA NOBREZA: CLASSE CAVALEIRESCA NA INGLATERRA DURANTE O FIM DA IDADE MÉDIA

Embora no imaginário contemporâneo o cavaleiro esteja associado à figura do soldado montado em um cavalo de batalha e com o corpo inteiramente coberto por uma armadura de aço, o cavaleiro histórico é uma figura um tanto ou quanto diferente. Se por um lado o aspecto militar do cavaleiro realmente existiu, por outro, o que mais bem o caracterizava era sua posição social como base da pirâmide nobiliárquica, sobretudo na Inglaterra. Em tempos de paz, o cavaleiro exercia as funções jurídicas e políticas nas pequenas circunscrições do reino, muitas vezes atuando como jurado ou como juiz, desempenhando um papel fundamental na vida jurídica, após as reformas de Henrique II (COSS, 2003, p. 45).

Whilst ordinary free men were deemed sufficient as jurors in the petty assizes, the added status of knights was considered essential for the operation of the grand assize. (COSS, 2003, p. 45)

A *grand assize* à qual Coss se refere constitui uma das grandes manifestações das reformas jurídicas da dinastia Angevina. Foi introduzida em 1179 como um fórum para dirimir disputas sobre a propriedade das terras, criando uma alternativa legal ao julgamento por combate que vigorava anteriormente:

In order to do this, the defendant replied to a writ of right, which was normally brought to the county court, with a writ of peace. This suspended the action, allowing the grand assize to take over. It was conducted not at the county court, however, but either at the central courts or before the central court justices in eyre. (...) Glanville's treatise gives the writ to the sheriff, ordering him to summon four knights from the

neighbourhood in question who were to choose 'twelve law-worthy knights from the same neighbourhood who best know the truth of the matter' (COSS, 2003, p. 45).

Aqui vemos um elemento crucial na questão da propriedade da terra na Inglaterra: as disputas em torno da terra são resolvidas por decisão de um corpo de 12 cavaleiros, escolhidos por 4 cavaleiros que, por sua vez, foram indicados pelo xerife, ele mesmo um cavaleiro. Considerando que os próprios cavaleiros eram também muitas vezes os proprietários de terras, temos o desenho de uma estrutura judicial fechada em si mesma e operada pelas partes interessadas.

Tal traçado ganha contornos ainda mais fortes a partir da instituição da *Carta Magna*, em 1215, que criou a possibilidade de os cavaleiros do condado (*county knights*<sup>10</sup>) servirem como juízes (COSS, 2003, p. 51), o que transformou o tribunal inteiro em um espaço de cavaleiros, com estes ocupando os papéis de juízes, jurados e partes.

Contudo, Coss (2003, p. 61) alerta que não devemos pensar na classe cavaleiresca como um monólito:

(...) the range of men functioning as justices compared to jurors is more restricted and that within this more restricted group a relatively small number of men predominated. The tasks were simply of a different order.

O cavaleiro do condado, que podia exercer a função de juiz, não era um simples cavaleiro, este restrito ao trabalho de jurado; o primeiro era o topo da hierarquia da baixa nobreza e, portanto, detinha e exercia mais poder do que o segundo.

Desse poder político derivava também um poder econômico, posto que os cavaleiros que serviam como juízes, muitas vezes atuavam como coletores de impostos. A esse respeito, Coss, apoiando-se em S.K. Mitchell, aponta que os cavaleiros do condado, usando das prerrogativas da função, reduziam a carga tributária sobre as próprias terras ao passo que aumentavam a que incidia sobre os proprietários menores. Há, portanto, uma estratificação da classe dos cavaleiros já no início do século XIII.

Apesar da possibilidade de os cavaleiros ocuparem diversos postos de poder dentro daquilo que podemos ver como a baixa administração pública da Inglaterra, havia resistência por parte dos mesmos em assumir essas posições. Por exemplo, em meados do século XIII, o

---

<sup>10</sup> A título de explicação da hierarquia, por vezes confusa, das elites nobiliárquicas medievais, podemos pensar os *county knights* como o ponto de referência da classe cavaleiresca; abaixo deles havia os *petty knights*, também chamados de *milituli* (seu nome em latim), e acima, quando um cavaleiro era eleito para o Parlamento e ia representar seu condado (*shire*) na Câmara dos Comuns, ele se tornava um *knight of the shire*.

reinado de Henrique III chegou a emitir mais de 1.200 licenças (*charters of exemption*) que desobrigavam o portador de exercer determinada função pública, inclusive a de xerife (COSS, 2003, p. 65).

Neste ponto nos deparamos com um problema para nossa análise, afinal, é necessário explicar por que um agente histórico rejeita uma determinada posição de poder. Mais grave, não se trata aqui de um agente em particular, mas de uma quantidade expressiva de agentes de uma classe como um todo. Segundo as estimativas de Faulkner (1996), havia, no começo do século XIII, algo em torno de 3.500 cavaleiros na Inglaterra, e as licenças das atividades administrativas contemplavam algo em torno de um terço destes<sup>11</sup>.

Outro indício que é preciso levar em conta é o constante esforço da coroa inglesa para nomear novos cavaleiros a partir da legislação<sup>12</sup> de 1224 (*distrain of knighthood*) que obrigava todos os proprietários de terras, com valor igual ou superior a £ 40, a assumirem o título de cavaleiro (e as suas responsabilidades) ou a pagar uma multa. Tal decreto foi subsequentemente revisado em 1241, quando Henrique III reduz a exigência atrelada ao valor da propriedade à metade, para £ 20 (COSS, 2003, p. 95).

Coss (2003, p. 95–96) identifica que a principal motivação nesse momento fora militar, por conta do desejo do rei de recuperar suas possessões francesas, uma vez que a principal função de um cavaleiro nesse contexto era o serviço militar de cavalaria. Contudo, há também um forte interesse econômico na medida, posto que as multas associadas ao não cumprimento do decreto foram usadas para financiar o esforço de guerra.

Há, inclusive, um esforço judicial para investigar o não cumprimento da lei e a recusa da posição de cavaleiro:

There are other indications, moreover, that the problem was first perceived as a serious one in the 1240s. It was in 1246 that *distrain* and *avoidance of knighthood* were introduced into the articles of the *eyre* as matters for judicial inquiry, and it was from

---

<sup>11</sup> Apesar de os contemplados pelas licenças eventualmente se repetirem nos registros, o fato de a maior parte das licenças ser vitalícia e concentrada na década de 1250 indica que o abandono do serviço administrativo foi um fenômeno generalizado entre os cavaleiros.

<sup>12</sup> O texto do decreto real, conforme White e Notestein (WHITE; NOTESTEIN, 1915, p. 96–97): “*Distrain of Knighthood. 1224. (Latin text in Rotuli Litterarum Clausarum, II, 69. Translation by the editor.) The king to the sheriff of Norfolk and Suffolk, greeting. We command you that without delay you cause it to be proclaimed throughout your whole bailiwick that every layman of full age who holds the fief of one knight or more in your bailiwick and is not a knight shall, before the Sunday following Easter in the ninth year [of our reign], assume arms and have himself made knight, as he loves the fief or fiefs which he holds. Witness as above. [The king at Westminster, 16th November.] In the same way it is written to all the sheriffs.*”

the late 1240s that the king began to give more help to those intending knighthood (COSS, 2003, p. 96).

É nesse cenário que Coss registra uma mudança significativa na estrutura administrativa inglesa no período:

As we move towards 1258, the government seems to have been turning increasingly to professional administrators of obscure origin with no base or standing in the particular counties to which they were assigned. (...) There can be little doubt that networks of administrators were developing at this time, men who enjoyed vertical ties with the crown and the magnates and horizontal ties among themselves (COSS, 2003, p. 67).

Ainda não devemos pensar nesses administradores que ganhavam primazia como não nobres, eles ainda são cavaleiros com a inserção social típica da nobreza, contudo, já não possuem o vínculo com a localidade que fora preconizado no desenho jurídico angevino. Entretanto, aqui já começamos a ver a suposta crise da classe cavaleiresca do século XIII, com um número de membros declinante, acompanhado de um esforço social para não ingressar nesse grupo.

Se no começo do século havia em torno de 3.500 cavaleiros, na virada para o século XIV há apenas 1.250, conforme as estimativas de Denholm-Young. Para explicar essa redução drástica no contingente de cavaleiros, a literatura levanta três hipóteses: a redução do serviço militar, o custo dos trabalhos associados à administração pública e o custo específico da manutenção dos elementos da cavalaria, como as armas e a montaria (COSS, 2003, p. 70).

Para Coss (2003, p. 98–100) é nítido que o terceiro fator foi o mais importante. Não apenas pelas despesas de manutenção dos símbolos de *status*, mas também por uma clara relação entre cavalaria e dívida no século XII. Por mais que este tenha sido um período de crescimento econômico, há uma pressão maior sobre os pequenos proprietários que pode ter impossibilitado a manutenção da condição de cavaleiro.

Além disso, é possível que houvesse uma articulação da alta nobreza<sup>13</sup> (*magnates*) para pôr em xeque as aspirações dos cavaleiros, isto é, “de uma baixa nobreza que rapidamente consolidava sua posição.”<sup>14</sup> (COSS, 2003, p. 103).

---

<sup>13</sup> Uma das formas pelas quais essa articulação se manifestou foi a retirada de apoio da alta nobreza aos pequenos cavaleiros, os *milituli* (ou *petty knights*), conforme Coss (2003, p. 104): “It is possible that a factor in the decline of the milituli was the withdrawal of magnate support”.

<sup>14</sup> No original: “As far as England is concerned, it seems more likely that the magnates became increasingly assertive in the face of knightly aspiration from below, that is to say, from a lesser nobility that was fast consolidating its position.”



Nesse sentido, o autor defende que a crise da classe cavaleiresca é, antes de tudo, uma transformação da mesma, que adquire contornos progressivamente mais exclusivos dentro dos quais apenas os cavaleiros mais ricos podem se manter, removendo da nobreza aqueles que não tinham os meios de arcar com os custos necessários.

O resultado desse processo é a consolidação de um estrato muito reduzido de cavaleiros no fim do século XIII, com um contingente da ordem de um terço do que fora no início do século, associado a uma especialização das atividades administrativas em torno desses que restaram.

Isso, por sua vez, traz ainda outra consequência associada, a necessidade de mobilizar mão de obra para realizar as atividades administrativas para as quais os cavaleiros já não estavam mais disponíveis, dada sua redução numérica. Em essência, o sistema angevino de recrutamento da classe cavaleiresca como administradores ruiu e passou a ser necessário incorporar um novo contingente a essa tarefa.

Os primeiros que ocuparam esse espaço foram os escudeiros (*squires*). A esse respeito, Coss pontua:

Our understanding of this important phenomenon tends to rest on one major assumption, viz. that esquire takes shape as a residual category to occupy the space left by the retreating knights – to satisfy, that is, the aspirations of those heads of families and collaterals whose forebears had abandoned knighthood” (COSS, 2003, p. 217).

Por um lado, é verdadeiro que os filhos de cavaleiros que eventualmente (e por muitas vezes intencionalmente) não adotassem o título de cavaleiro tendiam a tornarem-se escudeiros de algum cavaleiro de maior envergadura, por outro, é nítido que havia escudeiros de origem não nobre já no século XIII (COSS, 2003, p. 219).

O reconhecimento dos escudeiros como um grupo social diferenciado e dotado de *status* próprio vem em 1363, com uma legislação que regula o tipo de vestimenta conforme a preeminência social. Nessa legislação, o escudeiro passa a ser identificado como um membro do corpo social da nobreza próximo ao cavaleiro, porém, muitas vezes, ainda inferior (COSS, 2003, p. 228).

De modo geral, no século XIV, os escudeiros eram de “very mixed ancestry” (COSS, 2003, p. 231), o que os unia era o reconhecimento enquanto grupo social e o caráter de serviço associado ao título, um escudeiro *trabalhava* (inclusive em tarefas administrativas) para um

cavaleiro. Porém, o passo decisivo para a transformação social da pequena nobreza na Inglaterra só viria no século XV, com a incorporação dos cavaleiros (*gentlemen*).

Esse processo diz respeito à formação de uma classe de proprietários de terra dotados de poder político que, contudo, não se confundiam com a alta nobreza (os *magnates*), esta era composta por não mais de 90 homens que podiam ser, de fato, classificados como os grandes proprietários de terras.

It has been calculated recently that there was something in the region of eighty to ninety men who could be truly described as magnates at any one point during the thirteenth century. They were distinguished by their wealth and the (...) widespread nature of their estates, as well as by their tendency to receive a personal summons to military campaigns and to parliaments (COSS, 2003, p. 239).

As gradações entre cavaleiros, escudeiros e cavaleiros operam no âmbito de uma classe proprietária associada ao exercício do poder administrativo, dentro da qual muitas vezes alguém de origem não nobre (como um advogado ou administrador) poderia ascender socialmente. É o drástico aumento da demanda pelo trabalho administrativo durante o século XIII que transforma a figura tradicional do bailio e do administrador (*steward*) no cavaleiro (*gentleman*) do século XV (COSS, 2003, p. 245).

É aqui que vemos a hipótese de Brenner sobre a transição por dentro (*under the shell*) da classe dominante com mais clareza, posto que são esses cavaleiros que absorvem os agentes de transformação associados à burguesia rural nascente. Também dentro da tese de Wood (2002a), essa é a classe senhorial desprovida de poder militar e, portanto, incapaz de extrair o excedente por força extra-econômica extraeconômica. A *gentry* à qual a literatura se refere é o conjunto desses três grupos de nobres (cavaleiros, escudeiros e cavaleiros), mas, sobretudo, os últimos que, por serem maioria em números absolutos e constituírem o principal vetor de transformação, eventualmente se confundem com a própria *gentry*.

### 3.3 O TOPO DO CAMPESINATO: *YEOMEN*, CAMPONESES EM ASCENSÃO

Em paralelo ao alargamento da pequena nobreza há também o desenvolvimento de um estrato de camponeses prósperos, conhecidos na Inglaterra como *yeomen*. Dimmock (2014, p. 111) registra que o termo *yeoman* já fora usado no século XIV e trazia a conotação de valete, uma das designações para as pessoas que orbitavam os cavaleiros e que eventualmente se

desdobrariam nos escudeiros e cavaleiros. Contudo, a partir do começo do século XV, o termo sofre uma transformação e passa a se referir principalmente aos camponeses prósperos, muitas vezes arrendatários (*leaseholders*) das novas terras disponíveis e que se distinguiram dos camponeses tradicionais e de recursos mais modestos (*husbandmen*).

Apesar de o dispositivo de arrendamento ser uma instituição antiga na Inglaterra, com exemplos registrados ainda no século XIII, a escala que o arrendamento adquire no fim do século XIV e no início do século XV constitui uma novidade histórica. É nesse momento, por conta do processo de cercamentos, que veremos, com mais detalhes na seção 3 deste capítulo, que a quantidade de terras convertidas de domínios senhoriais para lotes arrendáveis alcançam a escala dos milhares e os camponeses mais prósperos chegam a arrendar entre 20% e 25% das terras baixas inglesas (DIMMOCK, 2014, p. 112).

A magnitude dessa transformação não pode ser subestimada: trata-se do surgimento de um *novo* tipo de camponês, não porque as instituições nas quais ele estava baseado eram em si novas, mas porque a *escala* de atuação dessas instituições mudou drasticamente:

All farmers were new men in the sense that, whether they came from the locality or from outside, taking on a lord's demesne transformed their whole way of life and economic behaviour. The peasants who made up the majority of the new generation of farmers had previous experience of managing a holding of perhaps 30 acres. Overnight they found themselves having to run an enterprise of 300 acres. (DYER, 2005, p. 197)

Isso coloca os camponeses diante de uma imensa problemática, não é possível manter a economia campesina medieval quando é preciso vender 75% da produção. Fato agravado pela crescente especialização (DIMMOCK, 2014, p. 185), fruto menos da escolha consciente dos novos camponeses e mais da inviabilidade das outras alternativas em função da mudança climática que veremos na parte III deste capítulo.

Dimmock, seguindo a linha de Brenner (1995b, 1995a, 2001) e de Wood (2002a, 2002b) reconhece que esse movimento de transferência de propriedade é fruto de um imperativo de mercado agindo sobre ambas as classes (lordes e camponeses), embora haja também um elemento de capitalismo como oportunidade na sua análise. A princípio, não havia necessidade de um camponês aceitar o contrato de gestão das terras do senhor pelo arrendamento, isso apenas se torna um imperativo na medida em que há uma desarticulação anterior das formas produtivas. É esse momento anterior, que cria a necessidade de competir, via mercado, pelo arrendamento da terra que vamos explorar nas partes III e IV, porque há uma interconexão entre os cercamentos dos campos e a mudança climática que coloca uma pressão competitiva sobre

os camponeses, inexistente no século XIII, sendo justamente essa nova pressão que conduz o processo de arrendamento a tomar a escala inédita vista no século XIV.

É muito importante notar também que essa nova forma de ser dos camponeses os colocava muito próximos da pequena nobreza, mesmo em termos de propriedade de terras:

Their moveable goods were often on a par with gentry in this period: ‘Only the ownership of several hundred acres distinguished the petty squire from the successful yeoman farmer in Kent’, the difference being that the yeoman – like capitalist farmers today – held his hundreds of acres by lease (DIMMOCK, 2014, p. 113).

Essa observação de Dimmock, que aponta a diferença entre uma propriedade absoluta (típica do lorde inglês) frente a uma propriedade relativa, mediada pelo contrato de arrendamento, o *lease*, traz uma distinção importante (mas com a qual devemos tomar certo cuidado) entre as formas de propriedade da terra na Inglaterra medieval. De maneira geral, é possível pensar a terra como sujeita a uma propriedade múltipla, no sentido de que “different people had socially if not legally recognized interests in the same piece of ground” (PATRIQUIN, 2004, p. 202).

A esse respeito, Patriquin (2004, p. 204) distingue quatro formas do que podemos identificar como propriedade da terra no fim da Idade Média entre camponeses: os *freeholders*, os *leaseholders*, os *copyholders* e os *tenants-at-will*.

Esses quatro tipos de camponeses configuram um gradiente de autonomia sobre a propriedade da terra, sendo os primeiros aqueles com mais segurança dessa propriedade e os outros configurando modalidades de arrendamento mais ou menos precárias.

A própria noção de arrendatário se divide entre *leaseholders*, que possuíam algum tipo de contrato com o senhor proprietário das terras e esse contrato era sujeito à lei do rei (*common law*), os *copyholders*, que detinham uma cópia (daí o nome) do contrato que lhes garantia o uso da terra (muitas vezes esse contrato era estipulado em anos ou vidas, mas ainda regido pelo costume, isto é, a legislação do senhor local) e, por fim, os *tenants-at-will*, que viviam uma situação mais precária, posto que o direito à terra estava subordinado apenas à vontade do lorde local, podendo ser interrompido a qualquer momento (PATRIQUIN, 2004, p. 204–205).

Os *copyholders*, a partir do século XVI, passaram a poder recorrer às cortes reais (*common law*), o que modificou o caráter essencial desse tipo de propriedade (isto é, um contrato submetido à lei do senhor e não à do rei) e contribuiu para a sua suplantação pelo

*leaseholder*, que se converteu no modelo de arrendamento da terra, por excelência, a partir do século XVII (PATRIQUIN, 2004, p. 205–206).

Apesar da complexidade do sistema de propriedade da terra, há algumas linhas gerais que chamam a atenção. Em primeiro lugar, o fato de que essas modalidades eram acessíveis aos camponeses não se trata de contratos entre lordes, mas, sim, entre lordes e camponeses. Isso indica que havia um caminho dentro da própria institucionalidade feudal para que houvesse uma retenção de propriedade entre os camponeses. Eles não constituíam uma massa de despossuídos à mercê do senhor feudal, mas uma classe internamente diversa, com elementos que podiam ascender socialmente diante das circunstâncias corretas.

Em segundo lugar, a profusão de tipos contratuais indica uma classe camponesa que tem à sua disposição mecanismos diversos para se adaptar às mudanças do século XIV. Isso é fundamental para pensar a transição, porque confere à sociedade medieval um conjunto de saídas internas que, por sua vez, se transformam em processos transformativos mais amplos. Essa variedade de modalidades de contratos se reflete também na própria forma de assentamento da sociedade medieval, tópico que abordaremos na parte III, e nos permite pensar que coexistem, no seio da sociedade medieval inglesa, uma diversidade de estratégias de reprodução material, cuja primazia ou o caráter secundário se transformam diante das circunstâncias, gerando um corpo social adaptativo.

### 3.4 MERCADORES

Há ainda um terceiro elemento que precisamos incluir em nossa análise das classes sociais na transição: os mercadores. Apesar de a Inglaterra contar com comerciantes nativos, estes estavam mais atrelados ao processo de circulação interno; os grandes mercadores, que controlavam os circuitos realmente rentáveis eram, em essência, estrangeiros, em parte dos Países Baixos e em parte da Liga Hanseática. A Inglaterra, nesse momento, é a periferia dos circuitos comerciais do Norte da Europa, dotada de pouquíssima autonomia comercial e financeira.

Essa posição da Inglaterra não era única, em verdade, boa parte dos países do Norte da Europa encontravam-se em maior ou menor grau submetidos à Liga Hanseática; um dos

exemplos mais significativos é o caso dinamarquês. No fim do século XIV, a Hansa conseguiu impor uma derrota militar sobre o rei da Dinamarca que o forçou a ceder o controle de todo o comércio nacional para os comerciantes hanseáticos (UNGER, 1980, p. 162).

A história entre a Inglaterra e a Liga Hanseática é permeada pela disputa entre suas classes comerciantes, de um lado, os comerciantes ingleses que desejavam acessar os mercados do Báltico, de outro, os hanseáticos que almejavam manter seus privilégios comerciais na Inglaterra (PEDERSEN, 2006, p. 163).

Do começo do século XIV até 1372, a Liga Hanseática foi capaz de expandir sua presença na Inglaterra a partir dos privilégios comerciais garantidos pela *Carta Mercatoria*, de 1307, que tratava os comerciantes hanseáticos de forma diferenciada, mesmo entre os comerciantes estrangeiros, e os permitia vender seus produtos por preços menores do que os comerciantes ingleses (PEDERSEN, 2006, p. 163).

A reversão desse conjunto de privilégios compunha a agenda mercantil inglesa para o período:

‘Full parity in Anglo-Hanseatic relations’ summarised the aims both of the merchant adventurers who were genuinely interested in obtaining trade privileges in the Hanseatic areas, particularly in the Baltic and those of the large native English guilds whose sole aim was to exclude the Hanseatic League from England so that English merchants could enjoy the profits of the wool trade and the trade in Baltic goods in England for themselves (PEDERSEN, 2006, p. 164).

Na Inglaterra, a presença dos comerciantes hanseáticos tomava forma em algumas cidades estratégicas, em especial, nos portos de Hull, Ravenser, Boston e Lynn (LLOYD, 2002, p. 39). Todas localizadas na costa leste, o que implica uma vulnerabilidade ecológica bastante significativa, da qual o caso mais emblemático talvez seja o de Ravenser, que desapareceu do mapa após ser levada pelo mar.

Esses comerciantes hanseáticos são importantes para nossa análise porque são os articuladores das rotas comerciais do período, e, dentre essas rotas, existe uma de particular importância: o comércio de grãos.

Considerando o exposto no capítulo anterior, é nítida a relevância que os cereais e seus derivados (sobretudo o pão) tinham na sociedade europeia medieval. Não é trivial, portanto, a sugestão de Brenner (2001) de que, associado à especialização da produção agrícola que ele identifica na Holanda, haja também o fornecimento de grãos produzidos na Europa Oriental e vendidos pelos comerciantes hanseáticos. Era socialmente impossível adotar um modo de

reprodução material carente de grãos e associado à disponibilidade ecológica dos pântanos da Holanda, como fizeram os frísios na época do Império Romano. Da mesma forma, era impensável para o inglês, no século XIV, assentado às margens do Mar do Norte, um estilo de vida em que não houvesse acesso à cultura material cerealeira na qual ele fora criado.

Seguindo, portanto, a hipótese de Brenner, que identifica o mercado de grãos na Holanda como uma parte importante do processo de transição, devemos buscar indícios de que um fenômeno análogo estivesse ocorrendo na Inglaterra.

Um dos primeiros registros desse comércio de grãos da Inglaterra envolve um comerciante de Ravenser, em 1316, que comercializou uma carga de centeio e cevada em Alborg, em um navio hanseático (LLOYD, 2002, p. 49). Embora esse comércio ainda não tivesse um impacto relevante sobre a sociedade inglesa, posto que esses registros envolvem apenas um comerciante inglês, ou seja, ainda não constituem evidência de um comércio de grãos na Inglaterra em si, há um ponto importante para a hipótese que estamos trabalhando: mesmo no início do século XIV, já existe algum comércio marítimo de grãos sendo conduzido por mercadores hanseáticos.

Essa existência, apesar de ser insuficiente para traçar qualquer comentário sobre o século mesmo, coloca o comércio de grãos no rol de estratégias mercantis usadas pelos contemporâneos, o que significa também dizer que o comércio marítimo de gêneros de subsistência, com baixo valor agregado e alto custo de frete, é uma estratégia de reprodução material da classe comerciante que pode ser selecionada se as condições ambientais (ecológicas e sociais) tomarem uma forma específica.

A primeira dessas condições foi uma mudança técnica específica no transporte dos grãos, o desenvolvimento da *Umlandfahrt*, isto é, a circum-navegação da península de Jutland, parte continental da Dinamarca:

Before the inception of the *Umlandfahrt*, goods coming from the Baltic were unloaded at Lubeck and carried across the base of Jutland for reshipment at Hamburg. The new route by reducing transport costs encouraged an expansion in those trades in which this was a significant factor, such as timber (LLOYD, 2002, p. 41–42).

Esse desenvolvimento está associado não apenas ao domínio hanseático, que permitia que seus navios cruzassem livremente o território dinamarquês, mas também a uma mudança técnica na indústria naval, o setor mais dinâmico da economia medieval (UNGER, 2006, p. 88).

Antes da crise do século XIV já era possível identificar melhorias significativas na construção de navios. Considerando a rota de comércio de vinhos entre a Gasconha e a Inglaterra, Unger (1980, p. 163) pontua que, no século XIII, poucos *navios* tinham 100 toneladas, mas que, já no começo do século XIV, um contingente significativo já operava com tonelagens de 150 a 200, chegando mesmo a 300 toneladas.

Novamente devemos frisar, não há ainda um comércio de longa distância envolvendo grandes quantidades de bens de grande volume, mas já existe a possibilidade de realizá-lo e, inclusive, há indícios de que os comerciantes do período até mesmo buscavam ampliar a capacidade de transporte.

Apesar de o volume e o peso dos bens transportados serem costumeiramente um problema em termos de custo de frete, há uma vantagem que não é evidente à primeira vista. Um navio, para que seja funcional, precisa equilibrar duas características conflitantes, de um lado é preciso que a força do empuxo exercida pela água seja maior que seu peso, de outro, é necessário que o centro de gravidade seja baixo para que não emborque.

Considerando que os mastros e as velas desse período elevavam o centro de gravidade do navio, e esse problema era tão maior quanto maior fosse o navio. Era necessário, portanto, colocar algum tipo de lastro para aumentar o peso do casco do navio e trazer o centro de gravidade para mais próximo da linha d'água. A princípio, qualquer objeto pode servir de lastro, por exemplo, areia e cascalho, mas, do ponto de vista do comerciante, o lastro ideal é aquele que pode ser vendido no porto de destino.

Assim, não causa espanto que a rede comercial na qual operava a Liga Hanseática envolvesse, simultaneamente, o comércio de bens de alto valor e baixo volume, como os tecidos de Flandres, e bens de baixo valor, mas que funcionavam como lastro; o sal da Europa Ocidental e os grãos da Europa Oriental (UNGER, 1980, p. 166).

Muito embora esse comércio de grãos já ensaiasse seus primeiros passos no começo do século XIV, é a Peste Negra que modifica as condições em favor do comércio de bens de alto volume. Até a metade do século XIV, o comércio de grãos era viável na medida em que o alto preço do produto compensava os elevados custos de frete. Esses preços eram mantidos nesse patamar por conta da imensa pressão sobre a terra causada pela população crescente até o século XIII. Com a reversão demográfica causada pela peste, não só o comércio internacional como um todo diminui junto com a renda europeia, como a produtividade do trabalho agrícola



na Europa Ocidental sobe no primeiro momento e deprime os preços dos cereais. Os mercadores hanseáticos, então, “had to find a way to lower their costs just to retain their share of the shrunken market” (UNGER, 1980, p. 169).

O caminho encontrado foi uma adaptação do desenho dos navios existentes que permitia a construção de um novo modelo maior, com mais capacidade de transporte, mas que podia ser manejado por uma tripulação do mesmo tamanho e o construído com a mesma quantidade de madeira (UNGER, 1980, p. 171).

Esse movimento, fruto das disputas entre os próprios mercadores gera um processo simultâneo de concentração e ampliação da capacidade de frete. Os mercadores hanseáticos, no século XV, controlam um sistema de comércio cuja entrada é mais difícil, haja vista a especialização em navios maiores, que necessitavam de investimentos iniciais proibitivos para os pequenos comerciantes.

By 1400 European shipbuilders had developed a bulk carrier capable of moving many goods economically and through all European waters. Continuing improvement in the type expanded the scope of its use and also the volume of goods carried. (...) The unique economic circumstances created by the Black Death increase the pace of development and the use of bulk carriers. The success of builders in supplying profitable cogs and hulks to shippers affected the organisation of business and income distribution within Europe. The rise in volume of bulk carriage, absolute at least to 1350 and relative both before and after that date, implied the concentration or potential concentration of transportation in the hands of a few people. The larger amounts of capital needed and the limited number of voyages along any given route in a year meant that few merchants could operate successfully (UNGER, 1980, p. 188).

Essas transformações compõem um cenário significativamente diferente já no início do século XV. Se, cem anos antes, a importação de grãos na Inglaterra era negligenciável, em 1408, ela adquire centralidade nas disputas entre os comerciantes locais e os hanseáticos. Diante de uma disputa entre a coroa inglesa e os mercadores da Hansa, Von Dassel, um embaixador hanseático, é designado para tratar das negociações e tentar impor as condições da Liga sobre os ingleses. No cálculo desse ator, o comércio de grãos controlado pela Hansa era fundamental para submeter a Inglaterra:

More encouraging was von Dassel's intelligence about the shortage of corn in western Europe, which resulted from a combination of a poor harvest and a Prussian ban on grain export of several months' standing. In his first letter he noted that England had had to impose its own ban on export. A few days later he reported that all the corn was lost in the north of England, and he thought that because of this a group of Lynn merchants who had come to London to talk with him would have to accept his claims (LLOYD, 2002, p. 121).

Mais significativo ainda é que não se tratou de um caso isolado, as tensões da Inglaterra com a Liga Hanseática voltam à tona novamente na década de 1430, e o rei inglês tenta negociar com o grão-mestre da Ordem Teutônica, senhor das terras prussianas na Polônia, para que liberasse as exportações de grãos, com o objetivo de reduzir o preço e manter a estrutura do tecido social inglês.

As early as December 1437 the king and the city of London had written to the Grand Master pleading for ten to twenty shiploads of corn, but the Steelyard covertly suggested that on this occasion they be allowed no more than six to eight shiploads. Following a second harvest failure, Henry VI wrote to the Grand Master on 28 November 1438 telling of a great dearth and again requesting permission for his subjects to export grain. This was conceded and the king wrote on 28 February 1439 sending thanks for the favour, but requesting further facilities since prices were still very high in England. Corn exports from Prussia were again banned for a while in May 1439 (LLOYD, 2002, p. 222–223).

Esses últimos atritos ocorreram no contexto do tratado de 1437, em que a Liga Hanseática consegue impor à coroa inglesa a reinstituição das suas cartas de funcionamento em troca da permissão de comerciantes ingleses negociarem nos territórios prussianos, porém, sem o direito de compor guildas e sem compensações pela tributação anterior. No saldo final, os ingleses terminaram quase completamente excluídos dos mercados do Báltico na segunda metade do século XV (PEDERSEN, 2006, p. 174–175).

Uma das reações exercidas pela Inglaterra foi a instituição de uma lei que proibia a importação de grãos; promulgada em 1463, essa legislação teve um impacto significativo nos arredores de Londres, onde a fiscalização era mais intensa, porém, o impacto foi reduzido na periferia do país, inclusive, em cidades onde os comerciantes hanseáticos atuavam, como Hull (GRAS, 1915, p. 147–148).

A principal consequência dessa dominação hanseática se manifestou a longo prazo, posto que foi essa inserção específica da Inglaterra nas rotas comerciais europeias que permitiu a especialização da costa leste inglesa em torno da pecuária de ovelhas, entre os séculos XIV e XV. É esse desenho comercial que determina o conjunto de possibilidades disponíveis aos demais atores quando ocorre o colapso climático.

#### **4 SÍNTESE DAS RELAÇÕES ENTRE AS CLASSES SOCIAIS**

Uma vez terminada essa análise das principais dinâmicas de classe na Inglaterra medieval, convém sintetizar o cenário em um panorama de suas relações, conforme expresso na figura 4.

No âmbito interno, a divisão entre nobres e não nobres é o ponto de partida fundamental, dado que também corresponde à divisão entre os que produzem a riqueza e os que dela desfrutam. Contudo, tal divisão é ainda excessivamente ampla, uma vez que há distinções importantes no interior de ambas as classes, associadas ao processo de diferenciação e complexificação da sociedade medieval que vinha desde o século XIII.

Quando focamos na nobreza, há uma cisão clara entre os magnatas e a pequena nobreza, inicialmente representada pelos cavaleiros, não apenas em termos quantitativos, mas também no funcionamento do que podemos identificar com a administração pública inglesa do período.

Desde as reformas angevinas, os cavaleiros constituíam a principal fonte de agentes públicos (como juízes e jurados), além de serem fonte de receita para a coroa inglesa.

Conforme o século XIII avança, essa classe de cavaleiros passa por um processo de estratificação social que conduz a uma redução geral no número de cavaleiros, acompanhada de uma carência de quadros aptos ao exercício dos trabalhos administrativos. Havia, nesse contexto, um contingente significativo de pessoas que podiam pleitear o *status* de cavaleiros, por conta dos critérios sociais e genealógicos da época, mas que não desejavam fazê-lo, por conta do custo associado a isso, tanto direto (*distrainment of knighthood*) quanto indireto, via serviço não remunerado; essas pessoas foram progressivamente incorporadas às fileiras nobiliárquicas na medida em que foram criadas novas gradações de nobreza, em especial os níveis de escudeiro e cavaleiro. Esse último nível, em particular, corresponde à fração de classe mais notável dentro do processo histórico posterior, podendo ser visto como uma personificação da própria *gentry* inglesa, isto é, de uma fração de classe da nobreza que vive da apropriação do trabalho camponês, mas que não dispõe dos mecanismos feudais de coerção extraeconômica.

Simultaneamente a esse desenvolvimento da pequena nobreza, há uma progressiva diferenciação no campesinato, um estrato composto por camponeses mais abastados (*yeomen*) que passa a constituir um corpo de arrendatários e administradores das terras senhoriais, em uma escala sem precedente.

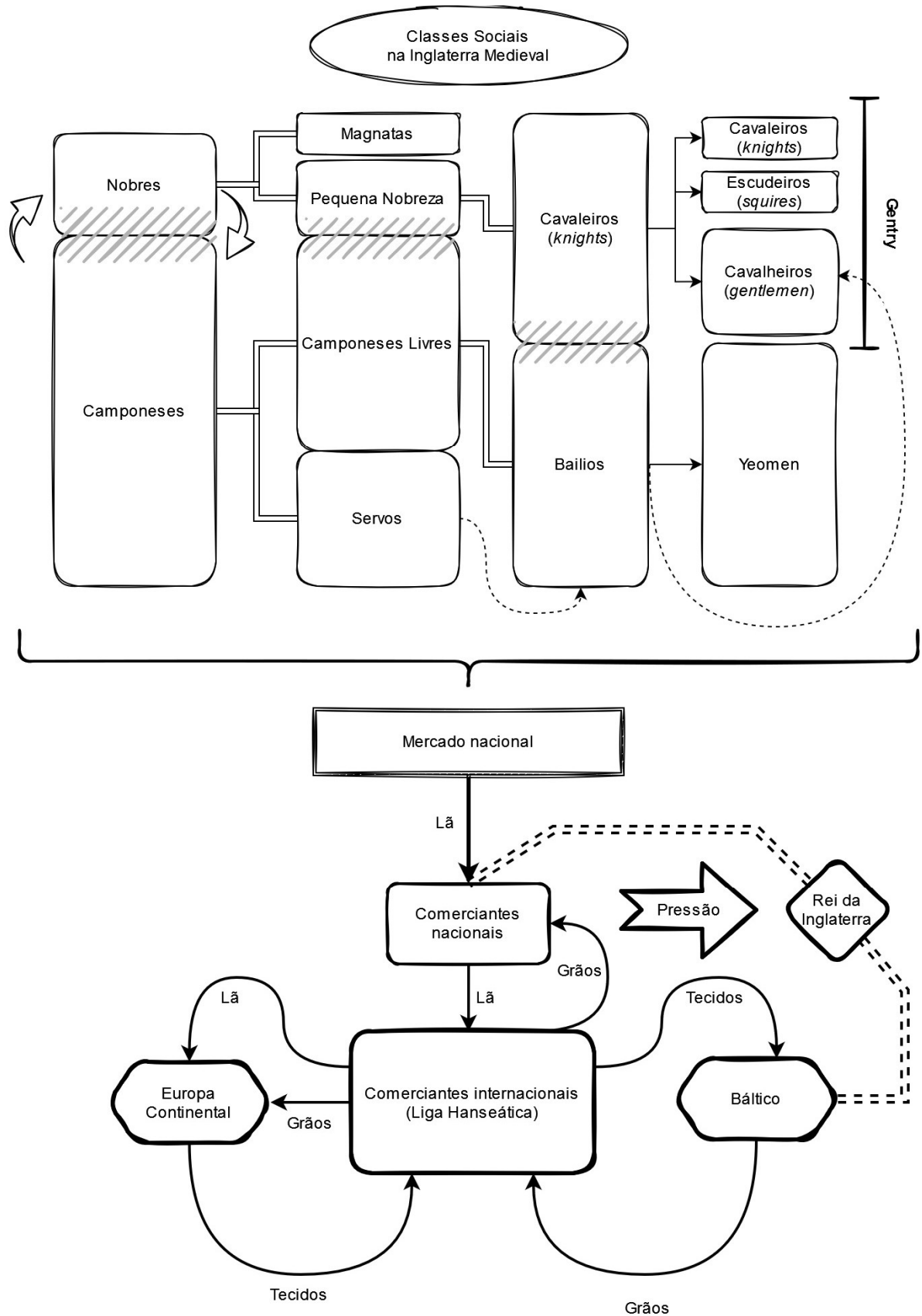
Por conta da maior disponibilidade de terras, há um processo de concentração fundiária após a Peste Negra, tanto em nível senhorial, quanto de campesinato, com alguns camponeses avançando suas posições e adquirindo o direito sobre as terras abandonadas na sua região.

Essa proximidade entre o topo do campesinato e a base da nobreza cria uma zona cinzenta dentro da qual alguns elementos transitam, se não dentro do espaço de uma vida, pelo menos em ritmo geracional. Há, entre esses dois polos, uma confluência de interesses no aumento da produção e da riqueza apropriada, dentro de um contexto climático e ecológico adverso, e essa expansão dos rendimentos só pode se converter em realidade na medida em que passa a ser mediada por uma classe comerciante estrangeira também dotada de uma agenda própria convergente: os mercadores da Liga Hanseática.

A Hansa atua nesse contexto estabelecendo uma divisão internacional do trabalho no interior da Europa, articulando as rotas de comércio entre o Báltico, a Europa continental (em especial os Países Baixos) e a Inglaterra. Nesse esquema de comércio, muito em função do próprio desenvolvimento tecnológico da indústria naval realizado pelos hanseáticos, a Inglaterra se consolida como uma periferia exportadora de lã e importadora de grãos do Báltico.

Em função disso, as terras inadequadas ao cultivo de trigo na costa leste inglesa podem ser adaptadas à criação de ovelhas, cuja produção será exportada e convertida em grãos, via as redes de comércio hanseáticas, permitindo a concretização dos objetivos econômicos tanto do alto campesinato quanto da baixa nobreza. É justamente esse aspecto da inadequação ecológica e da possibilidade de conversão de terras alagadas em pastos que iremos explorar nas seções seguintes.

Figura 4 - Esquema explicativo simplificado das classes apresentadas no capítulo.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

## 5 DINÂMICA ECOLÓGICA

### 5.1 AS *FENLANDS* E AS TEMPESTADES

Uma vez que já tenhamos uma clareza maior sobre as três classes mais importantes do fim da Idade Média inglesa para o processo que buscamos compreender, podemos retomar as teses de Brenner sobre a transição holandesa para o capitalismo e analisar sua aplicabilidade ao caso inglês. Em linhas gerais, Brenner (2001, p. 208) afirma que a mudança climática impossibilitou as formas tradicionais de reprodução material da economia campesina holandesa, posto que a maior tendência a inundações era prejudicial ao cultivo de cereais.

Como resposta, os camponeses adotaram uma série de práticas produtivas novas, dentre as quais destaca-se a especialização dos gêneros cultivados, o que iniciou um processo de dependência do mercado para o acesso aos bens de consumo típicos daquela sociedade, notadamente o pão, cujo cereal originário passou a vir do Báltico. É necessário notar ainda que tal mudança ocorreu sem alterações na estrutura da propriedade da terra, o que já sinaliza uma importante diferença em relação ao processo análogo na Inglaterra.

Apesar dessa diferença inicial, há algumas linhas de semelhança que nos permitem transpor a hipótese climática para o caso inglês e pensar em uma aplicabilidade dessa hipótese de Brenner na Inglaterra.

Em primeiro lugar, é inegável o alto grau de semelhança entre os ecossistemas na costa leste da Inglaterra e os da Holanda:

In particular, large areas of the eastern coastline and its hinterland from Flamborough Head in East Yorkshire to the Pevensey Levels in Kent are close to or even below sea-level and represent an ‘English Lowlands’ comparable in many respects to the more aptly named region on the opposite mainland. Indeed, the Netherlands, the northwest coast of Germany and the western coast of Denmark form together with eastern England one vast North Sea Basin system continually shaped and reshaped by the processes of storm, flood and erosion. (BANKOFF, 2013, p. 4)

Essa bacia do Mar do Norte constitui uma unidade geográfica que nos permite traçar o paralelismo entre as dinâmicas climáticas e seus respectivos impactos tanto na Holanda

quanto na Inglaterra. No caso inglês, devemos conferir especial atenção às *fenlands*<sup>15</sup>, uma região pantanosa localizada no leste da Inglaterra.

Os *fens* constituem um ecossistema clássico das ilhas britânicas. De modo geral, as terras alagadiças (*wetlands*) chegaram a cobrir um quarto do território britânico, e dentro delas, os *fens* representavam um universo à parte: “This was a vast landscape on a scale similar to the intractable wildernesses viewed by European settlers when they first arrived in North America” (ROTHERHAM, 2013, cap. Introdução).

Em suas dimensões originais, os *fens* se estendiam do norte do condado de Yorkshire até os condados de Norfolk e Suffolk, no leste da Inglaterra. O que em si já seria um grande ecossistema era ainda maior quando consideramos as áreas adjacentes que ajudavam a configurar essas terras alagadas:

Beyond them were extensive heaths, moors, dunes, woods and forests, and great open sheep-walks, and the whole was linked by arteries and veins of rivers great and small, meandering across vast floodplains, curving, spilling, slow and tortuous; the life-blood of this remarkable ecology. (ROTHERHAM, 2013, cap. Introdução)

Bankoff (2013, p. 17) pontua que é preciso pensar as *fenlands* em sua articulação com os territórios próximos<sup>16</sup>. Por mais que algumas áreas da costa leste inglesa fossem relativamente elevadas e não estivessem em risco direto de inundação, sua dinâmica econômica estava associada à dinâmica das terras baixas. Por exemplo, os processos de transumância se beneficiavam desse diferencial de altitude e aumentavam a viabilidade econômica da criação de ovelhas (BANKOFF, 2013, p. 17).

Essas terras baixas da Inglaterra consistem tanto de pântanos costeiros de água salgada quanto de alagados de água doce no interior. O que separa esses terrenos do mar muitas vezes é apenas um conjunto de dunas, o que, aliado à baixa elevação do terreno, contribui para o alagamento tanto da água drenada do continente, que não encontra vazão suficiente, quanto do mar, que avança (BANKOFF, 2013, p. 13).

---

<sup>15</sup> Quando pensamos nesse paralelo com a Holanda, logo surge a referência ao *fen* da Holanda, localizado no norte de Lincolnshire, na Inglaterra. Trata-se de uma região absolutamente típica desses ecossistemas e que carrega uma imensa similaridade com os pântanos correlatos dos Países Baixos. Entretanto, cabe notar que esses nomes possuem etimologias distintas (HANKS et al., 2002, p. 300–301).

<sup>16</sup> Aqui temos uma expressão regional da dualidade entre *river* (terras baixas) e *wold* (terras altas), na geografia inglesa. Williamson (2000, p. 63) registra que essa dualidade está presente desde os primeiros assentamentos ingleses e marca a especialização das terras baixas com a agricultura em sinergia com o pastoreio das terras altas.

Com a ocupação humana da região, foram feitos esforços no sentido de controlar as enchentes regulares pelas quais essa região passava e para convertê-las em terras de cultivo agrícola, em especial, de cereais. Ainda no século XIII, temos exemplos de drenagens e de construções de barragens bem-sucedidas, além de uma legislação específica para lidar com a manutenção dessas estruturas, na forma de instituições como a *Court of Sewers* e o *Land Drainage Act*, de 1258 (ROTHERHAM, 2013, cap. 4). A lei dos pântanos (*lex marisci*), consolidada em 1257 e pautada pelas práticas da região de Romney Marsh, estabelecia práticas gerais para mediar a relação entre a ocupação humana e os desafios naturais da região, na forma de seleção de 24 proprietários locais, capitaneados por um bailio, responsáveis pela coleta de um imposto específico para a manutenção das estruturas de controle de inundações e pela gestão dos trabalhos necessários para empreendê-la (BANKOFF, 2013, p. 28).

Esse povoamento das terras alagadas acontece tanto por conta dos fatores de repulsão de outras áreas, notadamente as obrigações feudais e a falta de terras disponíveis, mas também por fatores de atração associados às terras alagadiças, especialmente o uso como espaço de pastoreio e a fertilidade aumentada após a drenagem (BANKOFF, 2013, p. 8).

Por conta disso, quase sempre o pântano drenado era usado para o cultivo de cereais. Galloway (GALLOWAY, 2013, p. 180–181) nos traz alguns exemplos:

At Maltby le Marsh and Cumberworth in Lincolnshire two-thirds or more of the land was devoted to arable in the 1270s. These figures appear fairly typical of the Fenlands in the late thirteenth and early fourteenth centuries and indeed at some locations the arable share exceeded 80 per cent, while at Pinchbeck in the siltlands of Elloe wapentake it reached 100 per cent in 1291.

Por outro lado, a economia das terras pantanosas estava mais associada a um cultivo misto, com uma importância substantivamente maior da pecuária, e, sobretudo, da criação de ovelhas, o que nos chama a atenção à luz do desenvolvimento histórico posterior da região.

Elsewhere, mixed farming regimes were characteristic of marshland agriculture before the Black Death. On Romney Marsh and the Pevensey Levels arable represented around 40 per cent of land usage, with the remainder under pasture, especially for sheep, and some meadow. (GALLOWAY, 2013, p. 181)

O processo permaneceu em escala relativamente reduzida até o século XVI, quando comparado ao desenvolvimento posterior, sendo realizado de forma relativamente autônoma pelos poderes locais e sem uma coordenação geral, mais voltados à prevenção de enchentes em pequenas áreas (ROTHERHAM, 2013, cap. 4). Apesar disso, já havia um impacto ecológico significativo com a utilização econômica mais intensiva desse ecossistema:



Despite the different chronologies, it thus seems clear that most of the coastal wetlands of eastern and south-eastern England had been embanked, drained and converted to agricultural use by the middle of the thirteenth century, part of a wider process of the expansion of settlement and cultivation, associated with population growth and the expansion of a commercialised economy within which urban and export markets played an increasingly important role. (GALLOWAY, 2013, p. 180)

Por mais que esse modelo tenha sido bem-sucedido no período de crescimento do fim da Idade Média, especialmente no século XII, quando não há relatos de inundações ou de tempestades afligindo a costa pantanosa da Inglaterra (GALLOWAY, 2013, p. 182–183), a virada do fim da MCA para a LIA<sup>17</sup> introduz um importante elemento destrutivo sobre a economia local.

A bacia do Mar do Norte constitui uma região propensa a inundações durante as tempestades marítimas, por conta de um fenômeno de *wind-drift*. Esse fenômeno consiste no carregamento pelo vento de águas da porção norte (mais funda) para a porção sul (mais rasa). Essa diferença de profundidade faz com que o nível do mar se eleve perceptivelmente, o que, juntamente com o redirecionamento dos ventos para oeste, por conta do efeito Coriolis, faz com que a costa leste da Inglaterra (e a costa holandesa) seja particularmente mais afetada por inundações marítimas (BANKOFF, 2013, p. 6). Um efeito que se agrava conforme as tempestades aumentam com a chegada da LIA (conforme visto no capítulo anterior).

Assim, já no fim da década de 1280, as inundações do Mar do Norte se fazem presentes, com alguns episódios significativos do binômio tempestade-enchente. Novamente, entre os anos 1330 e 1340, as inundações retornam e atingem o estuário do Humber, além do sudeste da Inglaterra.

Na segunda metade do século XIV, a situação se agrava, agora incorporando a menor disponibilidade de trabalho para a manutenção das estruturas de proteção. E no século XV não há melhora, as enchentes de 1404 e de 1421 devastam o sudeste da Inglaterra:

Storms and storm surges continued to affect the coasts of eastern and southern England throughout the fifteenth century, although a decline in the intensity of occupation and defence of some coastal wetlands (for which see below), and the decline in direct management of manorial demesnes, means that the documentation is less copious and in-formative than before (GALLOWAY, 2013, p. 185).

Essencialmente, a economia inglesa sai de uma situação na qual a ocupação do litoral com plantações de grãos era custosa, mas rentável, dado que havia poucas e pequenas enchentes

---

<sup>17</sup> Aqui retomamos o debate do capítulo 1 a respeito da transição da Anomalia Climática Medieval (MCA), também conhecida como Período Quente Medieval, para a Pequena Era do Gelo (LIA).

até o século XII, para uma situação na qual os séculos são marcados por eventos climáticos extremos que não apenas destroem a infraestrutura existente, mas também introduzem um grau insustentável de incerteza produtiva.

Associada a isso temos uma alteração na geografia comercial da região. Diversas cidades costeiras foram destruídas juntamente com seus portos. Com a erosão da costa, muitos edifícios e estruturas portuárias foram tragados pelo mar durante os episódios de tempestades. Dunwich, em Suffolk, e Winchelsea, em Sussex, dois importantes portos ingleses no fim da Idade Média, perderam sua relevância econômica: no século XIII, Ravenser Odd, e o estuário do Humber, no século XIV (GALLOWAY, 2013, p. 187).

O que nos interessa aqui é que são justamente as áreas afetadas pela mudança climática na forma de maiores e mais violentas tempestades no Mar do Norte (conforme vimos no capítulo 2) que vão ser o *locus* geográfico da transição inglesa, justamente porque esse processo de destruição da infraestrutura de drenagem e dos diques, legados pela Idade Média, impossibilita a reprodução material nos moldes da economia camponesa medieval, tal qual Brenner (2001) observa para o caso holandês.

O que precisamos ver em seguida é como essas mesmas terras são também pioneiras do processo de cercamentos, o que configura justamente a peculiaridade inglesa no processo de transição. Para isso, vamos nos debruçar sobre as vilas abandonadas, um elemento típico da historiografia medieval inglesa.

## 5.2 AS VILAS ABANDONADAS E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

### 5.2.1 Os três tipos de aldeamento

Antes de mais nada, é preciso reforçar que a Idade Média é um período de grande diversidade nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Isso se traduz também nas formas distintas pelas quais os ingleses vão se estabelecer em relação ao território, de modo que o que imediatamente salta aos olhos ao observar a Inglaterra medieval é que a ocupação do território não é uniforme.

Apesar disso, podemos desenhar três arquétipos para orientar nossa visão. A partir dos exemplos arqueológicos de Buckinghamshire, condado situado a noroeste de Londres, podemos identificar três modelos de aldeamento medievais distintos: Great Linford, Tattenhoe e Westbury (SMITH, 2010, p. 65).

Great Linford é o exemplo clássico, o “tipo ideal de vila” (SMITH, 2010, p. 66–67), com uma nucleação clara nas habitações. Tattenhoe é uma variação desse tema, e aqui também pode ser identificada a nucleação, mas em grau significativamente menor, com habitações mais dispersas do que em Great Linford. Já Westbury é o ponto oposto do espectro, constituindo um assentamento disperso, sem qualquer forma de nucleação.

Essas diferenças são corroboradas pelo estilo arquitetônico. Em Great Linford, as casas eram iguais e ordenadas; em Tattenhoe, já é possível identificar alguma variedade, embora muitas casas sigam ainda o mesmo padrão, a principal diferença é a ocupação mais desordenada do espaço. Por fim, em Westbury, as casas são completamente diferentes entre si e dispersas no território, inclusive com realocação periódica a cada 50 ou 60 anos, conforme as famílias mudavam as áreas de cultivo (SMITH, 2010, p. 72).

Isso nos indica também que havia uma diferença importante no manejo do solo, posto que a ocupação do espaço pelas casas reflete a forma como as famílias que as habitavam organizavam seu trabalho. Em Great Linford, vemos o modelo clássico medieval:

The arable land here was allocated to the villagers in what is often regarded as the ‘classic’ medieval fashion, with each tenant farming individual strips which were scattered through two large fields. In addition to arable land being divided in this way and subject to communal disciplines, a fifteenth-century document shows that meadows were divided into various lots called ‘doles’ and ‘swathes’, and a document dated to 1567 suggests that grazing too was strictly controlled here (SMITH, 2010, p. 68).

Em Tattenhoe, Smith (2010, p. 68–69) aponta para uma forma de cultivo similar, mas é em Westbury que surgem as principais diferenças. Não há o campo geral de cultivo, pelo contrário, a agricultura parece ter sido praticada diretamente ao redor das casas dos camponeses e em alguns espaços cercados.

Essa variedade retrata um cenário interessante para nossa análise sobre a transição. Ao invés de uma Idade Média marcada por formas rígidas de trabalho agrícola, o que temos é não apenas a existência de formas diametralmente opostas de dividir e trabalhar a terra (de um lado os campos comunais e de outro o cultivo familiar em espaços de cercamento incipiente), convivendo dentro de uma mesma unidade política (o condado de Buckingham), como também

a existência de tensões similares dentro do espaço de convivência cotidiano, como demonstra a vila de Tattenhoe.

Pensando a partir de uma analogia biológica, cada um desses tipos de vila, com suas dinâmicas próprias de aldeamento e nucleação, equivale a uma estratégia adaptativa distinta. Todas elas são, em algum nível, funcionais no mundo medieval, o que se reflete na sua coexistência, embora algumas possam ser mais funcionais do que outras diante de determinados condicionantes externos. Conforme o choque climático se manifesta nos arredores do século XIV, as condições sobre as quais esse processo adaptativo ocorre se transformam, não apenas pela súbita e drástica redução da população inglesa, mas também pelas mudanças nos padrões pluviométricos que afetam as condições de cultivo. Nos termos da analogia, algumas estratégias adaptativas perderam funcionalidade, enquanto outras ganharam. Como havia um leque de estratégias simultâneas praticadas na sociedade inglesa, essa mudança de funcionalidade relativa se traduziu na expansão de algumas estratégias sobre o território previamente ocupado pelas que se tornaram menos funcionais.

Para melhor compreendermos como se desenvolveu esse processo, precisamos entrar no debate acerca das vilas abandonadas.

### **5.2.2 As vilas abandonadas da Inglaterra**

Apesar de o termo “vilas abandonadas” (*deserted villages*) ter se consagrado na literatura, a forma mais correta de formular o tema é pelo conceito de “assentamentos abandonados”. Quando falamos de assentamentos na Inglaterra medieval, trabalhamos com uma nomenclatura por vezes confusa. Há, de modo geral, três termos para nomear as formas de ocupação do espaço: *farmstead*, *hamlet* e *village*.

*Farmstead* representa a menor unidade de análise possível, correspondendo a uma fazenda e às construções ao seu redor. *Hamlets*, por sua vez, são conjuntos de *farmsteads* pequenos demais para configurar uma *village*. Esta é comumente definida como um povoamento com um número de moradias entre 6 e 60, e uma população entre 30 e 300 pessoas (JONES, 2010, p. 11).

Essas definições têm alguns problemas sérios, não apenas pela amplitude da definição de vila, mas, sobretudo, pela dificuldade em agregar ou separar as partes menores:

When, for instance, does a farmstead morph into a hamlet, or a large hamlet become a small village? (...) Similarly, we might ask how close farmsteads need to stand together before they are considered to make up part of a hamlet rather than independent units in their own right. (JONES, 2010, p. 11)

Uma solução proposta por Jones é pensar a partir de um critério qualitativo, vila é um sítio que se diferencia pelos serviços disponíveis, especialmente os serviços religiosos, é um espaço que ocupa o topo da hierarquia de complexidade entre esses assentamentos:

These places will have been recognised by the state as a separate vill for tax and judicial purposes. They will usually have housed the largest concentration of people within their overlapping secular and religious jurisdictions, but not always. They will have exploited their territory either independently or together with other settlements but they will demonstrate no signs of social, economic or religious dependency upon these. They will have generally offered, where these are known, a wider range of services and supported a more complex mix of social groups than other places within their orbit. (JONES, 2010, p. 14)

Jones trabalha com a hipótese de que o abandono dos assentamentos estava associado, sobretudo, à sua antiguidade, isto é, quanto mais antigo um assentamento, menor a sua chance de desaparecer. Em parte, isso estava associado às relações de dependência, posto que um assentamento novo seria mais dependente, em termos econômicos, políticos e religiosos, de um centro maior nas proximidades do que um assentamento mais antigo, que já contaria com suas estruturas próprias.

Taken together, the weight of the evidence suggests that many of County Durham's deserted sites were founded relatively late, that few became centres of local administration, but rather remained as dependent townships, and that most stayed small (JONES, 2010, p. 19).

A antiguidade do assentamento também está relacionada à característica do solo, uma vez que ocupações mais recentes, em um contexto de crescimento populacional como fora o século XII, tendem a ocorrer em solos de pior qualidade. Esse aspecto ganha centralidade na medida em que consideramos condados marginais na economia inglesa, principalmente no norte, a exemplo do condado de Durham:

Location may have been more important here than in Rutland: in a county with greater extremes of topography and soil quality, later arrivals were often forced into marginal areas with poorer soils, higher rainfall and shorter growing seasons, none more so than County Durham's two deserted places called Unthank, names which we see first recorded in the thirteenth and fourteenth centuries and which point towards the unforgiving nature of the local soils or their origins as squatter settlements. (JONES, 2010, p. 19)

No texto de Jones (2010, p. 21), há também uma breve menção ao elemento climático que nos interessa: o autor reconhece, sobretudo, o impacto das tempestades na costa do Mar do Norte a partir do século XIII, na “coastline in Norfolk and the Fens. Places were also lost to the sea along the Yorkshire coast”. Como podemos ver, trata-se justamente das áreas alagadiças descritas na seção anterior.

Por fim, uma contribuição relevante de Jones para nossa reflexão é a proximidade entre abandono e cercamento. Entre 1370 e 1520, alguns milhares de *hamlets* foram despovoados ou reduziram significativamente de tamanho, dos quais “many as a direct result of enclosing, although this outcome was a more common experience at the end of this period than at the beginning” (JONES, 2010, p. 22). Muito embora o autor proponha o cercamento como causa do abandono dos assentamentos (especialmente a partir do século XV), as evidências a esse respeito apresentam certas nuances que devemos considerar; é provável que essa causalidade tenha sido invertida no início do processo, e isso requer uma reflexão mais aprofundada.

Para isso, recorremos a Dyer (2010, p. 29–32) que sistematiza o debate sobre o abandono das vilas a partir de algumas linhas gerais. A primeira hipótese é a de Postan, que defende que o abandono dos assentamentos esteve associado à queda da população e ao abandono das terras marginais. Em seguida, Hoskins defende que o principal responsável pelo abandono foram os cercamentos nos séculos XVI e XVII. Por fim, Beresford propõe uma dupla causalidade que envolve a redução da população no século XIV e os cercamentos do século XV.

Um ponto que Dyer (2010, p. 29) enfatiza é que não há uma correlação direta entre a Peste Negra e o despovoamento das vilas, posto que muitas vilas sobreviveram aos primeiros choques da peste, até os anos 1380, sendo abandonadas ao longo do século XV. O que é interessante é que parece haver uma relação entre a redução populacional pós Peste Negra e uma mudança produtiva, com a redução dos campos arados e o aumento das áreas destinadas ao pastoreio.

In the period 1380–1480 some villages adapted clumsily to the shift of at least part of their production from arable to pasture, which created tensions because some villagers broke the rules governing open-field farming. As the population dwindled, wealthier tenants were able to take on extra land, which set up potential divisions. The peasant engrossers often became the peasant graziers, and their conversion of land to pasture and overstocking of the commons threatened the harmony of the village (DYER, 2010, p. 30).

A discussão de Dyer é muito interessante porque ilustra bem as tensões na fronteira entre as classes camponesa e nobiliárquica. Esse processo de acumulação de terras ocorre entre aqueles indivíduos que transitavam entre os escalões mais baixos e novos da pequena nobreza, são os futuros escudeiros e cavaleiros aos quais Coss (2003) se refere, e também representam o argumento de Brenner (1995b, 1995a, 2001) acerca de uma transformação por dentro da estrutura senhorial. Conforme Dyer (2010, p. 29) coloca:

These internal problems are not incompatible with the depopulation hypothesis, as a lord or his agents, observing the decline in rents from a decaying village, might decide to encourage the departure of the tenants in order to use the land more profitably.

Aqueles que sobrevivem ao abandono dos assentamentos não estão mais pobres por isso, pelo contrário, em geral, são justamente os membros mais abastados, capazes de incorporar a terra, agora ociosa, a partir de uma nova dinâmica produtiva:

One choice, typical of the age, which was, according to early sixteenth-century records, made by Peter Barton was to acquire a flock of about 450 sheep which occupied a sizeable proportion of his former arable, now converted to grass. This pastoral option was probably taken in varying degrees by all of the tenants after 1440. (DYER, 2010, p. 38–39)

O que parece ter acontecido foi uma combinação de redução populacional por causa da Peste com um avanço do cercamento e da conversão de terras em pasto. Uma vez que a Peste Negra se faz presente, a população dos assentamentos é drasticamente reduzida, gerando um conjunto de terras ociosas. Essas terras são apropriadas pelos camponeses mais prósperos, que sobreviveram ao choque inicial do flagelo, e convertidas em pasto. Os lordes locais, diante da perda de rendimentos decorrente da queda populacional, veem nesse expediente uma forma de recompor suas rendas e incentivam esses camponeses a ocuparem terras que ainda estavam sendo utilizadas por outras famílias, o que intensifica o processo de despovoamento.

Esse ciclo ganha contornos mais abrangentes do que a própria “vila abandonada”, porque era possível que um habitante de outra localidade, em geral fronteira, tomasse proveito da ociosidade das terras vizinhas, mesmo que em outra jurisdição. Aqui, o caso de Barcheston é bastante ilustrativo:

The rules governing the use of Barcheston’s fields were often broken. The villagers were said to have grazed their sheep on the pasture reserved for larger beasts, and did not put their cattle into the keeping of the common herdsman. Wayward pigs caused damage. (...) Barcheston was troubled by the relentless encroachment by people from nearby Shipston, who drove their animals on to the fields, grazed their geese and dug stones out of the causeway which led to the town. Barcheston’s few families must have felt threatened and defenceless as they faced the acquisitive inhabitants of a lively and populous town. (DYER, 2010, p. 41)

Não apenas os próprios habitantes de Barcheston estavam em conflito entre si, disputando a forma pela qual a terra seria usada, como também estavam em disputa com lordes e camponeses das vilas ao redor, que usavam os recursos espaciais de Barcheston à revelia de seus habitantes, impondo sobre eles o custo do uso desregulado da terra, além da violência intencional associada a essa disputa.

Esse exemplo é muito ilustrativo também porque coloca o cercamento dos campos, especialmente nessa etapa inicial do cercamento parcelado (*piecemeal*), como um momento posterior ao colapso climático, ele é uma estratégia emergente adotada pela sociedade inglesa, via articulação entre os pequenos senhores e os grandes camponeses, operando na fronteira da pequena nobreza, diante da mudança das condições ambientais trazidas pela crise climática. É nesse sentido que Dyer (2010, p. 45) coloca que William Willington (um pequeno lorde local) “could kill off villages and turn them into specialised pastures, but that was sometimes a **continuation of a process, not a new departure**” (grifo nosso).

## 6 OS CERCAMENTOS COMO IMPERATIVO DE MERCADO

Esse debate que vimos sobre o abandono dos assentamentos medievais coloca a necessidade de uma revisão sobre a literatura dos cercamentos. Embora os cercamentos conduzidos pelo Parlamento, nos séculos XVII e XVIII (MARX, 2004; POLANYI, 2000), tenham sido consagrados na literatura como o tipo ideal de cercamento, com a apropriação e a perda do direito de uso das terras comuns, eles se mostram uma etapa posterior ao processo.

Um exemplo desse reenquadramento do debate é o texto de Williamson (2000, p. 56), que propõe uma releitura dos cercamentos à luz de sua complexidade histórica. A primeira parte de seu argumento é a diferenciação entre dois tipos ideais de cercamentos: os parcelados (*piecemeal*) e os gerais (*general*).

O cercamento parcelado envolve quase sempre a compra ou aquisição privada de parcelas de terras, a partir de acordos entre membros da comunidade, enquanto os cercamentos gerais foram articulados pelos maiores proprietários da unidade política regional, visando a remodelar instantaneamente as formas de produção vigentes (WILLIAMSON, 2000, p. 59).



Não se deve, entretanto, imaginar que uma forma é intrinsecamente mais violenta do que a outra, antes, são formas diferentes de violência e de despossessão. Por mais que o cercamento parcelado tenha uma temporalidade diferente, muitas vezes ele esteve associado ao processo de concentração de terras, e foi um mecanismo de subjugação do pequeno proprietário, que se via obrigado a vender sua propriedade até que, eventualmente, a região estivesse sob a égide de um único proprietário (WILLIAMSON, 2000, p. 60).

Além disso, os cercamentos gerais podem ser subdivididos. O primeiro tipo que Williamson (2000, p. 59) aponta é o cercamento por unidade de posse, quando um único proprietário controla as terras da região, os direitos comuns se tornam direitos privados dele, de modo que efetiva-se o cercamento. Essa modalidade está muito associada aos primeiros cercamentos gerais, referentes justamente ao período de despovoamento do século XV.

O segundo tipo de cercamento geral descrito por Williamson (2000, p. 59) é o cercamento por acordo, no qual a maioria dos proprietários de uma região concordavam com o cerco e redistribuíam os direitos comuns na proporção de sua propriedade. Esses cercamentos foram mais comuns nos séculos XVI e XVII e já refletem uma segunda fase do processo de concentração fundiária inglesa.

Por fim, o terceiro tipo é o cercamento por determinação do Parlamento, no qual o proprietário ou o conjunto (geralmente pequeno) de proprietários que detivessem pelo menos 75% das terras, medidas em valor, solicitavam o cercamento ao Parlamento. Cronologicamente, essa modalidade começa no século XVII, mas ganha fôlego a partir do século XVIII (WILLIAMSON, 2000, p. 59).

Outro ponto que Williamson (2000, p. 66) destaca é que a finalidade dos cercamentos muda conforme o momento histórico. Até o século XVIII, os campos cercados eram, em sua imensa maioria, convertidos em pasto, e apenas mais tarde ganha primazia a ideia de melhoramento agrícola.

As evidências apontam que os primeiros cercamentos foram de terras já abandonadas, sem que houvesse expulsão das pessoas associadas àquelas terras, uma vez que elas já teriam sido deslocadas por uma combinação de peste e mudança climática. Isso parece ter sido ainda mais real na costa leste da Inglaterra, por conta da geografia associada aos terrenos alagadiços.

Coastal and estuarine marshlands shared in this general trend, but it seems clear that the environmental challenges they faced exacerbated the retreat from arable farming.

Whereas pasture lands affected by salt might lose productivity, they would rarely be a total loss and, indeed, saltmarsh itself provided a rich if specialised type of grazing, especially well-suited to sheep. (GALLOWAY, 2013, p. 192)

Galloway, aqui, coloca uma questão interessante, a substituição de trigo por ovelhas, que, por conta das técnicas de trabalho, também é uma substituição de pessoas por ovelhas, e que é dotada de uma racionalidade econômica subjacente ao conjunto de possibilidades daquela sociedade. O impacto relativo da mudança climática sobre a produção de grãos é substancialmente maior do que o impacto sobre a pecuária de ovelhas, o que permite, aos moldes do exemplo holandês, uma especialização para o mercado ao mesmo tempo em que impossibilita a manutenção da economia medieval nos moldes anteriores.

Diferentemente do caso holandês, os cercamentos ingleses representam uma mudança no regime de propriedade da terra em favor dos lordes, que coloca a distribuição do excedente agrícola em um molde igualmente distinto:

When a farmer in the Northern Netherlands switched from grain to dairy production, and supplemented his income by producing summer grains for beer, he was doing so to meet his own consumption needs and those of his household, even if he did so by means of exchange, consumption needs that were, within reason, under their own control. When English land-use was switched from arable to sheep pasture, driving many producers off the land, and when later, in conditions where rents for arable were rising again, landlords derived their rents from productive agriculture, the driving force (WOOD, 2002b, p. 64)

Os cercamentos, especialmente no contexto do século XV, apresentam-se muito mais como uma necessidade para o senhor de terras local, inserido na pequena nobreza que vimos na parte I, em função das mudanças trazidas pela Peste Negra e pelo colapso climático, do que uma escolha consciente pela melhor forma de expandir seu excedente. Contudo, em virtude dos processos análogos que estavam em curso no campesinato, em especial a formação de uma elite de *yeomen*, e no comércio internacional com a diminuição dos custos do frete, essa estratégia adaptativa, ainda que inconscientemente, revela-se mais eficaz na apropriação de excedente a longo prazo, o que podemos inferir pela progressiva homogeneização do panorama agrário inglês a partir da costa leste.

Willamson (2000, p. 64) identifica com clareza que, no desenvolvimento agrícola após a Idade Média, há uma crescente especialização da produção rural e que essa especialização está associada ao tipo de solo e do padrão de ocupação anterior. As áreas de terras mais leves continuaram a adotar uma combinação de trigo e criação de ovelhas, mas nas áreas de terras mais pesadas, associadas às terras baixas do leste da Inglaterra, há uma expansão gradual das áreas dedicadas exclusivamente à criação de ovelhas, de modo a criar um “complex pattern of

farming regions, in which some mixed-farming areas could be found in the west of the country, and specialised pastoral areas in the east”.

Esse padrão segue à risca o diferencial ecológico da bacia do Mar do Norte, representada aqui pelo leste, e a parte interior da Inglaterra, afastada do risco associado à mudança do padrão pluviométrico, representado pelo oeste.

Isso é exatamente o que se espera do modelo de gatilho climático, a especialização acontece onde é ecologicamente impossível manter a reprodução material de outra forma, na mesma linha do que Brenner (2001) identifica no caso holandês.

## 7 CONCLUSÃO

Neste capítulo, vimos o encontro de duas dinâmicas distintas: de um lado a reconfiguração de três classes sociais diferentes (a pequena nobreza inglesa, os camponeses ingleses e os comerciantes de longa distância da Liga Hanseática) e de outro, a mudança climática que alterou profundamente os padrões de reprodução dessas três classes.

Diante do colapso climático do século XIV, os três grupos de atores que vimos no começo do capítulo se reúnem em cena. Os camponeses da costa leste inglesa, impossibilitados de cultivar trigo, buscam o mercado como forma de acessar os cereais necessários à sua reprodução material por conta da cultura cerealeira em vigor na Europa.

Os comerciantes hanseáticos, por conta das pressões de mercado associadas à Peste Negra, encontram-se em posição de intensificar um mercado incipiente de grãos e suprir essa necessidade. Por outro lado, também estão dispostos a comprar a lã produzida por esses camponeses não mais como uma mercadoria produzida entre várias, como o fora no século XIII, mas como um setor especializado.

Isso, por sua vez, é percebido pelos senhores da terra como a forma de recompor seus rendimentos, drasticamente reduzidos pelo colapso demográfico causado pela Peste Negra e da reversão climática da LIA. Considerando, ainda, que os senhores em questão não são os *magnatas* que controlam o poder político, mas sim uma aristocracia local, composta pela pequena nobreza, sua capacidade de extrair excedente por mecanismos de coerção extra-

extraeconômicos é muito reduzida, afinal, trata-se de uma elite dotada, sim, de capacidade política de coerção, mas muito reduzida frente ao aparato estatal e, muitas vezes, em conflito com este.

Essas três estratégias já existiam de forma incipiente no século XIII, mas não eram funcionais à reprodução material dessas classes a ponto de se converterem em estratégias dominantes, pelo contrário, o que era funcional era a produção local de gêneros agrícolas em campos comunais sobre o qual era extraído um excedente, via trabalho ou sua comutação em renda. Porém, mesmo nesse cenário, essas formas não eram totalizantes, pois a sua dominância envolvia também o convívio com diversas outras estratégias de reprodução material, dentre as quais essas que descrevemos no capítulo e que constituem o cerne da transição.

Por fim, o que faz com que as relações entre os atores se transformem a ponto de essas estratégias secundárias se transformarem em dominantes é o agente histórico não humano. É a natureza nas suas diversas faces, da Peste Negra à mudança climática, que reconfigura as dinâmicas de poder e cria outros caminhos que os agentes históricos humanos percorrem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar de uma transição, qualquer que ela seja, é sempre um desafio. É preciso mostrar que aquilo que veio antes é diferente daquilo que veio depois, além de definir o processo que separa justamente esse antes e depois. Quando nos voltamos para o problema da transição do feudalismo para o capitalismo, os teóricos marxistas que lidam com essa transição específica nos oferecem uma base sólida de apoio.

Formulando capitalismo e feudalismo como modos de produção, podemos circunscrever suas diferenças, afinal, trata-se de duas formas distintas de reprodução material da sociedade. Seguimos, nesta tese, a formulação de Dobb (2004a, 2004b, 2004c): o ponto central a ser tratado é a mudança de um regime de servidão para um de trabalho assalariado, processo esse que deve ser mediado também por alterações nas estruturas de propriedade e se reflete na reconfiguração das classes sociais.

Por outro lado, se não encampamos a tese de Sweezy (2004a, 2004b) de que a principal diferença residia no comércio exterior, sendo o feudalismo, na interpretação desse autor, um regime de pouca circulação comercial e monetária, identificamos que há valor em sua proposição de colocar o foco sobre um elemento externo, valorizando a própria resiliência do sistema feudal. Entretanto, nós nos distanciamos de Sweezy em dois pontos principais: em primeiro lugar, o elemento externo não é o comércio exterior e sim a mudança climática; e em segundo, esse elemento não constitui um determinante do processo, mas, sim, um condicionante.

Por mais que a transição pudesse ocorrer sem a mudança climática, dado o aprofundamento das contradições internas do capitalismo (BRENNER, 1995a, 1995b; DOBB, 2004a, 2004b, 2004c), a sua temporalidade histórica e o seu destino, isto é, a consolidação da dominância de formas sociais capitalistas a partir do fim do século XIV decorre de uma especificidade trazida pelo agente histórico não humano.

A mudança climática em curso no século XIV catalisa a transformação do feudalismo em uma criatura diferente, que, por conta de elementos específicos daquele contexto histórico, veio a ser o capitalismo.

Wood (2002a) ilumina as entrelinhas do debate da transição ao apontar que existe uma ideia subjacente de que o capitalismo parece existir de forma latente ainda no feudalismo, e, conforme as estruturas de contenção se rompem, a emergência vitoriosa do capitalismo é uma decorrência inescapável.

Por mais que identifiquemos certo valor na primeira parte dessa proposição, isto é, as instituições capitalistas não são inteiramente novas, ao contrário, elas parecem bem enraizadas no mundo medieval, constituindo formas sociais secundárias dentro do feudalismo, não reivindicamos a noção de uma emergência inevitável.

Como um solo repleto de sementes, o feudalismo continha em si inúmeras possibilidades de destino, inclusive destino algum. Que a erva daninha brote e a árvore não é o que constitui o cerne do problema.

A mudança climática rumo à Pequena Era do Gelo (LIA) deve ser entendida, antes de tudo e em especial no século XIV, como uma instabilidade climática planetária, mas com manifestações regionais distintas. O entorno da Bacia do Mar do Norte, em particular a costa leste da Inglaterra, configura-se em um *locus* geográfico específico dessa transformação, não apenas por conta da mudança do regime pluviométrico, concretizada na forma do aumento da intensidade das tempestades, mas também pela especificidade dos ecossistemas costeiros, sobretudo, as terras pantanosas.

Essa transformação coloca em xeque o modo de reprodução feudal baseado no cultivo de trigo, uma vez que esse gênero agrícola é bastante sensível às alterações climáticas em curso na época. É a busca da manutenção de um estilo de vida, que se traduz na expropriação de um determinado nível de excedente, incompatível com a nova configuração climática, que leva a sociedade medieval a buscar formas distintas de se reproduzir e que, eventualmente, a transforma em uma sociedade capitalista.

Contudo, as novas formas sociais não surgem do éter, elas são produto da interação entre os agentes históricos humanos daquele período. É porque a classe dos cavaleiros estava se transformando desde o século XIII, e dela emergia uma nova classe proprietária, dependente do trabalho alheio, mas desprovida do poder feudal de extrair excedente por coerção extraeconômica, que as relações de propriedade se transformam na Inglaterra.

Também é causa dessa mudança rumo ao capitalismo que uma fração da classe campesina assuma postos administrativos dentro da economia senhorial ou incorpore terras próximas, abandonadas em virtude da mudança climática, e passe a criar ovelhas nessas terras, diante da impossibilidade de retomar o cultivo tradicional de trigo.

E ainda é necessário que haja uma classe de comerciantes estrangeiros, constringidos pela crise do século XIV precipitada pela mudança climática, buscando recompor margens de lucro a partir de um comércio de grãos e capazes de impor uma divisão internacional do trabalho sobre uma Inglaterra periférica nos circuitos comerciais do norte, para que o alto campesinato e a baixa nobreza conduzam a costa leste da Inglaterra a um processo de especialização em torno de uma pecuária capitalista.

Portanto, a emergência do capitalismo na Inglaterra após a crise do século XIV decorre de uma complexa e circunstancial interação entre fenômenos de longuíssima duração, como a consolidação de uma nova fase climática e fenômenos de prazo muito mais restrito, e a dinâmica de classes no interior de uma vila medieval. É justamente a relação dialética entre os agentes históricos humanos e não humanos, que atuam em um cenário sempre condicionado, mas nunca determinado, que nos permite aprofundar a interpretação da transição do feudalismo e aparar algumas arestas do debate clássico.

## REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, J. L. **Before European hegemony: the world system AD 1250-1350**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1991.
- AUBIN, H. Medieval Agrarian Society in Its Prime, The lands east of the Elbe and German colonization eastwards. In: POSTAN, M. M. (Ed.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire: Volume 1, Agrarian Life of the Middle Ages**. 2. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2008. p. 449–486.
- BAKER, A. et al. A composite annual-resolution stalagmite record of North Atlantic climate over the last three millennia. **Scientific Reports**, v. 5, n. 1, p. 1–8, 2015.
- BANKOFF, G. The “English Lowlands” and the North Sea Basin System: A History of Shared Risk. **Environment and History**, v. 19, n. 1, p. 3–37, 1 fev. 2013.
- BARNSTON, A. G.; LIVEZEY, R. E. Classification, seasonality and persistence of low-frequency atmospheric circulation patterns. **Monthly weather review**, v. 115, n. 6, p. 1083–1126, 1987.
- BARREIROS, D. DE P. **Os debates sobre a transição: idéias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo**. Niterói: EdUFF, 2008.
- BEHRE, K.-E. The history of rye cultivation in Europe. **Vegetation History and Archaeobotany**, v. 1, n. 3, out. 1992.
- BOIS, G. Against the Neo-Malthusian Orthodoxy. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995. p. 107–118.
- BRENNER, R. Agrarian Class Structure and Economic Development in Pre-Industrial Europe. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995a. p. 10–63.
- BRENNER, R. The Agrarian Roots of European Capitalism. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995b. p. 213–328.
- BRENNER, R. P. The Low Countries in the Transition to Capitalism. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 2, p. 169–241, abr. 2001.
- BROADBERRY, S. N. et al. **British economic growth, 1270-1870**. New York: Cambridge University Press, 2015.
- BÜNTGEN, U. et al. Cooling and societal change during the Late Antique Little Ice Age from 536 to around 660. **Nature Geoscience**, v. 9, n. 3, p. 231–236, mar. 2016.
- CAMPBELL, B. M. **The great transition**. [s.l.] Cambridge University Press, 2016.
- CAMPBELL, B. M. S. Towards an Agricultural Geography of Medieval England. **The Agricultural History Review**, v. 36, n. 1, p. 87–98, 1988.



- COSS, P. R. **The origins of the English gentry**. [s.l.] Cambridge University Press, 2003.
- DAWSON, A. G. et al. Greenland (GISP2) ice core and historical indicators of complex North Atlantic climate changes during the fourteenth century. **The Holocene**, v. 17, n. 4, p. 427–434, 2007.
- DEININGER, M. et al. Coherency of late Holocene European speleothem  $\delta^{18}\text{O}$  records linked to North Atlantic Ocean circulation. **Climate Dynamics**, v. 49, n. 1, p. 595–618, 2017.
- DIMMOCK, S. **The Origin of capitalism in England, 1400-1600**. Leiden: Brill, 2014.
- DOBB, M. Um comentário suplementar. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a. p. 123–126.
- DOBB, M. Uma Réplica. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b. p. 71–84.
- DOBB, M. Do feudalismo para o capitalismo. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004c. p. 209–214.
- DUBY, G. **Economía rural y vida campesina en el Occidente medieval**. Barcelona: Altaya, 1999.
- DYER, C. **An age of transition? economy and society in England in the later Middle Ages**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2005.
- DYER, C. Villages in crisis: social dislocation and desertion, 1370–1520. In: DYER, C.; JONES, R. (Eds.). **Deserted villages revisited**. [s.l.] University of Hertfordshire Press Hatfield, 2010. p. 28–45.
- FAULKNER, K. The transformation of knighthood in early thirteenth-century England. **English Historical Review**, p. 1–23, 1996.
- GALLOWAY, J. A. Coastal Flooding and Socioeconomic Change in Eastern England in the Later Middle Ages. **Environment and History**, v. 19, n. 2, p. 173–207, 1 maio 2013.
- GANSHOF, F.-L.; VERHULST, A. Medieval Agrarian Society in Its Prime, France, the Low Countries and Western Germany. In: POSTAN, M. M. (Ed.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire: Volume 1, Agrarian Life of the Middle Ages**. 2. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2008. p. 290–339.
- GRAS, N. S. B. **The evolution of the English corn market from the twelfth to the eighteenth century**. [s.l.] Harvard University Press, 1915. v. 13
- GRIKPÉDIS, M.; MATUZEVIČIŪTĒ, G. M. The beginnings of rye (*Secale cereale*) cultivation in the East Baltics. **Vegetation History and Archaeobotany**, v. 25, n. 6, p. 601–610, 1 nov. 2016.
- HANKS, P. et al. **The Oxford Names Companion**. [s.l.] Oxford University Press, 2002.
- HILTON, R. Introduction. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995a. p. 1–9.

- HILTON, R. A Crisis of Feudalism. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995b. p. 119–137.
- HILTON, R. Um comentário. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a. p. 137–148.
- HILTON, R. Capitalismo - o que representa esta palavra? In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b. p. 183–200.
- HILTON, R. Introdução. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004c. p. 9–38.
- HOFFMANN, R. **An environmental history of medieval Europe**. [s.l.] Cambridge University Press, 2014.
- JONES, R. Contrasting patterns of village and hamlet desertion in England. In: DYER, C.; JONES, R. (Eds.). **Deserted villages revisited**. [s.l.] University of Hertfordshire Press Hatfield, 2010. p. 8–27.
- LAMARCHE, V. C. Dendrochronological And Paleoecological Evidence For Holocene Climatic Fluctuations In The White Mountains, California. In: FRENZEL, B. (Ed.). **Dendrochronologie und Postglaziale Klimaschwankungen in Europa**. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, 1974. p. 151–155.
- LAMB, H. H. The early medieval warm epoch and its sequel. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**, v. 1, p. 13–37, 1 jan. 1965.
- LE GOFF, J. **Para um novo conceito de Idade Média - Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente**. Lisboa: Esditorial Estampa, 1979. v. 1
- LJUNGQVIST, F. C. et al. Northern Hemisphere temperature patterns in the last 12 centuries. **Climate of the Past**, v. 8, n. 1, p. 227–249, 3 fev. 2012.
- LLOYD, T. H. **England and the German Hanse, 1157-1611: a study of their trade and commercial diplomacy**. [s.l.] Cambridge University Press, 2002.
- LUTERBACHER, J. et al. Climate change in Poland in the past centuries and its relationship to European climate: evidence from reconstructions and coupled climate models. In: **The Polish climate in the European context: an historical overview**. [s.l.] Springer, 2010. p. 3–39.
- LUTERBACHER, J. et al. European summer temperatures since Roman times. **Environmental Research Letters**, v. 11, n. 2, p. 024001, 1 fev. 2016.
- MARIUTTI, E. B. **A transição do feudalismo ao capitalismo: um balanço do debate**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2000.
- MARX, K. **Capital: volume I**. London: Penguin UK, 2004.

- MAUQUOY, D. et al. Two decadal resolved records from north-west European peat bogs show rapid climate changes associated with solar variability during the mid-late Holocene. **Journal of Quaternary Science: Published for the Quaternary Research Association**, v. 23, n. 8, p. 745–763, 2008.
- MAURI, A. et al. The influence of atmospheric circulation on the mid-Holocene climate of Europe: a data-model comparison. **Climate of the Past**, v. 10, n. 5, p. 1925–1938, 2014.
- MERRINGTON, J. A cidade e o campo na transição do feudalismo para o capitalismo. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 215–247.
- PARKER, G. **Global crisis: war, climate change and catastrophe in the seventeenth century**. New Haven: Yale University Press, 2013.
- PATRIQUIN, L. The agrarian origins of the industrial revolution in England. **Review of Radical Political Economics**, v. 36, n. 2, p. 196–216, 2004.
- PEDERSEN, F. **Trade and Politics in the Medieval Baltic: English Merchants and England's Relations to the Hanseatic League 1370-1437**. [s.l.] na, 2006.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POSTAN, M. M. Medieval Agrarian Society in Its Prime, England. In: POSTAN, M. M. (Ed.). **The Cambridge Economic History of Europe from the Decline of the Roman Empire: Volume 1, Agrarian Life of the Middle Ages**. 2. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2008. p. 549–632.
- PROCACCI, G. Uma sinopse do debate. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 163–182.
- RAIBLE, C. et al. Extreme midlatitude cyclones and their implications for precipitation and wind speed extremes in simulations of the Maunder Minimum versus present day conditions. **Climate Dynamics**, v. 28, n. 4, p. 409–423, 2007.
- ROTHERHAM, I. D. **Lost Fens: England's Greatest Ecological Disaster**. [s.l.] The History Press, 2013.
- SCHNEIDER, L. et al. Revising midlatitude summer temperatures back to A.D. 600 based on a wood density network. **Geophysical Research Letters**, v. 42, n. 11, p. 4556–4562, 2015.
- SMITH, S. Houses and communities: archaeological evidence for variation in medieval peasant experience. In: DYER, C.; JONES, R. (Eds.). **Deserted Villages Revisited**. [s.l.] University of Hertfordshire Press Hatfield, 2010. p. 64–84.
- SWEEZY, P. Uma Crítica. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004a. p. 39–70.
- SWEEZY, P. Uma Tréplica. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004b. p. 127–136.

TAKAHASHI, K. Uma contribuição para o debate. In: HILTON, R. (Ed.). **A Transição do Feudalismo ao Capitalismo: um debate**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 85–122.

TRENBERTH, K. E. Atmospheric circulation climate changes. **Climatic Change**, v. 31, n. 2, p. 427–453, 1995.

TROUET, V. et al. Persistent positive North Atlantic Oscillation mode dominated the medieval climate anomaly. **science**, v. 324, n. 5923, p. 78–80, 2009.

TROUET, V.; SCOURSE, J.; RAIBLE, C. North Atlantic storminess and Atlantic Meridional Overturning Circulation during the last Millennium: Reconciling contradictory proxy records of NAO variability. **Global and Planetary Change**, v. 84, p. 48–55, 2012.

UNGER, R. W. **The ship in the medieval economy, 600-1600**. [s.l.] McGill-Queen's Press-MQUP, 1980.

UNGER, R. W. Shipping and Western European Economic Growth in the Late Renaissance: Potential Connections<sup>1</sup>. **International Journal of Maritime History**, v. 18, n. 2, p. 85–104, 1 dez. 2006.

VAN LIESHOUT, C. *British Environmental History*. p. 9, 2016.

WASSENBURG, J. et al. Moroccan speleothem and tree ring records suggest a variable positive state of the North Atlantic Oscillation during the Medieval Warm Period. **Earth and Planetary Science Letters**, v. 375, p. 291–302, 2013.

WHITE, A. B.; NOTESTEIN, W. **Source Problems in English History**. [s.l.] Harper & Brothers, 1915. v. II

WILLIAMSON, T. Understanding Enclosure. **Landscapes**, v. 1, n. 1, p. 56–79, abr. 2000.

WOOD, E. M. **The origin of capitalism: a longer view**. New ed. ed. London: Verso, 2002a.

WOOD, E. M. The question of market dependence. **Journal of Agrarian Change**, v. 2, n. 1, p. 50–87, 2002b.

WUNDER, H. Peasant Organization and Class Conflict in Eastern and Western Germany. In: ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. (Eds.). **The Brenner Debate**. Cambridge ; New York; Melbourne: Cambridge University Press, 1995. p. 91–100.

XOPLAKI, E.; FLEITMANN, D.; DIAZ, H. F. Editorial: Medieval Climate Anomaly. **PAGES news**, v. 19, n. 1, p. 4–4, mar. 2011.